



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Ata n.º 02/2026

Sessão Ordinária de 20 de fevereiro 2026

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, na Sala da Assembleia Municipal - Edifício Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

----- **Lista de Presenças:** -----

15 Deputados Municipais do PSD - Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro (Presidente da Assembleia), Bárbara Maria do Amaral Correia, João Carlos Dias dos Santos, Cláudia Isabel Martins Mendes, Hélder Faísca Guerreiro, Marilyn Tomás Galvão da Conceição Sousa (1ª Secretária), Rúben Emanuel Cruz Santos, Victor Matos Coelho (em substituição de Álvaro José Martins Viegas), Irina Alexandra Mendes Martins, Paulo Jorge do Brito Teixeira (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Elisabete Vieira Luz (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Fábio Coelho Guia (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Benafim), Fernando Manuel de Sousa Viegas (Presidente da Junta de Freguesia de Querença), Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Carlos Alberto Lúcio Ronquilho (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente). -

14 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Ana Paula Neto Coelho dos Santos, Elsa Maria Rocha Pereira Silva (em substituição de Fernando Pereira Marques), Elisabete Ecaterina Necker (2ª Secretária), Maria João Carapeto Tavares (em substituição de Adriano Costa Cabrita), Ivone Carla Coutinho Machado, Carlos Manuel Pontes Costa, Ana Teresa dos Santos Pessoa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), João Pedro

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Martins Romão (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião), André Filipe Gomes Pedro (Presidente da Junta de Freguesia da Tôr). -----

6 Deputados Municipais do Partido CHEGA - Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro, Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Manuel Alfredo Cavaco Bento Coelho, Luis Manuel Esteves Delgado e Silva (em substituição de Delfim Renato da Silva Monteiro), Mara Isabel Silva Faustino Francisco, Luis Carlos Rodrigues Barroca. -----

1 Deputada Municipal do CDS - Liliana Fernandes Marques Bom (em substituição de Isilda Maria Mendes Guerreiro). -----

1 Deputado Municipal da IL - João Filipe Coelho Gonçalves Apolónia. -----

1 Deputado Municipal do TPA - Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial). -----

Também estiveram presentes, o Presidente da Câmara, Telmo Pinto, o Vice-Presidente, David Pimentel e os Vereadores, Maria Esteves Lourenço, Paulo Trindade, Maria Margarida Correia, António do Adro, Duarte Duarte e Rui Silva. -----

Não estiveram presentes os Vereadores, Hélder Martins e Fernando Santos. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----

1- Intervenção do Público;

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

Aprovação de Atas

Outros assuntos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

3- Período da Ordem do Dia;

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 165-2026 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal / 1ª. Alteração Orçamental Modificativa da receita, 1ª. Alteração Orçamental Modificativa da despesa, 1ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; para deliberação;

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 198-2026 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais; para deliberação;

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 211-2026 [GAF] - 8.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo, relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime - no valor de 84.738,70€ (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e oito euros e setenta centimos); para deliberação;

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 234-2026 [GAF] - 13.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo, relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira - no valor de 521.950,00€ (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e cinquenta euros); para deliberação;

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 275-2026 [DMADS] - Alteração da Deliberação de 14 de julho de 2025, relativamente à proposta n.º 1356/2025, do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Gabinete de Estratégia Local de Habitação, para aquisição de 60 fogos no âmbito do Programa 1º Direito / Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação n.º 01/CO2-i01/2021 – Componente 02 - Habitação; para deliberação;

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2233-2025 [GAP] - Designação do Representante do Município na Assembleia Geral da “Escola Profissional de Alte, CIPRL – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada”; para conhecimento;

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2272-2025 [DP] - Proposta da Adoção de Normas Provisórias (Matos da Picota) no Âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (RPDM). Tomar conhecimento do parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve). Determinar a abertura do período de discussão pública; para conhecimento;

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 270-2026 [GAIQ] - Apresentação de Relatório Intercalar de Monitorização e Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (outubro 2025); para conhecimento;

Foram iniciados os trabalhos. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito boa noite a todas e a todos. Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo senhor Presidente, Telmo Pinto, na sua pessoa cumprimento todo o Executivo e vereação, público aqui presente hoje, assinalável público que nos acompanha nas redes sociais. Às equipas de apoio à realização desta Assembleia ao Gabinete de Apoio à Assembleia, Equipa de Língua Gestual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Portuguesa e Audiovisuais. Minhas senhoras e meus senhores, a todos muito boa noite. -----

Vamos dar início à sessão de hoje, de dia 20 de fevereiro de 2026, da Assembleia Municipal de Loulé, neste mandato de 2025/2029. -----

Antes de entrarmos no Período de Intervenção do Público, quero colocar à consideração do plenário algumas comunicações que a Mesa recebeu entretanto. Portanto, em primeiro lugar, comunicar ao plenário, que a Mesa recebeu a comunicação do senhor Deputado, Pedro Pimpão, no passado dia 30 de janeiro de 2026, de Renúncia ao Mandato, nos termos do n.º 2 do artigo 22 do Regimento, que depois de comunicada ao Plenário nesta Assembleia, será tornada pública por meio da fixação em Edital, nos locais de estilo e no sítio institucional na Internet. -----

Outra comunicação, recebemos no dia 3 do presente mês de fevereiro, o pedido de Suspensão de Mandato do senhor Deputado, Adriano Cabrita, pelo período de 365 dias, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 3 do artigo 19 do Regimento, em vigor na Assembleia Municipal e nos termos do número 1 do mesmo artigo. Este pedido deve ser apreciado nesta Assembleia, pelo que, coloco à consideração dos senhores Deputados este assunto. Portanto, algum dos senhores Deputados quer usar da palavra sobre este pedido de suspensão? -----

Não havendo inscrições, iremos então, consequentemente, dar Posse nos termos do artigo 24 do Regimento, ao cidadão imediatamente a seguir, na ordem da respetiva lista de candidatura, que no presente caso, é a Dra. Maria João Carapeto Tavares, a qual peço o favor, chamo para prestar o juramento. Portanto, termo de posse aos vinte dias do mês de fevereiro de 2026, na sala da Assembleia Municipal, onde se realizou a sessão ordinária desta Assembleia Municipal. Eu, Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro, Presidente da Assembleia Municipal, em conformidade com a legislação aplicável, formalizo a tomada de posse à cidadã, Maria João Carapeto Tavares, do Partido Socialista, portadora do Cartão de Cidadão número 74525123ZY7, com data de validade nove do onze de 2027. O presente termo de posse vai ser por mim assinado, e pelo empossado.-----

A Deputada **Maria João Carapeto (PS)** tomou a palavra e disse: Declaro por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Este documento será arquivado junto à Ata da Sessão Ordinária da presente Assembleia. Terminadas estas formalidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

introdutórias, vamos entrar no período de intervenção do Público, no âmbito do artigo 51 do Regimento. Como sabem, mas nunca é de mais recordar, o tempo máximo de cada intervenção é de cinco minutos e destina-se à apresentação de assuntos de interesse municipal, bem como de pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa. -----

Foi dado início à Ordem de Trabalhos: -----

1- Intervenção do Público; -----

O **Presidente da AML** disse: Na presente data temos o registo de uma inscrição, no início desta sessão do senhor Jorge Pedro de Sousa Gonçalves, que procedeu à inscrição. Penso que ficou também preenchido o documento de autorização de recolha de imagens. E, portanto, nessa sequência, iria passar a palavra ao senhor Jorge Gonçalves, o assunto tem a ver com o Parragil. Tem a palavra, o senhor Jorge, faz favor. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** tomou a palavra e disse: Boa noite, Jorge Pedro Sousa Gonçalves, cumprimento o senhor Presidente na sua pessoa, cumprimento todos os restantes. -----

Venho aqui colocar algumas questões, como é hábito, e queria eventualmente que me respondessem, caso fosse possível. Primeiro, para variar, quero enaltecer e congratular-me com algumas coisas que têm sido feitas, nomeadamente, sei que está na forja o andamento de uma parede caiu no Parragil, e vão eventualmente alargar ou tencionam alargar a estrada e fazer o muro, à pessoa que foi penalizada. Mas pronto, acho que é uma boa prática e ficaremos possivelmente com o largo muito melhor e pelo uma via de comunicação muito melhor para Loulé, o que é de realçar. Posto isto, também queria falar numa questão que falo constantemente, que é realmente a entrada do Parragil para Loulé, aliás desculpem de Loulé para o lado do Parragil, e que, já vi nas últimas eleições, até na realmente na Junta de São Sebastião, uma das situações que estavam na sua campanha era que realmente iriam melhorar aquela situação das paredes, pelo menos para partir ou para eventualmente criar ali uma via pedonal, para que as pessoas não possam no futuro morrer ali, porque aquilo é muito suscetível de haver acidentes. Tenho vindo recorrentemente a falar neste assunto, mas parece-me que não me estão a dar seguimento. Dizem que está em estudo, que eventualmente irão fazer, que quando fizerem, fazem uma coisa definitiva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Mas o que eu peço tão só para já, é partirem uma parede com dois metros. Eu já pedi tantas vezes, para já partir uma parede com dois metros, mais nada. Depois logo fazem esses projetos, esses projetos megalómanos. Só estou a fazer, a colocar a questão e a dar uma sugestão em relação a isso. É só isso que tenho a dizer, mas gostava que fizessem de uma vez por todas. -----

Outra situação que eu gostava realmente de referir é, felizmente este ano tem sido um ano de muita, muita água, muita chuva e nós eventualmente vamos esquecer-nos de que no futuro, podemos vir a ter problemas. Os aquíferos de Querença-Silves é muito importante, e eu tenho vindo a falar também, eu sei que não é a Câmara que vai fazer, mas a Câmara pode promover uma situação de fazer os tais muros na ribeira, diques, açudes, como chamem, para reter a água, para que? Para que a água se infiltre nos solos. A água é importante correr para o mar, mas é importante ficar lá também, é a segunda questão que tenho a colocar. -----

Terceira questão, que eu gostava de colocar é, sobre várias vezes vinham colocar a questão de um terreno que existe no Parragil, que vim a saber agora, que pertence à Câmara ou eventualmente a Câmara terá uma parte, que é na estrada de Matos da Picota. Já perguntei na outra sessão anterior e pergunto novamente, qual será a possibilidade que têm de eu sei que não é Câmara que pode fazer, embora haja outras Câmaras que o fazem, fazer um Centro Comunitário, ou promover ou impulsionar ou juntamente com em parceria com o Parragil, com a Associação, dar o mote para que aquilo seja lá um Centro Comunitário, visto que no concelho de Loulé existem vários, mas na freguesia de São Sebastião não existe nenhum. E lá poderia ser o mote, que é um terreno que tem muita facilidade de chegar lá. Uma localização espetacular, virada a sul, impecável, grande, dá para fazer muita coisa com várias entradas, uma pelo Norte ou pelo Sul e eventualmente outra por outro lado, também pode se dar isso. Outra questão que eu quero colocar, e agora por último, queria colocar outra questão que já tinha falado, que é uma questão mais caricata, que é no Moinho de Alfeição, neste momento não se pode chegar a um moinho. O moinho não é público, mas para todos os efeitos, é público. Eu sempre fui lá, toda a minha vida, houve uma pessoa que tem um terreno adjacente que impediu, e está em tribunal em várias situações que estão para ser resolvidas. Mas o que é um facto é que nós não podemos ir lá ao moinho, aceder ao moinho. -----

E agora, só para terminar, agora é uma frase que eu gostava de vir, para vocês todos relembrem e viverem. Loulé é demasiado importante, ajudem-nos a salvar Loulé. Loulé é muito importante, é uma terra muito importante, com muito carisma, muita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

história. Por isso vocês fazem parte Loulé. Vocês estão aqui para decidir Loulé. Decidam por Loulé. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Jorge Gonçalves pela sua cidadania ativa. Eu penso que estas quatro questões, poderão ter aqui uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Então tem a palavra, senhor Presidente.-----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todos, senhor Presidente, senhores Vereadores, às bancadas, ao público que se encontra aqui e também lá em casa, aos funcionários, Língua Gestual, obrigado. ----- Obrigado Jorge pela sua intervenção. Nós temos falado de algo várias vezes e até na antiga legislatura de quatro anos, também veio cá com vários problemas. Dizer o quê? É lógico que não estamos esquecidos, nós falámos do muro, não é com essa simplicidade, nós estamos a falar de um terreno privado e nós vamos executar um muro num terreno privado, à entrada de Loulé. É porque eu já falei com o proprietário que está disponível para tal. O muro é uma intenção nossa, melhorar aquela entrada e criar essas condições, queremos fazê-lo. São três meses, estamos no início, não está esquecido e é para avançar. -----

Depois dizer o quê? O aquífero é extremamente importante, eu não sei se é através disso, uma das questões que fiz aqui há pouco tempo e, que era importante perceber com a APA, era quais são as zonas de maior infiltração, porque a verdade é esta, choveu muito, mas o aquífero está nos 20% na mesma. Ou seja, há-de precisar de muito mais anos para que isso aconteça. E a ideia não sei se será essa, mas a verdade é que pode passar por aí, descobrir quais são aquelas zonas de maior permeabilidade e conseguir arranjar aqui uma forma de, quando chove com esta intensidade, nós poderemos ter a contenção de água não só para servir o público, mas também poder começar a filtrar. Eu não lhe consigo dizer se essa é a melhor situação, mas é uma coisa que nós também queremos saber, e já perguntámos há muito pouco tempo. Outra coisa o moinho de Alfeição, eu não sei o que é que é, vou tentar saber o que é que é. Sendo um terreno privado, já começamos a ter algum problema, mas estamos aqui para os resolver, eu depois posso dar essa informação. -----

Sobre o terreno do Parragil, ainda hoje falámos do terreno do Parragil. Duas coisas distintas, há uma entidade no Parragil social, que é que é a Sociedade Recreativa Parragilense. A Sociedade esteve aqui, porque neste momento foram criadas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

condições para avançar com um projeto de reabilitação e possível ampliação daquele espaço. Ao mesmo tempo, estão na tentativa de comprar o terreno que se encontra nas costas que está em partilhas. E foi isso que eles me disseram, mas que deixámos na sua posse resolver esses problemas. Porque neste momento a reabilitação do espaço é de um projeto que está a ser feito já pela Sociedade é a possibilidade de poder ter um espaço exterior ou ampliar mesmo aquele existente, está dependente também da compra do terreno que está neste momento na Sociedade. -----

O outro terreno, nós estamos a falar de um terreno de 11.000 m², uma área de cedência que hoje tive uma reunião com o Rui Guerreiro, representante da Loulé Global, para perceber a possibilidade de construir habitação ali naquele caso. Nós temos vindo a elaborar um documento de concessão construção, o que é que nós queremos? Facilitar o nosso processo na construção de habitação, ou seja, outro qualquer elemento. A concessão construção dá-nos a possibilidade de poder imputar a quem concorrer, não só de construir, mas também de elaborar o projeto, que sabemos a dificuldade que o Estado tem e as entidades do Estado, como uma Câmara demora, os processos demoram todos muito mais tempo e nós aqui ganhávamos algum tempo e ali é um dos terrenos neste momento, juntamente com mais seis que estamos a fazer este estudo para tentar construir habitação. Uma das coisas que estamos a pensar ao mesmo tempo é, nestes processos de concessão construção, nós sabemos que o resto são sempre espaços, muitas vezes comerciais e que não servem nada, é conseguir criar aqui condições de ganhar a área que fica perdida em cima de uma escola ou em cima de um lar. O que é que eu quero dizer com a área que fica perdida? Na possibilidade, naquilo que é o índice de construção de um terreno, nós poderíamos ter escolas, lares, que utilizam o rés do chão com áreas de envolvente e espaços na rua para as crianças e para as pessoas mais idosas. Mas, ao mesmo tempo, por cima, podíamos construir habitação. Portanto, esse tem sido o nosso pensamento e estamos a olhar para esse terreno, visto que a Sociedade vai ficar servida com melhoramento e com a ampliação daquele espaço que estão a fazer neste momento o projeto, é nós conseguirmos começar a dar respostas muito mais rápidas, aqui na habitação e outros equipamentos que também têm que ser feitos. Portanto, está a ser pensado também na utilização desse terreno. -----

O **Presidente da AML** disse: Sim, senhor, muito obrigado. De qualquer forma, qualquer esclarecimento adicional que possa não ser possível neste momento, transmitir, através da Mesa, poderá sempre ser depois aprofundado. Portanto, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

havendo mais inscrições, vamos passar ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

2- Período de Antes da Ordem do Dia; -----

- Aprovação de Atas -----

O **Presidente da AML** disse: Para o ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos, e na sua alínea a), iremos propor a aprovação de atas, ainda do mandato de 2021/2025. Coloco à votação dos senhores Deputados, a aprovação da Ata n.º 16 de 2025, da Sessão Extraordinária Temática de 12 de setembro de 2025. Esta ata foi distribuída previamente pelos senhores Deputados. Coloco a questão ao Plenário se algum dos senhores Deputados quer usar da palavra sobre esta ata? Portanto, não havendo pedidos de intervenção, passemos à aprovação da mesma. Obviamente que esta Ata deverá ser votada pelos senhores Deputados que estiveram presentes na ocasião. Recordo em 12 de setembro de 2025. Portanto, estão preparados os dispositivos. Então podemos experimentar? Peço então favor de acionarem os dispositivos. Bom, parece que os dispositivos não estão. Está sim. Esperamos mais uns segundos. Ainda estamos a afinar aqui. O sistema foi à passagem de ano que fez mal aqui à aos mecanismos. Portanto, na impossibilidade neste momento votar com o dispositivo, eu perguntava se algum dos senhores Deputados vota contra a aprovação desta Ata? Se nenhum dos senhores Deputados, vota contra, a Mesa iria declarar sim que foi votado.

Passou-se à votação; -----

A Ata 16-2025 - Sessão Extraordinária Temática de 12 de setembro de 2025, foi aprovada por unanimidade dos presentes nessa sessão. -----

A Ata 17-2025 - Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2025, foi aprovada por unanimidade dos presentes nessa sessão. -----

A Ata 18-2025 - Continuação da Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2025 – 29 de setembro de 2025, foi aprovada por unanimidade dos presentes nessa sessão.



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

A Ata 2-2025 - Sessão Extraordinária de 28 de novembro de 2025 (mandato 2025-2029), foi aprovada por unanimidade dos presentes nessa sessão. -----

O Presidente da AML disse: Vamos passar então, ainda no âmbito da alínea a) do artigo 52 do Regimento, ao expediente recebido, que passo a comunicar ao Plenário: A Mesa recebeu da Federação do Algarve da Juventude Socialista, no dia 28 de janeiro, uma proposta de Constituição do Orçamento Participativo Jovem e do Conselho Municipal da Juventude. Esta proposta foi remetida para os senhores Deputados. Em resposta, a Mesa felicitou a iniciativa e disponibilizou-se para a realização de uma reunião sobre a mesma. -----

Uma segunda comunicação, no dia 30 de janeiro, a Mesa, recebeu da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o Relatório da atividade da CPCJ de Loulé no ano de 2025, aprovado pela Comissão alargada no passado dia 22 de Janeiro de 2026, em versão estatística resumida e com os anexos que fazem parte integrante do mesmo, nomeadamente o questionário relativo à composição, funcionamento e atividade da CPCJ 2025, bem como os relatórios operacionais resultantes do tratamento de dados da tramitação processual. Esta informação foi divulgada previamente pelos senhores Deputados. -----

Ainda no âmbito do expediente, uma última comunicação, no dia 4 de fevereiro, recebemos da Assembleia Municipal do Município de São Pedro do Sul a Moção em defesa dos agricultores das comunidades rurais e do equilíbrio do território, Moção esta que foi divulgada também pelos Senhores Deputados. Portanto em relação ao expediente recebido, é esta a situação. Iremos agora passar à alínea f) do artigo 52, que diz respeito aos Votos de Congratulação. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- Outros assuntos; -----

- Voto de Congratulação - Pela Eleição de Adriano Pimpão como Presidente do Conselho Regional do Algarve, apresentado pelo GM do PS; -----

O Presidente da AML disse: Temos a referir o Voto de Congratulação - Pela Eleição do Professor Adriano Pimpão, como Presidente do Conselho Regional do Algarve, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, ao qual irei dar a palavra já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

de seguida à bancada, ao senhor Deputado Carlos Silva Gomes, tem a palavra para a apresentação do Voto de Congratulação.-----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento a si e a Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros Deputados, cumprimentos a todos. -----
O Voto de Congratulação vai ser lido pela Maria João, Deputada do Partido Socialista, a quem solicito que dê a palavra. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra a senhora Deputada Maria João Carapeto, do PS.-----

A Deputada **Maria João Carapeto (PS)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento vossa Excelência, o Executivo, todos os Deputados presentes e lá em casa. -----

- Voto de Congratulação - Pela eleição de Adriano Pimpão como Presidente do Conselho Regional do Algarve; -----

“O Professor Adriano Pimpão dispensa apresentações, mas é justo sublinhar que esta eleição reconhece um percurso de mérito académico e cívico excecional. Antigo Presidente desta Assembleia Municipal, antigo reitor da Universidade do Algarve e antigo Secretário de Estado. A sua experiência é um ativo inestimável para a nossa região. A sua eleição, ocorrida a 7 de janeiro, surge num momento crítico de reorganização administrativa e de gestão de fundos comunitários e estratégicos. O Conselho Regional, assume um papel de relevo na definição da estratégia de desenvolvimento regional e no acompanhamento dos programas da União Europeia. A nova Comissão Permanente, eleita por ampla maioria, integra como Presidente, Adriano Pimpão e como Vice-Presidente Álvaro Bila, Presidente da Câmara Municipal de Portimão e tem representantes de diversos municípios e das confederações empresariais, CIP e CCP. -----

Uma palavra de apreço à anterior Comissão Permanente, nomeadamente ao Vice-Presidente cessante, Vítor Aleixo, bem como aos seus Vice-Presidentes e restantes membros que agora terminam funções. Face ao exposto, propõe-se que a Assembleia Municipal de Loulé, reunida a 20 de fevereiro de 2026, delibera: -----

1. Expressar o seu mais vivo voto de congratulação ao Prof. Doutor, Adriano Pimpão pela sua nomeação para a Presidência do Conselho Regional da CCDR Algarve, que



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

muito prestigia o nosso município, desejando-lhe a si e a toda a sua equipa, o maior sucesso no exercício destas funções, em prol do progresso económico, social e ambiental da região. -----

2. Dar conhecimento do presente Voto de Congratulação ao Presidente, Vice-Presidentes e restantes eleitos do Conselho Regional, ao Presidente e Vice-Presidentes cessantes, à AMAL, à CCDR Algarve, a todas as Câmaras e Assembleias Municipais da região e à Comunicação Social". -----

Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Por ocasião desta apresentação, coloco então ao plenário a possibilidade do uso da palavra de algum dos senhores deputados. Portanto, não havendo pedido de intervenção, iremos ainda com o sistema manual, passar ao período de votação. -----

Passou-se à votação: -----

- **Voto de Congratulação - Pela eleição de Adriano Pimpão como Presidente do Conselho Regional do Algarve**, apresentado pelo GM do PS.-----

Foi **aprovado por maioria**, com 32 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA) e 6 abstenções (CHEGA). -----

O **Presidente da AML** disse: Iremos já de seguida passar para um segundo Voto de Congratulação. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- **Voto de Congratulação - Pela Reeleição de José Apolinário como Presidente da CCDR Algarve**, apresentado pelo GM do PS; -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra a bancada do Partido Socialista, o senhor Deputado Carlos Silva Gomes, para a apresentação do Voto de Congratulação. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Solicito que dê a palavra à senhora Deputada Ivone Machado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2025-2029

desta bancada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra a senhora Deputada Ivone Machado, do PS. -----

A Deputada **Ivone Machado (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento a mesa, senhor Presidente da Câmara Executivo, todos os Deputados e todas as pessoas que nos assistem aqui e em casa.
- Voto de Congratulação - Pela Reeleição de José Apolinário como Presidente da CCDR Algarve; -----

"A Assembleia Municipal de Loulé congratula-se com a reeleição de José Apolinário como Presidente da CCDR Algarve, na sequência da eleição indireta realizada a 12 de janeiro de 2026. -----

Na eleição, participaram 469 dos 500 eleitos locais da região, tendo José Apolinário obtido 356 votos a favor (75,91%), 86 em branco (18,34%) e 27 nulos (5,76%). -----
Pelos Presidentes de Câmara Municipal do Algarve, conforme previsto na Lei, foi igualmente eleito o Vice-Presidente da CCDR Algarve, o Deputado Jorge Botelho, o qual também saudamos. -----

Estão assim criadas as condições para continuar a realizar o excelente trabalho de envolvimento e participação dos Municípios, que tem vindo a ser executado na defesa dos interesses estratégicos da região, num contexto nacional e internacional cada vez mais complexo. -----

Uma palavra também de apreço pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, pelos Vice-Presidentes cessantes, José Pacheco, Elsa Cordeiro e Pedro Monteiro. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida a 20 de fevereiro de 2026, delibera:

1. Expressar o seu voto de congratulação ao Dr. José Apolinário pela sua eleição para a Presidência da CCDR Algarve, desejando-lhe, bem como à restante equipa, o maior sucesso no exercício destas funções em prol do progresso económico, social e ambiental da região. -----

2. Dar conhecimento do presente Voto de Congratulação ao Presidente e Vice-Presidente eleitos, aos Vice-Presidentes cessantes e a todos os envolvidos nas eleições, AMAL, Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e à Comunicação Social." -----

Muito obrigado. -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora deputada. Na sequência desta apresentação, coloco então ao plenário a questão se algum dos senhores Deputados se quer pronunciar sobre este Voto de Congratulação? Portanto, não existindo aparentemente pedidos de intervenção, iremos passar à votação do voto apresentado.

Passou-se à votação: -----

- Voto de Congratulação - Pela Reeleição de José Apolinário como Presidente da CCDR Algarve, apresentado pelo GM do PS; -----

Foi **aprovado por maioria**, com 32 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA) e 6 abstenções (CHEGA). -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- Voto de Pesar - “Pelo Falecimento de Artur Henrique Lara Ramos”, apresentado pelo GM do PSD; -----

O **Presidente da AML** disse: Passando de imediato a alínea e) do artigo 52 do Regimento, ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, temos a referir três Votos de Pesar. Iremos começar pelo Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Henrique Lara Ramos. Este Voto de Pesar vai ser apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata e dou a palavra ao senhor deputado Helder Faísca para a apresentação. -----

O Deputado **Helder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, Senhor Presidente. Permita-me na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e quem nos escuta e vê lá de casa. O Voto de Pesar, vai ser apresentado pelo deputado João Carlos Santos. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor Deputado João Carlos Santos. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento a Assembleia, o Executivo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

respetivas bancadas, quem nos assiste em casa e quem aqui está presente. -----

“A Bancada Municipal do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal de Loulé, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Artur Henrique Lara Ramos, nascido a 15 de fevereiro de 1947, natural de Alfena - Valongo, figura maior do desporto nacional e do Atletismo algarvio. -----

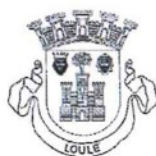
Professor de Educação Física, treinador, dirigente, organizador e dinamizador incansável do atletismo, Artur Lara Ramos dedicou mais de cinco décadas da sua vida à promoção do desporto, à formação de jovens atletas e à afirmação do Algarve no panorama nacional e internacional. -----

Licenciado pelo Instituto Nacional de Educação Física, desenvolveu uma carreira de excelência como docente em várias escolas do Algarve, tendo igualmente lecionado na Universidade do Algarve e no Instituto Universitário D. Afonso III. -----

No plano técnico e federativo, exerceu funções de elevada responsabilidade, designadamente como Diretor Técnico da Associação de Atletismo de Faro, Presidente da Associação de Atletismo do Algarve, Seleccionador Nacional em diversos escalões e dirigente da Federação Portuguesa de Atletismo. Esteve presente em múltiplos Campeonatos do Mundo e da Europa, integrando equipas técnicas nacionais e representando Portugal com mérito e competência. -----

No concelho de Loulé deixou uma marca profunda e duradoura. Foi Professor da disciplina de Atletismo no Instituto Universitário D. Afonso III, entre 1998 e 2002, contribuindo para a formação académica de novos profissionais do desporto. Enquanto treinador, orientou o Louletano Desportos Clube (1980-1983) e o Grupo Desportivo de Vilamoura (1988-1996), alcançando com este último o título de Campeão Nacional da II Divisão em 1993, 1994 e 1995, e liderando ainda a equipa de Vilamoura vencedora dos “Jogos sem Fronteiras” na final de Namur, na Bélgica. - Foi Diretor Técnico do Cross das Amendoeiras durante mais de três décadas, assumindo igualmente funções de Diretor e Responsável Técnico em diversas competições internacionais realizadas no concelho, nomeadamente na Taça dos Clubes Campeões Europeus de Corta-Mato, no Campeonato Nacional de 2000, na Taça dos Clubes Campeões Europeus de Estrada em Quarteira (1992) e na Taça dos Clubes Campeões Europeus de Pista (1998). -----

Desempenhou “ainda funções de Vice-Presidente do Comité Organizador do Campeonato do Mundo de Corta-Mato (2000) e do Campeonato do Mundo da Meia Maratona (2003), ambos em Vilamoura. Foi responsável pelo desenho das pistas de



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

cross de Vilamoura (1998 e 1999) e pela coordenação da Pista de Atletismo da Câmara Municipal de Loulé (1999), contribuindo decisivamente para a afirmação do concelho como referência nacional e internacional no Atletismo e no desporto de alto rendimento. -----

Ao longo da sua vida foi distinguido com diversas medalhas e homenagens públicas, entre as quais a Medalha de Mérito da Federação Portuguesa de Atletismo, a Medalha de Valor Desportivo Grau Ouro da Câmara Municipal de Faro e o PIN de Ouro da Associação Europeia de Atletismo, reconhecimentos que traduzem o impacto da sua ação e o respeito conquistado junto da comunidade desportiva. -----

Com o seu desaparecimento, o desporto algarvio perde uma das suas referências maiores, um homem de dedicação exemplar, competência reconhecida e profundo compromisso com a formação, o rigor e a excelência. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida em sessão ordinária, delibera: -----

1. Manifestar o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Professor Artur Henrique Lara Ramos; -----
2. Endereçar à família e amigos as mais sentidas condolências; -----
3. Guardar um minuto de silêncio em sua memória; -----
4. Dar conhecimento do presente Voto de Pesar à família enlutada e às entidades desportivas com as quais manteve ligação." -----

De facto, faleceu no dia 26 de dezembro aos 78 anos e a nossa bancada não poderia deixar de partilhar com a Assembleia, de facto, o papel que Artur Henrique Ramos teve no atletismo, no Algarve, mas também a nível nacional. E, como tal, a sua ação no nosso Município. -----

E dessa forma, deixamos aqui à Assembleia este Voto de Pesar para que efetivamente se lembre a ação deste homem ímpar do atletismo algarvio e nacional. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado, pela apresentação. Coloco agora ao plenário a possibilidade de intervenção se algum dos senhores Deputados querem intervir neste momento. Portanto, não havendo intervenções, iremos passar à respetiva votação. Portanto, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Na sequência desta aprovação, solicitava aos Senhores Deputados e a todos os presentes o cumprimento do correspondente minuto de silêncio. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Passou-se à votação: -----

- Voto de Pesar - “Pelo Falecimento de Artur Henrique Lara Ramos”, apresentado pelo GM do PSD; -----

Foi aprovado por unanimidade. -----

Foi realizado um minuto de silencio. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado a todos. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** interveio e disse: Senhor Presidente, peço desculpa. Aproveito para cumprimenta-lo e a todos os presentes. Eu tenho só aqui uma dúvida. Este Voto de Pesar, foi enviado juntamente com os outros dois ou foi individual? Porque eu não encontro? E já que falei aqui com os meus colegas e nós não recebemos este Voto de Pesar. É só isso. -----

O Presidente da AML disse: Podemos confirmar depois. Os serviços irão confirmar. Obrigado, senhora Deputada. Portanto, iremos passar agora ao voto de pesar e solidariedade pelas vítimas e populações afetadas pelas tempestades de fevereiro de 2026. Este Voto de Pesar é apresentado pela Mesa e pedia a colaboração da segunda secretária, a senhora deputada Elizabeth Necker, para a sua leitura. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- Voto de Pesar e “Solidariedade pelas vítimas e populações afetadas pelas tempestades de fevereiro de 2026” apresentado pela AML; -----

A Deputada **Elisabeta Necker (2ª Secretária)** tomou a palavra e disse: Boa noite. Antes de iniciar, quero cumprimentar todos os presentes através da mesa e aqueles que assistem em casa. -----

- Voto de Pesar e “Solidariedade pelas vítimas e populações afetadas pelas tempestades de fevereiro de 2026”; -----



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Em fevereiro de 2026, Portugal enfrentou um dos períodos meteorológicos mais adversos das últimas décadas, tendo sido fustigado por sucessivas tempestades, destacando-se a depressão “Kristin”, que causaram múltiplos danos e vítimas. ----- Estes fenómenos provocaram um cenário de emergência nacional, com elevados prejuízos materiais, comunidades isoladas e privadas de acesso a bens essenciais, e mais de uma dezena de vítimas mortais já confirmadas, deixando milhares de portugueses numa situação de grande vulnerabilidade. ----- Neste contexto, a Assembleia Municipal de Loulé expressa publicamente o seu mais profundo pesar pelas vidas perdidas, endereçando às famílias enlutadas as mais sentidas condolências e afirmando a sua solidariedade para com todas as populações atingidas por esta tragédia. ----- Solidariedade que é estendida a todos os órgãos municipais que, estando na gestão dos municípios que foram particularmente afetados, enfrentam agora momentos de elevada exigência na reconstrução das suas comunidades. ----- A Mesa da Assembleia Municipal de Loulé, exorta assim ao cumprimento de um minuto de silêncio em memória dos cidadãos que perderam a vida na sequência do mau tempo.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada, pela apresentação do Voto de Pesar. Coloco então ao Plenário se algum dos senhores deputados quer intervir neste âmbito. Portanto, iremos passar então à votação. -----

Passou-se à votação: -----

- **Voto de Pesar e “Solidariedade pelas vítimas e populações afetadas pelas tempestades de fevereiro de 2026”** apresentado pela AML; -----

Foi aprovado por unanimidade. -----

Foi realizado um minuto de silêncio. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado pelo cumprimento deste minuto de silêncio. Passamos então ao último Voto de Pesar desta ordem de trabalhos. É o Voto de Pesar pelo falecimento de José Carlos Rolo, também apresentado pela Mesa e para a sua apresentação, peço a colaboração da 1ª Secretária, a deputada Marilyn



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Tomás, para a sua apresentação.-----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- Voto de Pesar - “Pelo falecimento de José Carlos Rolo, apresentado pelo GM do PS; -----

A 1.^a Secretária, Marilyn Tomás (PSD) tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todos. -----

- Voto de Pesar - “Pelo falecimento de José Carlos Rolo; -----

“A Assembleia Municipal de Loulé manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento no passado dia 11 de fevereiro, de José Carlos Rolo. -----

Dedicou toda a sua vida à causa pública e ao serviço da população de Albufeira. O seu percurso fica marcado pelo serviço à comunidade, como professor, vereador, vice-presidente e, finalmente, como Presidente da Câmara Municipal de Albufeira. --- Foi membro da Assembleia Municipal de Albufeira durante dois mandatos, na década de 90. -----

Figura marcante da vida pública algarvia, José Carlos Rolo dedicou grande parte do seu percurso ao serviço da Albufeira e do Algarve. A sua ação contribuiu para a afirmação do concelho e para o desenvolvimento do Algarve. -----

Assim, com a convicção de que a sua partida deixou a Democracia mais pobre, propõe-se, pelo seu percurso e exemplo de vida, que a Assembleia Municipal de Loulé delibere: -----

1. Aprovar o presente do Voto de Pesar pelo falecimento do senhor José Carlos Rolo, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.” -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora deputada. Coloco então ao plenário novamente a hipótese de intervenção, se algum dos senhores Deputados quiser intervir. Não havendo pedidos de intervenção, iremos passar à votação. Na sequência do mesmo, pedia então o cumprimento do correspondente minuto de silêncio -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Passou-se à votação: -----

- Voto de Pesar - “Pelo falecimento de José Carlos Rolo”, apresentado pelo GM do PS; -----

Foi aprovado por unanimidade. -----

Foi realizado um minuto de silêncio. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado a todos. Iremos passar, sim tenho aqui um pedido de intervenção da senhora deputada Bárbara Correia, do PSD, tem a palavra, senhora deputada.-----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, senhor Presidente, senhores Deputados e público presente. -----

Eu gostaria só de fazer um ponto de ordem à mesa sobre a condução dos trabalhos, precisamente sobre esta forma que estamos a seguir, dos Votos de Pesar e deste minuto de silêncio. Eu gostaria de sugerir, que os Votos de Pesar fossem lidos, portanto, todas as suas declarações e que no final, sim, fizemos um minuto de silêncio para todos em conjunto, como aliás é prática em muitas Assembleias e, aliás, na própria Assembleia da República. E acho que poderíamos adotar este procedimento aqui, se todas as bancadas concordassem, naturalmente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora deputada. Nós vamos registar. Contudo, a Mesa faz aqui duas observações. Primeiro, em resposta à intervenção da senhora Deputada Sandra, dizer que os serviços apuraram que efetivamente o Voto de Pesar foi enviado. Em relação à intervenção da senhora deputada Bárbara, dizer que o assunto foi colocado em Conferência de Representantes, aos líderes de bancada e, portanto, não havendo aqui unanimidade, nós optámos pela redundância maior, mas anotamos e obviamente estamos cá para ir sempre melhorando a condução dos trabalhos, desde que isso, democraticamente seja a opção indicada. A senhora deputada Sandra Ribeiro, do CHEGA, tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Na sequência do que está a dizer, aquilo que nós decidimos por unanimidade, mas não em que faríamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

três minutos de silêncio. Portanto, faríamos os votos individualmente. E é prática comum, digamos assim, fazer um minuto de silêncio por todos. Portanto, eu concordo com aquilo que a Deputada Bárbara está a dizer. E se foi essa a compreensão que retirámos do nosso consenso. Falhou de facto esta parte, porque não faz sentido estarmos a fazer três minutos de silêncio. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora deputada. Nós, obviamente é um aspeto que eu acho que que devemos de aperfeiçoar, se for esse o entendimento de todos, e, portanto, obviamente que está registado. Em relação à alínea f), se não houver mais intervenções sobre este assunto, prosseguimos para a alínea f) do artigo 52 do Regimento, ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, e temos a referir as seguintes entradas. Portanto, a Mesa recebeu uma recomendação sobre a instalação urgente de um Julgado de Paz no Município de Loulé, apresentada esta Recomendação pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- Recomendação – “Instalação Urgente de um Julgado de Paz no Município de Loulé”, apresentado pelo GM do CHEGA; -----

O **Presidente da AML** disse: Dou então a palavra ao grupo municipal do partido CHEGA, à senhora deputada Sandra Ribeiro, para fazer a apresentação da Recomendação. Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Ribeiro. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Muito bem a recomendação que nós trazemos hoje, tem a ver com a necessidade de haver julgados de paz na região do Algarve, ou no distrito de Faro, porque realmente não existe. -----

- Recomendação – “Instalação Urgente de um Julgado de Paz no Município de Loulé”; -----

Os tribunais da Comarca de Faro encontram-se frequentemente sobrecarregados com litígios de reduzida complexidade - matérias tipicamente afetas aos Julgados de Paz, cuja resolução poderia ser muito mais célere, acessível e eficaz através desta via. Desde conflitos de consumo, problemas de arrendamento, questões de vizinhança, pequenas indenizações, contratos e litígios do quotidiano, inúmeros processos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

hoje ocupam os tribunais poderiam ser tratados com proximidade e rapidez no julgado de paz ao serviço da comunidade. -----

A inexistência de qualquer julgado de paz no Algarve é, de facto, difícil de justificar, sobretudo numa região com elevada densidade populacional, forte atividade económica e enorme pressão turística. -----

A criação de um Julgado de Paz em Loulé, traria benefícios imediatos e expressivos, nomeadamente: -----

. redução da carga processual nos tribunais judiciais; -----

. celeridade na resolução de litígios, com impacto claro para residentes, empresas e visitantes; -----

. reforço da justiça de proximidade e da confiança dos cidadãos; -----

. projeção de Loulé como concelho pioneiro e eficiente no acesso à justiça. -----

Nos termos da Lei n.º 78/2001, a instalação de Julgados de Paz depende da celebração de protocolo entre o Ministério da Justiça e os municípios interessados. Assim, vimos solicitar a V.Ex.^a que considere iniciar o procedimento formal, recomendando ao Executivo de Loulé a celebração de um protocolo, entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal, manifestando a disponibilidade de Loulé para acolher esta estrutura - uma estrutura que, em boa verdade, já deveria existir há muito tempo no Algarve." -----

Queria deixar nota que isto é um assunto que os munícipes nos têm feito chegar, porque realmente os processos são morosos, as custas são elevadas e o que é facto é que, nós seguimos para o Alentejo e já temos Julgados de Paz, e não conseguimos compreender como é que a região do Algarve não tem. Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora deputada. Coloco então agora ao plenário o período de inscrições para a intervenção. Temos já aqui dois pedidos de inscrição. Então, pela ordem de inscrição, iria dar a palavra à senhora Deputada Irina Martins, do PSD. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e Executivo, excelentíssimos senhores deputados e demais presentes na sala e que nos estão a ouvir em casa. -----

A bancada do PSD votará favoravelmente esta Recomendação, não apenas pela sua oportunidade, mas porque ela corresponde a um compromisso assumido no nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

programa eleitoral enquanto coligação, que era reforçar a justiça de proximidade e melhorar na prática, o acesso dos cidadãos à justiça e ao direito. -----

Os Julgados de Paz, como foi dito aqui pela senhora deputada, são efetivamente um instrumento moderno de resolução de litígios de menor complexidade, que, na terminologia corriqueira, chamamos bagatelas jurídicas, e que têm efetivamente ganhos evidentes de celeridade, simplicidade processual, redução de custos e contribuem para aliviar a pressão dos tribunais comuns. -----

É uma medida de concretiza princípios estruturantes do Estado de Direito e de tutela jurisdicional efetiva de igualdade no acesso à justiça, aproximando aquilo que é a resposta pública das pessoas e das pequenas empresas e uma fácil compreensão daquilo que são as matérias de decisão. Para exemplo, os Julgados de Paz mais próximos que existem do concelho de Loulé, são os de Castro Verde. Estando atualmente submersos em processos, apenas dispõem atualmente de um juiz que acumula funções com os Julgados de Paz de Setúbal, e desloca-se a Castro Verde uma vez por mês para decidir e tomar decisões. Os algarvios podem efetivamente enviar situações de conflito para os Julgados de Paz de Castro Verde, contudo, os mesmos não vão ser decididos por estes julgados de Paz. São apenas, promovida a mediação entre as partes e nada mais. -----

Por isso, e tendo em conta a existência dos Julgados de Paz e deste mecanismo, consideramos que importa dar este passo importante de seriedade institucional e sentido de cooperação, promovendo os contactos necessários para viabilizar a instalação e o funcionamento desta resposta no concelho de Loulé. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora deputada. Passo então ao senhor Deputado Carlos Silva Gomes, da bancada do Partido Socialista. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Saudar esta iniciativa do CHEGA, de apresentar a Recomendação sobre esta matéria. No mandato anterior, o Grupo Municipal do Partido Socialista, tinha já abordado o anterior executivo no sentido de se estudar a viabilidade desta situação avançar e nunca aconteceu, portanto, é da maior pertinência. -----
Saudar também a forma como a redação da Recomendação está feita, centrando se exatamente em questões objetivas e sem grandes considerações de natureza política ou partidária ou ideológica. Centrarmos nos interesses dos nossos municípios e



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

acompanhamos por completo a recomendação do CHEGA. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. O período de inscrições ainda está aberto. Se algum dos senhores Deputados quiser intervir. Portanto, não havendo mais pedidos de inscrição, iremos passar a votação, comunicando que tudo indica que os dispositivos já estão operacionais. Então pedia o favor de acionarem o dispositivo com a vossa opção. -----

Passou-se à votação: -----

- **Recomendação - “Instalação Urgente de um Julgado de Paz no Município de Loulé”,** apresentado pelo GM do CHEGA; -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

O **Presidente da AML** disse: Passemos então às Moções. Recebemos uma Moção sobre o Aterro Sanitário do Sotavento, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- **Moção “Sobre o Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio”,** apresentado pelo GM do PS; -----

O **Presidente da AML** disse: Dou a palavra de imediato para a sua apresentação, ao GM do PS, tem a palavra o senhor Deputado Carlos Silva Gomes. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Solicito que dê a palavra ao senhor Deputado Márcio Fernandes. O meu obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra o senhor Deputado Márcio Fernandes, do PS. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O Deputado **Márcio Fernandes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento toda a toda a Mesa, senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa, cumprimento o restante executivo. Caros senhores Deputados e senhoras Deputadas e o público que nos assiste aqui e lá em casa. -----

- **Moção “Sobre o Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio”**; -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loulé, vem mostrar a sua preocupação relativamente à possibilidade de construção da Célula “D”, para depósito e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), no Aterro Sanitário do Sotavento, localizado na Cortelha. -----

O processo esteve recentemente em consulta pública, embora lamentavelmente divulgado de uma forma muito tímida, tendo em conta a importância do tema para as pessoas do interior. Dar nota, que houve uma sessão pública, a escassos dias de terminar o processo de consulta pública. No entanto julgamos, em nossa opinião, que teria sido importante os deputados municipais, terem sido convidados para participar. Preocupa-nos enquanto deputados representantes dos munícipes, mas também enquanto cidadãos residentes neste concelho, pois o funcionamento do Aterro Sanitário do Sotavento, é um assunto de grande relevância para o futuro do interior, uma vez que a construção da Célula “D”, representa o perpetuar no tempo, deste aterro que tanto tem lesado e afetado negativamente a população que vive no coração da Serra do Caldeirão, a qualidade do ar que se respira, com o agravamento do efeito de estufa pela ação do gás metano, a paisagem, a fauna, a flora, os aquíferos e a degradação constante das vias de comunicação. -----

Como já referimos, a construção da Célula “D” significa a expansão da capacidade de funcionamento do Aterro Sanitário do Sotavento, por mais anos. -----

E isso é ainda mais preocupante quando, até ao dia de hoje, não se conhece nenhum estudo ou plano regional para a sua realocização, tendo em conta que este aterro está esgotado, em fim de vida, obsoleto, e com um histórico de múltiplas inconformidades no seu funcionamento. -----

O facto de não haver nenhum plano regional para futuro aterro fora dos limites do concelho de Loulé, leva-nos a temer que a seguir à Célula “D” as entidades regionais cedam, por inércia, à tentação de perpetuar o problema através da criação de novas células. -----

O nosso Município não pode permitir isso! -----

Os cidadãos que vivem nesta zona serrana do concelho de Loulé, não querem mais, as associações de defesa do ambiente, também têm denunciado várias



[Handwritten signature and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

irregularidades no funcionamento deste aterro ao longo dos anos e a fauna, a flora e os aquíferos que tanto defendemos para as ODS, não aguentam mais esta agressão. Perpetuar a capacidade de expansão deste aterro, de célula em célula, é matar a zona serrana do concelho de Loulé, eternizando-a como uma das "lixeiros" do Algarve. ---- A Célula "C" está prestes a esgotar a sua capacidade, e para tal bastou um espaço de 6 anos, quando era perspectivado um tempo de vida útil de cerca de 10 anos. Um ritmo frenético, muito curto e simultaneamente muito nocivo, dadas as inúmeras inconformidades técnicas, estruturais e ambientais detetadas na atual Célula "C", bem como nas anteriores. -----

Para além das inconformidades detetadas no seu funcionamento, basta ver a quantidade de camiões que, de hora em hora, percorrem a estrada da serra, danificando-a por completo, para depositar o lixo no interior do concelho de Loulé. As águas das ribeiras estão poluídas, o cheiro e os odores, especialmente no Verão, são desconcertantes, a qualidade deteriora-se e a paisagem e os habitats ao seu redor estão destruídas. -----

Não podemos ignorar que a gestão dos resíduos no nosso concelho em especial, e no Algarve em geral está, segundo associações ambientalistas, à beira do colapso. Por isso, a solução apresentada - construir mais uma célula (embora contemplada no projeto inicial) é um remendo que perpetua um modelo de gestão obsoleto. ----- Neste contexto, e tendo em conta os recentes alertas e preocupações deixados pelas associações de defesa do ambiente e também pela população, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loulé, propõe que nesta Assembleia se delibere exigir que as entidades competentes garantam e façam cumprir de forma escrupulosa os seguintes aspetos: -----

1. Resolução das inconformidades detetadas: a Câmara Municipal de Loulé deve continuar a pressionar junto da Comissão de Desenvolvimento Regional do Algarve, da AMAL e da ALGAR - entidade gestora do aterro, para que sejam resolvidas de forma escrupulosa todas as inconformidades técnicas, estruturais e ambientais, detetadas na atual célula em funcionamento, ou seja a "C", impedindo, ou no mínimo, condicionando, com base no seu histórico de inconformidades, o licenciamento da nova Célula "D". -----

2. Cumprimento de todos os requisitos legais: dado o facto da Célula "D" estar inserida num território de Rede Natura 2000 (ZEC do Caldeirão) e Reserva Ecológica Nacional (REN) é imprescindível que entidades competentes garantam, por um lado, o cumprimento de todos os requisitos legais, bem como os regimes de proteção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

ambiental nesta área e, por outro, monitorizem e fiscalizem de forma mais regular, incisiva e transparente o funcionamento operacional do aterro, bem como todos aspetos que influenciam os aquíferos próximos, os aspetos geológicos e a qualidade do ar, entre outros aspetos. -----

3. Garantir que o futuro aterro se localize fora do concelho de Loulé: em sessões anteriores desta Assembleia Municipal este problema já foi amplamente falado e ficou bem patente, da parte do Executivo e da maioria dos Deputados, que o concelho de Loulé, já deu o seu contributo ao Algarve nesta matéria, sacrificando o interior do seu território para depósito de resíduos. -----

4. Exigir que as entidades competentes nesta matéria, a nível regional, apresentem um plano concreto para o fim do Aterro Sanitário do Sotavento, através da apresentação de um estudo de viabilidade para a localização de um futuro aterro fora do concelho de Loulé. -----

Na defesa do nosso território e das suas gentes, sublinhamos que o interior e a serra do concelho de Loulé não podem continuar a ser o eterno depósito de resíduos. -----

As pessoas merecem respeito e, acima de tudo, a possibilidade de terem um futuro mais sustentável no local onde escolheram viver - a nossa serra." -----

A Presente Moção, depois de aprovada, deverá ser enviada a Sra. Ministra do Ambiente, à CCDR Algarve, à AMAL e à ALGAR e da mesma deve ser dado conhecimento a todas as Assembleias Municipais do Algarve e à Comunicação Social". -----

Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado Márcio, por esta importante Moção para o nosso concelho. Coloco então à consideração do Plenário as intervenções que queiram os senhores Deputados proferir no âmbito desta Moção. Senhor Deputado Helder Faísca, do Partido Social Democrata, tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. É só para dizer que, de facto, a bancada do Partido Social Democrata partilha estas preocupações. Portanto, iremos votar favoravelmente. Temos uma Declaração de Voto para juntar no fim. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Há mais inscrições para este momento? Não se registando mais inscrições, iremos passar a votação.



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

senhor Deputado, pode ler então a Declaração de Voto. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. -----

Declaração de Voto - “O Grupo Municipal do PSD, vota favoravelmente a presente Moção porque concorda, no essencial, com a necessidade de maior escrutínio, transparência, fiscalização e rigor legal, relativamente ao Aterro do Sotavento, bem como, com a urgência de uma solução regional, que ponha termo à lógica de perpetuação célula em célula, que tem penalizado durante décadas a serra e as suas populações. -----

Dito isto, o PSD regista que esta Moção padece de um problema político grave; falta de memória e falta de assunção de responsabilidades. Este dossier não apareceu por geração espontânea. Resulta de decisões iniciais concretas, tomadas por quem governava e decidiu instalar e manter este equipamento neste território, com impactos acumulados e contrapartidas, sempre insuficientes para quem lá vive. Não é aceitável que os mesmos que abriram o caminho, e que ao longo dos anos foram empurrando o problema, se apresentem hoje, como se fossem apenas espectadores indignados das consequências. -----

E há um ponto, que torna esta exigência ainda mais inadiável, a Célula “C” foi construída sem ter sido votada em Assembleia Municipal, após retirada do assunto das propostas do Executivo, na sequência de pressão exercida neste órgão deliberativo. Este facto, por si só, é revelador da forma como se tentou, em momentos decisivos, evitar o debate público e diluir responsabilidades. -----

O PSD acompanha as exigências da legalidade e fiscalização inscritas na Moção, incluindo o cumprimento dos regimes aplicáveis por se tratar de área com condicionantes ambientais relevantes. -----

Mas deixa claro: a defesa do território não se faz com declarações tardias. Faz-se com decisão política transparente, documentação completa, compromissos com prazos e fiscalização efetiva e, sobretudo, com a coragem de dizer quem decidiu e quem falhou. Por isso, votamos favoravelmente, mas com uma mensagem direta: basta de remendos e basta de amnésias. A Serra não pode continuar a ser o destino permanente dos resíduos do Algarve. Queremos uma solução estrutural, regional, fora do concelho, com responsabilidades assumidas e consequências para quem sempre preferiu empurrar o problema para cima dos mesmos.” Muito obrigado. -----

JP
CDS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Há mais intervenções? Senhor Deputado Carlos Silva Gomes, o Partido Socialista tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. O Grupo Municipal do Partido Socialista está focado nos interesses das populações e é evidente que o passado e os processos se fazem parte do sítio onde estamos hoje. Estamos pouco interessados em fazer arqueologia de responsabilidades, quando o nosso foco é efetivamente no futuro. Se formos ver em termos de responsabilidades, muitos partidos ou os dois principais partidos desta Assembleia, que foram também os dois principais partidos com responsabilidades governativas, têm toda a responsabilidade no ponto onde estamos hoje. Acho que não nos devemos centrar nessa discussão. Devemo-nos centrar na discussão do problema que temos em mão neste momento, que é uma célula que está em funcionamento e que está aproximadamente a durar metade do tempo que devia durar. E se centrarmos na futura célula, que será muito cómodo manter no aterro atual, é que nós achamos que chegou a altura de dizer chega. Já demos. Eu peço desculpa, dizer basta, não posso dizer, chega a vontade. Já demos o nosso contributo para soluções que têm de ser regionais, é evidente, não pode haver soluções a nível dos municípios nesta matéria, têm de ser soluções integradas. Mas o sítio onde o aterro foi colocado, e praticamente em cima da Rede Natura, será, eventualmente de todos os sítios do Algarve, o que seria menos aconselhado que ela tivesse. Responsabilidades há várias e diluídas e dispersas e concentradas. Neste momento não é isso que nos interessa, o que nos interessa é que a região, tem de arranjar uma solução para a questão dos resíduos. Não é só uma questão da localização dos aterros, é uma questão das políticas para diminuir resíduos. Nós estamos cada vez mais a produzir, mais resíduos e nada está a ser feito para diminuir a quantidade destes resíduos. E pensamos que é nisso que nos devemos, nos devemos focar. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Continua aberto o período de inscrições. Há uma inscrição, a senhora Deputada Liliana, do partido CDS-PP, tem a palavra. -----

A Deputada **Liliana Bom (CDS)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Presidente. Cumprimento na sua pessoa todos os membros desta Assembleia e o público aqui presente e também aqueles que nos assistem lá em casa. A bancada também vai obviamente, subscrever esta questão. No entanto, e apesar de não queremos fazer arqueologia e entendemos tudo isso, tem de haver alguma coerência. O que nós queremos deixar aqui, é chamar a atenção e recordar que todas estas decisões foram tomadas não só a nível local, mas a nível nacional, por executivos que existiram, que têm pessoas que têm rostos, que têm caras e estas decisões foram tomadas com consciência daquilo que acabou o sr. deputado por confirmar, estamos em Rede Natura. Portanto aqui é uma prova de que eu acho que isto deve servir de exemplo para todos nós, não para o partido A, B ou C, mas para nós, enquanto pessoas e cidadãos também, que as decisões quando são tomadas nesta Casa e em outras, como as consultas públicas, têm de ser verificadas por todos. E há pessoas que, em consulta pública, em todos os quadrantes da sociedade, podem e devem dar a sua opinião para que estas situações sejam evitadas. Portanto, o nosso voto vai ser obviamente a favor, porque também queremos o melhor para o município, porque também vivemos nele. Mas acho que isto deve ser, e se calhar servir de exemplo para todos os que estão aqui presentes, e todos aqueles que poderão vir a estar aqui presentes. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra a senhora Deputada Irina Martins, do Partido Social Democrata. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada pela palavra. Cumprimento novamente a todos, senhor deputado Carlos Silva Gomes, eu gosto muito da frase. "Um povo sem memória, sem passado e um povo sem futuro". Eu sei que é um cliché, mas agarro-me muitas vezes a ela para muitas coisas. E uma coisa que eu quero, e eu já tive esta discussão, nesta Assembleia Municipal e estou a ter um déjà-vu de voltar a 2017, e que eu questiono se os senhores dessa bancada têm a noção que a Célula "D", vai ser construída independentemente. Pronto, porque ela já foi publicada em Diário da República em 2015, antes sequer desta discussão ter vindo à Assembleia Municipal de 2017, para declaração do interesse público dos solos para que pudesse ser construída a Célula "C", é que foi o próprio executivo na altura de 2017, que trouxe cá, como se não houvesse problema nenhum de fazermos a declaração de interesse municipal, para que a Célula "C," pudesse ser, depois, por união de todos os Deputados, todas as bancadas. -----

JP
A. S.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Efetivamente, esse processo foi retirado desta Assembleia Municipal e foi passada a responsabilidade a quem se deve responsabilizar, que é quem tem as CCDR, a APA, o Governo. Por isso é que o PSD só quer é que fique fixado, que seja dita a verdade às pessoas, que esta Assembleia Municipal, quis travar as coisas em tempo, efetivamente, mas as coisas aconteceram ainda antes de 2017, ainda antes do nosso tempo, ainda antes de 2015, vem tudo de 1997 e do ano de 2000. Ou seja, nós aqui estamos a tentar travar uma derrocada de água, com uma peneira, neste momento. Agora que seja dita a verdade às pessoas e ao público que está lá em casa, que as decisões que estamos a tomar hoje e aquilo que estamos a pôr nesta Moção, e que os senhores puseram nesta Moção, deriva de decisões e de más decisões políticas, tomadas seja por quem for. Em 1997, em 2000 e em 2015 e que nós nesta Assembleia Municipal, temos de ser verdadeiros, que estamos a acarretar com todas as responsabilidades e que a população lá fora tem de saber disso. Simples quanto isso. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora deputada. Dou então a palavra ao senhor deputado Márcio, do PS, que pediu a palavra. Tem a palavra, senhor deputado. -----

O Deputado **Márcio Fernandes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Nós aqui não tentamos atirar responsabilidades para cima de ninguém, nem das decisões. O que nós aqui quisemos fazer foi, sabíamos que esta Célula estava prevista, desde o início do projeto. O que nós quisemos dizer, foi como fizemos um mandato, tivemos cá o diretor da ALGAR, foi garantir que o Município de Loulé, já tinha dado a sua quota parte neste processo. Sabemos que isso remonta a 1999. Muitos de nós ainda nem sequer tínhamos idade para decidir o que quer que fosse, alguns deles, eu, por exemplo. E o que nós estamos é preocupados, tal como os senhores também estão. E tendo em conta que este Aterro, está em fim de vida e está também em fim do projeto inicial que foi construído, o que nós queremos aqui é o vosso apoio, e já vimos que vamos ter, de garantir que as entidades não cedem à tentação, porque sabemos que não havendo nenhum projeto a nível regional, é isso que nos preocupa e que nós olhamos para o lado, não vemos ninguém preocupado com isto e sabemos que o lixo vai ter que ir para algum sítio. E não havendo um projeto regional e não pressionando de nós as entidades, pensando para o futuro, não é? Vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

ser complicado, porque vai aparecer alguma coisa para depois temos que decidir, se calhar em cima da hora. -----

Portanto, é mais um acautelar, e relembrar, que este processo está no fim, que a Célula "D" era a última que constava do projeto e que terão que ser repensadas novas formas e outra localização, porque nós, já desde 99 que contribuímos com isso nessa matéria. E não, não é aligeirar responsabilidades também não é carrega-las todas, porque este é um assunto que interessa a todos. O que nos interessa agora é o futuro, porque o passado já está enterrado na Serra do Caldeirão e mal enterrado! -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor deputado. Mais algum senhor deputado, quer usar da palavra. O senhor Deputado Carlos Gomes tem a palavra. ---

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Só para reafirmar, para sublinhar uma questão, sobre tudo aquilo que aqui foi dito é que é evidente, tudo corresponderá àquilo que se passou. Mas e eu na altura não acompanhava de perto estas matérias. Mas efetivamente esta Assembleia, e com largo espectro, foi responsável pela não aprovação da declaração de interesse municipal. Portanto, ou seja, a tradição desta Assembleia se opor àquilo que foram decisões políticas, muitas vezes das próprias cores partidárias, não vem de hoje. Portanto, não estamos a inaugurar agora, de repente, acordámos para a realidade. Não, já do antecedente, o Partido Socialista esteve na primeira linha de recusa à declaração de interesse municipal, relativamente a Célula "C", tanto que ela não foi aprovada nesta Assembleia e acabou por ter de ser a CCDR a chamar a si o processo, para que ele não parasse. Pelo menos é essa a informação que eu tenho do historial, como sabem, não estava cá. Mas parece-me que, politicamente isto também interessa sublinhar que é, esta convergência relativamente aos danos que aquela estrutura, nascida na altura em que nasceu e com os pressupostos que nasceu, mas que depois se foi arrastando, já na altura da Célula "C", uniu as bancadas no sentido de não passar a Declaração de Interesse Municipal. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Não vejo mais pedidos de inscrição. Há um pedido de inscrição do senhor Deputado Victor Coelho, do PSD, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O Deputado **Victor Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes, aqui e lá em casa. -----
Em Relação a este tema, que é sem dúvida um tema que mais nos une do que nos divide, creio eu. Aquilo que será talvez importante colocar ou até pôr em discussão, e nós próprios poderemos até aqui nesta Assembleia, esmiuçar um pouco mais isto, é encontrar soluções realmente para o pós ou para o imediato que vem a seguir, e nesse sentido, nós atualmente em Portugal temos uma Ministra do Ambiente, que por acaso foi eleita pelo Algarve, e que é uma pessoa que está muito sensível a estas questões. Aliás, o atual Executivo até já teve algumas reuniões com esta ministra, e sabe claramente que o seu papel é fundamental nesta matéria e é uma pessoa que veste muito bem a camisola do Algarve. Eu diria que, seria recomendável até, procurarmos de alguma forma propor uma solução para isto e encontrar soluções, porque existem países no mundo onde nós vivemos que já conseguem controlar os seus lixos, já conseguem controlar, incinerar e até reutilizar os seus lixos, e eu creio que Portugal tem todas as condições para isso. E porque não aproveitar o facto de a Ministra do Ambiente ser eleita pelo Algarve e assumirmos claramente um posicionamento de destaque, através do Algarve e resolver esta situação de uma vez por todas. Muito obrigado.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado, esse título eu até iria aqui frisar o último parágrafo da Moção, diz isso mesmo. Portanto, após a aprovação, deverá ser enviada a senhora Ministra do Ambiente e demais entidades que estão lá identificadas. Portanto, continua aberto o período de inscrições. -----
Portanto, não havendo aparentemente, mais inscrições, iremos passar à votação. ----

Passou-se à votação: -----

- Moção “Sobre o Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio”, apresentado pelo GM do PS; -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

- **Moção “Sobre a questão da falta de macas nas urgências da região”**, apresentado pelo GM do PS; -----

O **Presidente da AML** disse: Vamos passar então para a próxima Moção. Trata-se de uma Moção – Sobre a questão da falta de macas nas urgências da região, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. Dou a palavra ao Grupo do Partido Socialista para apresentar. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Silva Gomes. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Solicito que seja dada a palavra à senhora Deputada Ana Paula Neto. ---

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra à senhora deputada Ana Paula Neto. -----

A Deputada **Ana Paula Neto (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite. Cumprimento o Senhor Presidente, a Mesa Executivo, senhores Deputados, Público e quem nos assiste em casa. Esta Moção surge da necessidade em agir sobre um problema logístico, que tem estado a afetar a prestação do auxílio e socorro em algumas zonas do país e também da nossa região. -----

- **Moção “Sobre a questão da falta de macas nas urgências da região”**; -----

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta a sua preocupação perante as dificuldades vividas na área da saúde no Algarve, mais concretamente no que diz respeito à pressão sobre os hospitais e à capacidade de resposta em urgência e de emergência, no pré-hospitalar. -----

Como é do conhecimento de todos e tem sido amplamente noticiado, tanto em várias regiões do país como na região do Algarve, o problema da retenção de macas nos serviços hospitalares, acaba naturalmente por condicionar a disponibilidade das ambulâncias para outras situações de socorro. -----

Pensamos não ter sentido que ambulâncias e respetivas tripulações fiquem retidas nas urgências hospitalares por inexistência de macas disponíveis nas unidades hospitalares, quando no terreno doentes urgentes podem estar a aguardar por socorro que não chega. -----

São igualmente conhecidas as alterações introduzidas no sistema de atendimento e acionamento de meios do INEM, alterações essas que suscitam preocupações no que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

diz respeito à capacidade de resposta para situações de emergência, com casos também já noticiados no Algarve. Aliás essa foi também uma preocupação que o Grupo Municipal do PS trouxe, já este ano de 2026, para discussão nesta Assembleia através da apresentação de uma Moção contra a possibilidade de encerramento do Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) do Algarve, sediado em Loulé, aprovada por unanimidade. -----

Sem querer interferir nas competências gestionárias do Ministério da Saúde, do INEM e da dos hospitais, a Assembleia Municipal considera importante que os municípios algarvios acompanhem esta realidade com atenção e proatividade. -----

Nesse sentido, e porque se trata de um assunto de interesse regional, propõe-se: ----

1. Que o Executivo municipal, no âmbito da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, desencadeie os mecanismos necessários para que, em articulação com o Conselho de Administração da ULS-Algarve seja feito o levantamento das necessidades de macas nas urgências da região, ouvindo todos os intervenientes e avaliando de que forma os municípios podem contribuir, no âmbito das suas competências, para a melhoria da capacidade de resposta em saúde, seja através da possibilidade de aquisição de macas, seja do reforço de outros meios logísticos que se revelem necessários. -----

2. Propõe-se também que da presente Moção seja dado conhecimento à AMAL, à ULS - Algarve, ao INEM e a todos os Executivos e Assembleias Municipais do Algarve e à Comunicação Social. -----

A Assembleia Municipal reafirma assim o seu compromisso em fazer parte da solução, trazendo este assunto para debate e envolvendo os principais intervenientes - INEM, Bombeiros e Conselho de Administração da ULS Algarve, no sentido de detetarmos os principais problemas e, conjuntamente, agirmos no sentido de garantir um acesso seguro e atempado dos cidadãos aos cuidados de saúde, em especial em contextos de urgência e emergência. Apelamos, por isso, à aprovação desta Moção como um passo concreto para proteger a saúde e a segurança de todos os algarvios. Muito obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Está aberto o período de inscrições para intervenções dos Senhores Deputados. Temos três inscrições. Tem a palavra o sr. deputado Ruben Santos, do Partido Social Democrata.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O Deputado **Rúben Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimento-o a si, à restante mesa, ao Executivo, aos colegas Deputados e ao digníssimo público assistente que nos assiste aqui e lá em casa e, naturalmente, também aos serviços que nos prestam apoio. -----

Eu queria começar por dizer que iremos naturalmente votar a favor desta Moção, porque há um chão comum a que penso que todos temos aqui, que é a preocupação com a saúde e com a prestação de serviços e de cuidados de saúde aos nossos concidadãos, quer do nosso município, quer da nossa região. No entanto, eu penso que o diagnóstico sobre o problema da urgência e emergência pré-hospitalar ser essencialmente a falta de macas, é absolutamente limitador e limitativo daquela que é, a visão que temos para a saúde e para as melhorias das condições da prestação dos cuidados de saúde, na nossa região. -----

O problema da urgência e da pré emergência hospitalar na nossa região, vai muito além da questão das macas. Vai pelo espaço e infra- estruturas, vai pela falta de recursos humanos, vai pelos sistemas informáticos que muitas vezes falham e que não se consegue dar vazão aos doentes que estão retidos na urgência. Vai pelos picos de afluência que muitas vezes existem e tivemos há bem pouco tempo, o pico da gripe, vai pela dificuldade do acesso ao SNS e eu confesso que, já vi alguns casos de dores nas costas com três meses, irem ao serviço de urgência, porque não conseguem aceder ao SNS de outra forma, que não dessa, quando manifestamente não são uma urgência. E até pela falta de literacia em saúde que temos na nossa população, o nosso país e dos países da OCDE, com mais falta de literacia em saúde. Por isto tudo, e até porque penso que já todos fomos ou deveríamos ir visitar as urgências. Não é só no Hospital de Faro, não é só no Hospital de Portimão é noutros pontos do país, é também em Lisboa, no Porto, enfim, se nós formos a ver as urgências, estão com macas no corredor, exatamente porque muitas vezes o problema não é a falta de macas, é o sítio onde colocar as macas, é um problema até de infraestruturas. Em boa hora, este Governo começou a dar os primeiros passos, para mitigar esta questão. No nosso caso em concreto no Algarve, e penso que todos nós nos regozijamos por isso, até porque ele vai ser construído aqui, bem no nosso concelho, que é a construção do Hospital Central do Algarve. Foram dados os primeiros passos e o lançamento do concurso público internacional, por este Governo. Eu penso que, é isso, que também devemos salientar, quando discutimos saúde e os problemas da saúde na nossa região. Isto sim será essencial, para ajudarmos a resolver o problema da falta de espaço e de infraestruturas, para prestar o serviço de

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

saúde à nossa população. É exatamente por acharmos que é limitativo, olharmos para os problemas da urgência e da pré-emergência hospitalar, pela falta de macas. Aquilo que propomos à bancada do Partido Socialista, é que nas deliberações no primeiro ponto, nomeadamente na quarta linha, em vez de estar escrito que seja feito um levantamento das necessidades de macas, que fique apenas um levantamento das necessidades gerais, e aí sim, entendemos que a cooperação entre instituições e o diálogo interinstitucional deve ser feito e o Município de Loulé, dentro do quadro das suas competências, deve cooperar para a resolução dos problemas da saúde na nossa região. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Dou agora a palavra à senhora Deputada Sandra Ribeiro, do Partido CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Pois obviamente que nós acompanhámos esta Moção, e eu não me queria repetir em relação ao que o nosso colega acabou de dizer, mas efetivamente isto é pouco. Isto é muito pouco, porque a saúde está um caos em todo o país e o Algarve, não sei se é por estarmos cá no fundinho, mas está pior. Portanto, a situação da saúde no Algarve é lamentável. Não se perspetiva realmente a um curto prazo, grandes melhoras, infelizmente. E o colega estava a falar do Hospital Central do Algarve, que finalmente parece que vai nascer. Mas de nada nos vai adiantar, ter o melhor hospital do mundo, se não tivermos depois pessoas, para a estarem lá a cuidar dos doentes, não é? Precisamos de técnicos, precisamos de auxiliares, precisamos de médicos, enfermeiros e temos aqui um grande problema para resolver, porque se calhar não tem conhecimento, mas ainda no ano passado, a Câmara de Sintra, investiu 50 milhões € num hospital, com 80 camas para cuidados continuados. Um hospital que ia dar apoio a Cascais, e que tanta falta faz, porque nós temos um grande problema de cuidados continuados, e cuidados paliativos em todo o país. E fizeram a entrega da chave do hospital, e o hospital durante meses manteve-se fechado. Porquê? Porque não tem pessoas, para trabalhar dentro do hospital! Portanto, nós temos que ter em atenção que, não basta, ou não podemos pensar que quando tivermos um hospital, o tão desejado Hospital Central do Algarve pronto, que os problemas que se vão resolver, porque não é suficiente, é preciso atender às questões das carreiras, conseguir trazer médicos para o Algarve, fixar as pessoas cá, temos o problema da habitação, que é gravíssimo. E, portanto, isto está muito a fazer



[Handwritten signature]
Al.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

pela saúde, de norte a sul do país, e realmente o Algarve é uma grande preocupação. Eu também não queria deixar de lembrar aqui, que, obviamente que isto não se faz, de um dia para o outro, mas nós temos um legado, que nos foi deixado pelo Partido Socialista, quer queiramos quer não, a verdade é esta. -----

Portanto, congratulamo-nos de facto, com o Partido Socialista, neste momento, esteja preocupado com esta situação, mas temos que lembrar que, até há bem pouco tempo, isto foi provocado pela governação socialista, e eu fiz um levantamento, por exemplo, só no último ano de governação, que foi de 2023. E posso vos dizer que em 2023, sob a governação do Partido Socialista, o Serviço Nacional de Saúde, enfrentou episódios graves de retenção de macas, um problema que bloqueou ambulâncias e comprometeu o socorro de emergência em várias regiões do país. -----

Em maio de 2023, o Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-hospitalar denunciou o caos nas urgências do Hospital Garcia de Horta e do Hospital de Setúbal, onde dezenas de ambulâncias ficaram retidas por falta de macas hospitalares. A retenção de macas das corporações de bombeiros e do INEM, impediu que estas equipas voltassem à operacionalidade, deixando populações sem meios de socorro disponíveis, por períodos prolongados. Devido à gravidade da situação em 2023, a Liga dos Bombeiros Portugueses, começou a planear a cobrança de uma taxa aos hospitais, e a muita gente que não sabe disto. Por cada hora que acho que as tuas macas ficassem retidas, como forma de pressionar a gestão hospitalar e libertar os veículos. Perante as críticas, o Governo de António Costa, anunciou no final de 2023, o investimento em novas viaturas e equipamentos, embora os sindicatos e associações de socorro, sublinhassem que o problema residia na falta de camas e internamento e na fluidez das urgências, e não apenas no número de ambulâncias. Este cenário de 2023, agravou as tensões entre as entidades de Socorro e o Ministério da Saúde, servindo de prelúdio para crises ainda mais acentuadas, registradas no início de 2024 e agora, em 2026. Portanto, realmente, isto faz-nos refletir, e é importante e urgente, todos nós estarmos unidos para resolver o problema da saúde no Algarve. Mas o problema de saúde do Algarve, não é só a falta de macas. Eu posso, só para concluir, que eu há duas semanas, estive nas urgências do Hospital de Faro, e realmente não faltavam macas, faltava era espaço para as colocar. Em que temos pessoas, e neste caso eu fui ver um jovem, com 17 anos, que teve um acidente e esteve desde segunda feira, até terça feira da semana seguinte, à espera que aquela maca saísse daquele corredor, para ir para um quarto, para fazer uma cirurgia a uma perna. Portanto, meus senhores, a situação que nós vivemos hoje em dia no Algarve,

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

a nível de saúde, é como um país de terceiro mundo. Tenho dito. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada, dou a palavra à senhora deputada Liliana, do CDS-PP. -----

A Deputada **Liliana Bom (CDS)** tomou a palavra e disse: Boa noite novamente. Obviamente que a bancada irá acompanhar a Moção, a questão é, vou acabar por se calhar ser um bocadinho redundante, mas tenho que, logicamente, dizer que nós reconhecemos e obviamente acompanhamos a preocupação manifestada, relativamente às dificuldades sentidas pelos utentes, e pelos profissionais de saúde, e associamo-nos plenamente, às necessidades da população do Algarve e às evidentes lacunas que persistem no nosso Serviço Nacional de Saúde. -----

A questão da sobrelotação, os tempos de espera e a pressão constante, sobre os serviços de urgência, são problemas efetivamente reais, que exigem respostas estruturais e eficazes. Contudo, obviamente, não conseguimos acompanhar a argumentação central, ser a questão das macas. Entendemos que a questão não se vai resolver, com uma simples aquisição de mais macas. O verdadeiro constrangimento reside na falta de espaço físico adequado, na insuficiência de condições estruturais, mas sobretudo, obviamente na carência de profissionais. Acresce que esta existência, ou seja, este aumento de macas, pode implicar que, uma condicionante nas áreas adicionais de circulação, na permanência e no armazenamento das próprias. Sem reforço das instalações e dos recursos humanos, esta medida poderá agravar a desorganização dos serviços, em vez de contribuir para uma melhoria. Eu acho que o nosso objetivo profundo, será uma melhoria das infraestruturas e, obviamente, a questão dos recursos humanos que já foi aqui falada. Defendemos que este enfoque deve estar efetivamente no reforço de meios. Concordamos com ele, mas terá que ser focado no reforço dos meios humanos, técnicos e infraestruturais que vão permitir obviamente, dotar o hospital das condições necessárias para prestar todos os cuidados necessários em segurança e eficiência. Portanto, concordamos, mas concordamos também no sentido de recentrar esta fundamentação, na necessidade do reforço de meios e de condições, em vez de reforça-lo nas macas. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Dou a palavra ao sr. Deputado Carlos Silva Gomes, do Partido Socialista. -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Eu, sinceramente não sei muito bem por onde começar. Esta Moção do Partido Socialista, centra-se exclusivamente sobre a questão das macas. Uma questão muito simples, que é a seguinte, porque sistematicamente há macas que ficam retidas nas urgências. Porque as urgências não têm macas! Há cidadãos que ficam na rua sem ter socorro! Não se destina a resolver os problemas do Serviço Nacional de Saúde, que, aliás nem competem a esta Assembleia, como sabem. Não se destina a resolver os problemas de saúde da região e dos estabelecimentos de saúde da região. Destina-se tão simplesmente, àquilo que diz no seu título, sobre a questão de falta de macas na região. Isso é, de facto, o problema da saúde no nosso país, é um problema complexo que se arrasta há décadas e todos nós sabemos que o Serviço Nacional de Saúde, se tem vindo sistematicamente a degradar. Resta saber se às vezes também não é por interesses económicos, envolvidos neste processo. Mas, de facto, o Serviço Nacional de Saúde, que é uma das joias do nosso 25 de Abril, e da nossa democracia, sistematicamente tem-se vindo a degradar. É um problema que nos afeta a todos, naturalmente, mas esse não é o foco que esta Assembleia deve ter. -----

Aquilo que nos motivou a apresentar esta Moção é muito simples, há cidadãos que deixam de ter socorro na rua, quando precisam, porque há equipa, há tripulações e ambulâncias, que estão presos nos hospitais às dezenas, e que não podem sair para prestar socorro, porque o hospital, não têm macas onde possa pôr as pessoas, para que aquelas ambulâncias possam sair. Esta é só isto. Não dissemos aqui nada sobre o Serviço Nacional de Saúde. Não dissemos aqui nada sobre a resolução dos problemas de saúde do país nem da região. Centrarmo-nos apenas numa coisa, achamos inadmissível que haja cidadãos, que possam ficar sem socorro na rua, quando precisam deles, porque os hospitais retêm as macas, as tripulações, e as ambulâncias. E isto é o que nos preocupa a nós, e achamos que esta Assembleia e as outras Assembleias do Algarve, podem contribuir para isto. Se é um problema de falta de macas, das unidades hospitalares, à semelhança do que foi feito com a questão dos ventiladores, na altura do COVID, a AMAL pode-se organizar e pode, juntamente com a ULS. É exatamente o que aqui está, e aquilo que eu sublinhei relativamente à recomendação do chega que é, se vocês virem, esta é uma Moção sem pressupostos políticos, absolutamente nenhuns. É factual, apenas para resolver uma situação concreta. -----

Achamos inadmissível que haja pessoas que possam ficar na rua sem serem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

socorridos por uma ambulância, não porque não há ambulâncias, não porque não há tripulações para as ambulâncias, mas porque estas ambulâncias, estas tripulações, ficam presas no hospital por causa das macas. É inadmissível! ----- Sabemos que as urgências estão lotadas, sabemos que pode não haver espaço para macas, sabemos isso tudo. Se uma ambulância estiver na rua, pronta a dar socorro aos cidadãos, não leva para Faro, leva para Portimão, não leva para Faro nem para Portimão, porque está tudo a rebentar, pode levar para uma unidade hospitalar do particular, que penso que o serviço do Sistema Nacional de Saúde, também prevê isso. Agora, aquilo que é inadmissível e penso que, de uma vez por todas, é altura de fazer alguma coisa é, não se podem ter, tripulações das ambulâncias e ambulâncias paradas nos hospitais horas, porque não podem sair sem a maca e o hospital não liberta a maca, é tão simplesmente isto. Acompanhamos em tudo aquilo que disseram, sobre o problema dos hospitais, sobre o problema do Serviço Nacional de Saúde, sobre as deficiências que nós temos, tudo aquilo que nós precisamos e que todos nós, como cidadãos, como pais, como maridos, sabemos o que é! Agora, esta Moção não é sobre o Serviço Nacional de Saúde. Não é sobre a situação de saúde na nossa região. É exclusivamente sobre esta questão muito simples, por haver falta de macas nos hospitais, há tripulações que ficam horas à porta dos hospitais, há ambulâncias que ficam paradas à porta dos hospitais, quando elas estão a ser precisas na rua. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor Deputado João Apolónia, da Iniciativa Liberal. -----

O Deputado **João Apolónia (IL)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, em si cumprimento os presentes, Executivo a todas as bancadas, público aqui presente e lá em casa. Quis participar, só para acrescentar aqui um ponto de vista, que sinto que não está a ser abordado, que tem a ver com esta perspetiva de olhar ao sistema de saúde, como um sistema integrado. Porque as soluções não são só no Sistema Nacional de Saúde, não são só nas perspetivas que aqui que se têm mostrado, e achamos que é importante olhar a tudo o que existe. Portanto, os hospitais privados, e como o senhor deputado também referiu, podem ser a solução. No entanto, o sistema não está a trabalhar de forma integrada, de forma a responder nas emergências a todos esses apelos, em que as ambulâncias podem ir para aqui e para ali. Isso não acontece de uma forma organizada, habitual. Portanto, era essa



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

perspetiva, porque em temas complexos, como sabe que são, se não houver diferentes perspetivas, dificilmente terá uma boa solução. Portanto, acho que falta essa perspetiva de olhar o sistema sem preconceitos, como um sistema integrado. E o Algarve pode ser um exemplo para isso. É só isso. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Dou a palavra o senhor Deputado Victor Coelho, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Victor Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite novamente. Em relação a este tema das macas, como o senhor Deputado Carlos Silva Gomes, acabou de falar e sabe que eu tenho o máximo respeito e sinto essa reciprocidade, também da sua parte. Eu creio que na Moção que está a ser apresentada, existem aqui, coisas que são propostas, e no último parágrafo coloca se aqui também uma situação, em que se propõe até, que o assunto venha para debate, envolvendo os principais intervenientes e detetarmos os principais problemas. Pois bem, nós no PSD, fizemos o nosso trabalho e o nosso trabalho foi contactar diretamente com as pessoas que estão diretamente a trabalhar e a receber os doentes, e chegamos a algumas conclusões, as quais passo a enumerar. -----

Na questão da retenção das macas do pré-hospitalar, INEM e Bombeiros ao serviço do INEM, existem aqui situações que são, vários pressupostos que nem sempre são abordados por parte da comunicação social e por parte do público em geral. Vamos, vamos lá entender porquê. A falta, que não é permanente, mas sim pontual, de macas no serviço de urgência, decorre fundamentalmente condições básicas à espera de cumprimento, como seja, o abandono de doentes idosos nos hospitais, principalmente neste caso, no Hospital de Faro. Concretizando, portanto, são várias dezenas, recorrentemente e permanentemente, estamos a falar de mais de 30 idosos que são, de certa forma, abandonados no hospital. Essas pessoas têm alta, fundamentalmente, são idosos. São pessoas que não, não têm meios para voltar para casa e os seus familiares, também não têm meios para os receber, devido às suas problemáticas e essas pessoas permanecem no hospital, dias, semanas e alguns por longos meses! Veja-se isto é factual. Podem ir ao local e fazer exatamente esse reconhecimento, tal como nós fizemos. -----

Também houve um projeto para a alteração estrutural do Serviço de Urgência de Faro, tendo sido anunciadas verbas, pela então Senhora Secretária de Estado do nosso concelho, Jamila Madeira, que o Governo socialista da altura nunca concretizou! Vá-

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

se lá saber porquê! -----

Outra questão, até porque, creio eu, a palavra desta senhora deputada, que eu até tenho estima por ser do nosso concelho, creio que deveria de ser mais ouvida. Outra questão que soubemos, e que também é ignorada pelos fazedores de opinião e os jornalistas, passa por existirem, e isto também é factual, vários operacionais das ambulâncias de socorro, que após deixarem o doente na urgência hospitalar, acabam por aproveitar para um momento de pausa, não informando que as viaturas com essas respetivas macas, estão livres e operacionais. E isto, é factual. -----

Outra observação passa por passar no cruzamento do Chelote em Faro, com a estrada de São Brás e confirmar a quantidade de ambulâncias do INEM que estão paradas a junto a uma oficina, por largo período de tempo. As soluções passaram por respostas ao nível das urgências hospitalares, as quais não controlamos, porém também da nossa responsabilidade, o impulsionar de projetos de camas de proximidade, conforme constava no programa da Coligação "Fazer Melhor", nas últimas eleições. Portanto, em vez de andarmos aqui a reclamar, se calhar poderíamos procurar fazer e fazer bem. As camas de proximidade até poderão ser criadas dentro de cada concelho, envolvendo para isso, a AMAL, tal como vocês propõe com o exemplo liderante do Município de Loulé. Tudo o restante, creio que temos que entender que existe alguma falta de vontade em concretizar respostas às pessoas deste território, como aqui fica evidenciado. -----

Portanto, creio que temos quantidade suficiente de matéria para poder abordar este tema de uma forma mais concisa, mais precisa e factual. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Dou a palavra ao senhor Deputado Carlos Silva Gomes, do Partido Socialista. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Há pouco não me pronunciei sobre a proposta feita pelo PSD, no sentido de, no ponto um, retirar, onde é referido, seja feito o levantamento de da de necessidades de macas, ficando apenas por levantamento das necessidades. Essa proposta enferma daquela observação que eu fiz. Esta Moção é exatamente só sobre macas, é sobre marcas que estamos a falar, sendo certo que, na mesma parte de baixo desse artigo do número um, diz assim: portanto, ouvindo todos os intervenientes e avaliando de que forma os municípios podem contribuir, no âmbito das suas competências, para a melhoria da capacidade de resposta em saúde, seja através da



ba JF
d,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

possibilidade de aquisição de macas, seja do reforço de outros meios logísticos. Ou seja, se o problema não for as macas, então que se vejam quais são os outros meios logísticos. -----

Portanto, pensamos que não se justifica estar a tirar aqui à questão das macas, quando mais abaixo, possibilitamos as soluções mais abrangentes que não apenas as macas. Mas eu voltaria à mesma questão de fundo, se atentarem no título desta Moção, esta Moção é uma Moção sobre a questão de falta de macas nas urgências da região. Foi referido pelo senhor deputado, Victor Coelho, cuja consideração, como foi referido, e estima, consideração e amizade é mútua a questão do abandono de idosos. Esta é uma questão trágica do nosso Serviço Nacional de Saúde. Na nossa região parece que ainda é mais grave que no resto do país. Mas volta à mesma questão, não estamos aqui a discutir os problemas do Hospital de Faro, nem estamos a discutir o problema do Serviço Nacional de Saúde. Esse é um problema que, naturalmente se relaciona com isto, porque retém camas, que não ficam disponíveis para que depois, os doentes das urgências possam. Mas esse é um problema que tem de ser resolvido no âmbito do Governo da Assembleia da República, eventualmente da AMAL de algumas coisas. -----

Mas voltando a centrar na questão que nos traz esta proposta e que eu sinceramente, posso não me ter expressado bem, mas eu não, não acho que seja muito difícil de compreender, podermos correr o risco de haver pessoas que ficam na via pública por não terem socorro, porque uma ambulância que estava disponível, com uma tripulação que estava disponível, não pode sair das urgências, porque está presa por uma maca! Esta, para mim é a questão de fundo, e é esta que motivou a nossa proposta. No dia 14 de janeiro, a título de exemplo, no Hospital de Faro, durante um determinado período, estiveram retidas dez macas. -----

Há bocado a senhora deputada Sandra Ribeiro, referiu uma série de notícias de 2023. Felizmente, nenhuma delas era da nossa região, mas sem notícias, na nossa região isso também acontece. Isto não é um problema de agora, é um problema que vem de trás. Naturalmente é um problema que se agrava na altura dos picos, como foi agora a questão da gripe. Mas se nós já sabemos que isto acontece, acho que está na altura de darmos o nosso contributo para resolver esta pequena situação. Se efetivamente há ambulâncias que não saem, porque as marcas estão retidas, porque as unidades hospitalares não têm macas! Então que se arranjem macas, para que possam ficar nas macas e as ambulâncias possam sair. É tão simplesmente isso. Eu acho que é tão simples que eu sinceramente, já não me sinto muito à vontade de estar a repetir a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

mesma coisa tantas vezes. Quando eu pensei que isto era fácil de perceber logo à primeira, disse, senhor Presidente.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado Carlos Silva Gomes. Dou a palavra ao senhor Deputado Ruben Santos, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Ruben Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado Carlos Silva Gomes, com todo o respeito também a lealdade que lhe tenho, que Vossa Excelência me merece. -----
Quero dizer o seguinte, se esta Moção é a única e exclusivamente sobre a falta de macas, então eu penso que esta Moção, carece de um grande desconhecimento de causa. Porque, e isto é também penso que isto é simples de perceber, se nós, se o problema, e as marcas muitas vezes ficam retidas porque não há espaço, nomeadamente nos internamentos, para acomodar os utentes, se nós estamos a comprar macas, nós não temos macas para as colocar. O problema é um problema muito mais complexo, muito mais estrutural do que a simples compra de macas. Porque se o problema fosse também só a simples compra de macas, a própria ULS, sabendo disto e lidando com isto todos os dias e sendo um problema trágico no serviço de urgência, também já teria naturalmente agido em conformidade. A questão é que o problema é muito mais estrutural, muito mais complexo do que isso. E a nossa proposta no sentido de fazer um levantamento das necessidades apenas e não só das macas, é porque nós entendemos que o problema, de fundo e, mais do que isso, a solução que os senhores propõem, são um penso ou um pequeno garrote, para uma artéria de grande calibre. -----

Portanto, que não vai, no fundo, resolver, nós entendemos, sim, e é por isso que vamos votar a favor, que o diálogo institucional é importante na mitigação dos problemas da saúde na nossa região e, portanto, penso que as deliberações que os senhores aqui apresentam têm toda a razão de ser. Agora, focar única e exclusivamente na questão das macas, quanto a mim, merece-me este comentário, de que, é aqui trazido com algum desconhecimento de causa. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Dou a palavra ao senhor Deputado Carlos Gomes, do Partido Socialista. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado,



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

senhor Presidente. Eu não consigo perceber, sinceramente, qual é o desconhecimento de causa que é alegado. Toda a gente sabe, por experiência própria e até pela comunicação social, que com frequência, os meios de socorro demoram a chegar, com frequência as pessoas ficam horas à espera de meios de socorro. Se essa demora se prende com o facto de não haver ambulâncias que possam dar esse socorro, e se nós sabemos que há ambulâncias, volto a repetir a mesma coisa, eu posso ser vencido pelo cansaço, mas não pela teimosia. Se sabemos que há ambulâncias que estão paradas nas urgências hospitalares e tripulações que estão paradas nas urgências hospitalares, porque as macas não são libertadas, então que se arranje maneira de libertar as macas, e se é por falta de macas, que se adquiram as macas. -----

Durante o COVID, fez muita confusão a muita gente, que à porta das urgências hospitalares, houvessem dezenas de ambulâncias, com pessoas lá dentro. Eu sinceramente, dá-me ideia que, se as enfermarias estão cheias, os corredores estão cheios e nós temos doentes e tínhamos na altura doentes a precisarem de ser observados, permanecerem nas ambulâncias e sob observação, nunca vi nada demais, naquelas ambulâncias paradas à frente dos hospitais. Era o prolongamento dos corredores que estavam cheios. Não é esta a situação. Porque se disséssemos assim, ficam ambulâncias retidas nas urgências hospitalares, porque os corredores estão cheios e as pessoas têm que ficar dentro das macas a serem observadas, muito bem. essas pessoas têm que ser observadas, têm que ser observadas em condições. Agora não, as ambulâncias estão vazias, as tripulações estão desocupadas, e só não saem por causa das macas. Senhor Presidente, eu não vou fazer mais nenhuma declaração sobre este assunto. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Eu ia apelar ao pronto que tentassem resumir, uma vez que eu penso que os pontos de vista já foram amplamente, obviamente irei dar a palavra, mas era só porque temos também pontos. Este é importantíssimo, mas temos pontos importantes na ordem do dia também para avaliar, até porque eu já percebi que se calhar o sentido de voto irá dirimir estes pontos de vista, e a uma dada altura em que não vale a pena estar a contra-argumentar, na ausência de especialistas que nos elucidem ainda mais. Mas, obviamente estamos cá para ouvir todos, peço só que tentem ser o mais resumido possível. Dou-lhe a palavra obviamente, senhor Deputado Victor Coelho, do PSD. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O Deputado **Victor Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Aqui, claramente existem aqui pontos de vista diferenciados. Agora, efetivamente, nós há coisas que não conseguimos controlar e que podemos recomendar e que podemos pedir a quem de direito para poder tomar conta das situações. -----

Há pouco eu enumerei aqui uma circunstância que é vital, que é a capacidade de podermos acomodar os doentes que têm alta fora do Hospital de Faro. Nós aqui no concelho de Loulé e temos aqui o executivo presente, poderá claramente tomar conta desta situação, conforme nós declarei aqui há pouco. Portanto, fazer ou criar aquilo que nós tínhamos proposto das camas de proximidade, no nosso concelho, é um passo já bastante importante e aí sim, podemos controlar, aí sim, podemos tratar e podemos intervir de forma direta e podemos resolver uma parte da situação e poderemos claramente dar um contributo para que isto se resolva. Não está aqui em causa as marcas, eu compreendo que é como se estivéssemos a dar uma injeção de morfina no meio de uma situação de guerra, mas na verdade as macas não vão resolver o problema. Resolvem agora, mas criam um problema imediatamente a seguir. Acho que aquilo que temos aqui, que é encontrar realmente é, se calhar um ponto de vista comum, que a todos nós nos coloca, que é a questão da preocupação efetivamente, que estas marcas estejam viabilizadas e disponíveis para toda a população. Mas para isso o hospital também tem que se organizar nesse sentido. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Penso que tenho uma última inscrição da senhora Deputada Sandra Ribeiro, do partido CHEGA. Tem a palavra senhora deputada. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Pois a questão é precisamente esta! É que isto parece “uma pescadinha de rabo na boca”, porque as macas fazem falta e compreendo aquilo que o senhor deputado estava a dizer, que uma pessoa não pode ficar no meio da rua numa emergência, porque não há uma ambulância com maca para a vir buscar. Obviamente. Mas depois o problema é, a maca chega ao hospital, e não pode sair da ambulância porque não há espaço para onde se meta a maca. Porque nós, infelizmente, não é só no COVID. Nós temos situações, e temos tido picos, que temos situações ainda pior que a altura do COVID, não cabem mais macas nos corredores dos hospitais. Não há quartos para se libertarem às pessoas das macas para irem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

para os quartos para a libertar, as macas para elas saírem do hospital. Portanto, isto lá está, isto é um problema que nós temos aqui, que, parece-me que sim senhor, elas fazem falta, são precisas, mas depois é preciso, que haja espaço para instalar as pessoas. E não sei se, não seria bom nós pensarmos em, até fazermos uma Assembleia Temática e convidar pessoas desta área, para nos virem explicar realmente quais são os grandes problemas, e como é que nós podemos contribuir para arranjar soluções, porque isto é uma pescadinha de rabo na boca. E muitas vezes, as ambulâncias estão paradas à porta do hospital, e não foi só no COVID, ainda hoje continuam a acontecer. A ambulância fica parada porque, não há espaço para entrar com mais macas dentro do hospital. Isto acontece! Infelizmente, acontece. Vamos lá a ver uma coisa, os corredores das urgências do Hospital de Faro e de Portimão, estão lotados com macas nos corredores porque não há quartos, não há vagas para tirar as pessoas das macas, e as pessoas ficam semanas nas macas, nos corredores dos hospitais. Chegamos a ter pessoas já defuntas, tapadas com lençol no meio das outras, nos corredores dos hospitais. Portanto, isto é um problema estrutural, e não, não é suficiente, adquirir mais macas e pô-las ao serviço da população, para se resolver o problema. Isto não vai resolver o problema. Pode pontualmente uma situação ou outra resolver, mas não resolve. O problema é não haver espaço, não haver condições, isto é estrutural. Portanto, eu acho que se nós convidássemos pessoas desta área para nos vir elucidar sobre esta matéria, eu acho que seria extremamente importante. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. O registo está feito. Iria pedir então a vossa compreensão para poder passar à votação da Moção, não sem antes anunciar que o ausentou-se o senhor Deputado Márcio Fernandes, por se considerar impedido por motivos profissionais, de votar na nesta Moção. Irei então pedir o favor de acionarem o vosso dispositivo com. O Senhor Deputado Helder Faisca, tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Desculpe lá, mas não estou a perceber. Então apresentou a Moção, discutiu a Moção e agora não pode votar. Então não devia? Não interveio durante esta discussão? Eu por acaso pareceu-me que tinha intervindo. -----

O **Presidente da AML** disse: Pronto, penso que já está esclarecido. Portanto, se não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

houver qualquer impedimento. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Temos uma Declaração de Voto para entregar.-----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra o senhor Deputado Hélder Faísca, do PSD.-----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: O deputado Ruben lê a Declaração de Voto.-----

O **Presidente da AML** disse: É uma Declaração de Voto prévia à votação.-----

O Deputado **Rúben Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Declaração de Voto - “O Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente a presente Moção, entendendo, no entanto, ser essencial enquadrar politicamente esta matéria. A situação em causa extravasa em larga medida, as competências quer da Assembleia Municipal, quer do Município de Loulé. A organização e gestão do Serviço Nacional de Saúde, incluindo a resposta hospitalar e pré-hospitalar, são responsabilidades da Administração Central, designadamente do Ministério da Saúde, da ULS Algarve e do INEM. -----

Importa igualmente sublinhar que o problema não se resume à falta de macas. Reduzir o problema à falta de macas é, aliás, simplificar excessivamente uma realidade que é estruturalmente mais complexa. -----

Trata-se de uma questão estrutural, relacionada com infraestruturas insuficientes, limitações de espaço físico, carência de recursos humanos e elevada pressão sobre os serviços de urgência, muitas vezes agravada pela procura indevida destes serviços para situações que não configuram verdadeiras emergências clínicas. -----

As respostas eficazes têm necessariamente de ser estruturais. Nesse sentido, o PSD regista como particularmente relevante, o recente lançamento do concurso público internacional, para a construção do novo Hospital Central do Algarve, investimento determinante para reforçar a capacidade instalada da região, e melhorar de forma sustentada, a resposta em saúde. -----

Votamos favoravelmente esta Moção, porque entendemos que o diálogo institucional



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

e a articulação entre entidades, são sempre instrumentos úteis para enfrentar problemas complexos. A cooperação entre municípios, através da AMAL, e as entidades do sector da saúde, pode contribuir para um melhor diagnóstico da realidade e para a identificação de soluções complementares, dentro do quadro de competências de cada um. -----

O PSD reafirma, contudo, que esta colaboração não pode nem deve significar a transferência indiscriminada de responsabilidades estruturais do Estado para os municípios, devendo antes traduzir-se numa atuação coordenada, responsável e orientada para os resultados concretos, na melhoria do acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde.” Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Agora sim. Se todos concordarem, iremos passar à votação. Portanto, não há nenhuma pausa. Portanto, continuemos então para a votação. Peço o favor de acionarem os mecanismos, os dispositivos que têm ao vosso dispor. -----

Passou-se à votação: -----

- **Moção “Sobre a questão da falta de macas nas urgências da região”,** apresentado pelo GM do PS; -----

Foi **aprovada por maioria**, com 36 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 6 CHEGA) e 1 abstenção (Presidente da Junta de Freguesia de Alte). -----

O Deputado Márcio Fernandes, do PS, alegou impedimento não estando presente na discussão e votação desta alínea. -----

O **Presidente da AML** disse: Portanto, vamos continuar ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, nos termos da alínea g), estão ainda abertas as inscrições para a formulação de perguntas à Câmara. Se algum dos senhores Deputados quiser intervir? Ia só referir que a partir deste momento a Mesa irá fazer a contagem dos tempos. Portanto, temos uma inscrição. Portanto, recebidas as inscrições, vou dar a palavra aos inscritos. Dou a palavra ao senhor Deputado Carlos Costa, da bancada do Partido Socialista.-----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Presidente da Assembleia Municipal, em seu nome cumprimento todos os presentes, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores Deputados e Deputadas. -----

Não era uma questão à Câmara, mas era uma nota à mesa. Era no sentido de saber se já se começaram a fazer as Atas e executar as Atas da Conferência de Representantes, porque, nomeadamente aqui, houve uma questão hoje que foi levantada, que teve a ver com o minuto de silêncio e isso foi uma deliberação na Conferência de Representantes. E pergunto e termino, a saber, enfim, do que é que de quando as Atas a serem distribuídas da Conferência de Representantes, disse. ---

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. De acordo aqui com a informação da Mesa, as Atas têm estado em dia, embora esta conferência foi muito recente. Penso que ainda não, têm sido enviadas por email para os líderes. Não terão sido publicadas ainda, provavelmente no site oficial da Câmara.-----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** disse: E da Assembleia.-----

O **Presidente da AML** disse: Na sequência aqui das inscrições tem a palavra. Agora o senhor deputado Manuel Alfredo, do partido CHEGA. -----

O Deputado **Manuel Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Ora, muito boa noite, senhor Presidente. Na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes e também a quem assiste lá em casa. -----

Portanto, trago aqui uma questão para o Executivo ou para o senhor Presidente, portanto, que é o seguinte; tendo em consideração a importância social do Centro Social e Cultural de Vale Judeu, para a nossa comunidade, vimos por este meio questionar a Vossa Excelência sobre qual é neste momento, a situação concreta do respetivo projeto. -----

Importa saber em que fase se encontra o processo, se existe calendarização definida para o seu avanço e quais os passos previstos para o lançamento da obra. Questionamos ainda, se estão equacionados outros investimentos semelhantes no concelho de Loulé, nomeadamente estruturas de apoio à população idosa. Atendendo ao envelhecimento demográfico e às crescentes necessidades sociais das nossas freguesias, recordamos que o anterior Presidente da Câmara, Dr. Vitor Aleixo, assumiu publicamente o compromisso de que, caso futuro executivo fosse do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Socialista, daria continuidade a este e a outros projetos estruturantes para o concelho. Acresce ainda que, semanas antes de cessar funções, o seu antecessor afirmou que o Centro Social das Pereiras, seria uma realidade no imediato. Assim, importa igualmente esclarecer em que ponto se encontra essa promessa. Qual o estado do processo, e que prazos estão previstos para a sua concretização. A população, como sabe, merece respostas claras transparência e, sobretudo, a ação concreta em matérias tão sensíveis como o apoio social e a proteção dos nossos idosos. Pelo que foi aqui exposto esta noite, para terminar, e vejo que começa a haver bastante consonância entre as várias bancadas e, portanto, isso para nós, para mim pessoalmente e para a nossa bancada também, é que às vezes nos apelidam disto e daquilo, vocês sabem o que é que é, são alguns de vocês, não daqui destes, talvez, mas de fora que apelidam. Mas para dizer que o processo democrático, da parte do CHEGA é este o processo democrático são os entendimentos. E nós temos visto logo na primeira intervenção que fiz nesta Assembleia, após o senhor Presidente Telmo Pinto ser eleito, que parecia a bancada do CHEGA, que realmente começa a haver uma outra abertura, uma sensibilidade, penso que social que é importante, porque os governos centrais são governos centrais. Mas, no entanto, o Governo local, que é aquele que está perto das populações, que podem fazer mais para populações. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado, então, na sequência da sua intervenção, iria dar a palavra ao senhor Presidente. Tem a palavra o senhor Presidente, Telmo Pinto. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Bom, eu presumi, pela informação que me deu e que é o do Lar que está a falar? O projeto do Lar neste momento está com a Junta de Freguesia de São Sebastião. Eu falei com o arquiteto Paulo Judeu no outro dia, não está nas mãos da Câmara. Solicitei-lhe que apressasse para as especialidades o mais depressa possível. Que era para pelo menos incentivar a que as coisas fossem entregues o mais rapidamente possível. Isto também me levou aqui, que é relativamente ao que eu já tenho dito das Juntas de Freguesia, que é o apoio que podem dar à execução daquilo que são projetos estruturantes para o concelho. Eu também tenho feito esse apelo a entidades, as IPSS, entidades sociais do concelho. -----

Nós temos o Barranco do Velho neste momento, que tem, salvo erro, o projeto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

arquitetura e está a partir para as especialidades. E temos também as Pereiras, neste momento eles entregaram o termo de responsabilidade a pedir a isenção da apresentação dos projetos de especialidades. Estamos a falar da legalização do edifício existente e neste momento, portanto, significa que ficou aprovado a parte de arquitetura que isto agora as coisas vão nos desenrolar muito mais rápido. Foi aprovada há cerca de 1 mês atrás, mais ou menos, mas o nosso incentivo é mesmo com o Centro Paroquial, porque tem um processo adiantado que foi feito já no passado não estava legalizado, ou seja, aquilo estava no loteamento e o centro, o edifício do Lar de Quarteira estava em cima de 4 lotes. Nós conseguimos licenciar isso no passado, através da Junta de Freguesia com o Centro Paroquial. -----

Neste momento há só um valor que tem de ser pago pelo Centro Paroquial, por causa dos estacionamento para licenciar e o apelo que fiz tanto ao senhor Padre como ao arquiteto que tem trabalhado com o Centro Paroquial, é que ele avance para um projeto que já existia há anos, de ampliação para mais cerca de 50 quartos daquele Lar. -----

Tenho feito isto também com outras entidades aqui relativamente à Creche. Não vou agora aqui mencionar os nomes, mas falei outra vez com o Centro de Apoio à Criança em Quarteira, que tinham aprovado, com fundos comunitários, o aumento à ampliação da creche em mais 40 lugares e depois acabou por não ir para a frente para pegarmos nesse processo outra vez. E aqui em Loulé também já disse a uma instituição que tem espaço no seu terreno para fazer essa ampliação. O que é que nós queremos com isto? É capacitar as instituições e as Juntas de Freguesia de forma a dividir aqui os processos, porque demoram tempo nestas entidades, como as Câmaras e as Juntas. Mas que todos consigamos responder, aquelas são as nossas necessidades. Em várias respostas sociais que são necessárias. E, portanto, neste momento estão a desenrolar o que temos mais perto de, falei também, compliquei-me no outro dia porque tinha essa pretensão de o fazer e disse avança. Eu estou a dizer, são coisas que vocês podem confirmar com as pessoas, mas neste momento era perceber aqui Barranco do Velho, Vale Judeu e Quarteira que se pudessem avançar com estes três Lares, sabendo que a Esperança e Paz, aprovou também ou está mesmo na fase final da aprovação do projeto de arquitetura. Portanto, temos aqui várias frentes que podemos tentar resolver e que têm sido resolvidas pelas instituições que dão uma ajuda a concretizar estes projetos. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Na sequência das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

inscrições realizadas, dou a palavra agora à senhora deputada Liliana Bom, do CDS-PP. -----

A Deputada **Liliana Bom (CDS)** tomou a palavra e disse: Boa noite novamente. -----
Uma das questões que queríamos trazer hoje é relativamente ao espanto e também alguma desilusão relativamente a uma situação que até pode parecer não muito importante, mas que eu até acho que é bastante importante e achámos e por isso trouxemos aqui, que é o Carnaval Infantil. Estava agendado para dia 13 de fevereiro e foi cancelado devido às condições meteorológicas. Até aqui está tudo muito bem, estamos todos de acordo. Só que também é do conhecimento geral que as previsões indicavam chuva persistente para várias semanas. Portanto, não é compreensível que não tenha sido acautelado esta situação atempadamente com uma alternativa viável, até porque a chuva não é um fenómeno inesperado ou, pelo menos nestes últimos tempos e, portanto, este. Perante este cenário, seria razoável se calhar ponderar algumas soluções, como por exemplo a alteração da data do desfile ou eventualmente a realização num espaço coberto que temos, como por exemplo o Pavilhão Municipal de Loulé, o que permitia salvaguardar o evento e todo o investimento feito, porque não foi só um investimento de uma ou duas entidades. Estamos a falar de investimento de famílias. -----

Relativamente aos fatos dos miúdos, estiveram a comprar e gastaram muitas das vezes entre os 20 e os 25 €. E eu falo até por conhecimento próprio, num esforço para agregados que às vezes este valor é significativo e às escolas investiram tempo e o próprio município, não é? Além de ter investido recursos e uma dedicação na preparação destas crianças. Até porque, segundo consta na proposta de ratificação do despacho do senhor Presidente da Câmara relativamente ao Carnaval Infantil, apresentada no Relatório de Atividades do Município, estava previsto um investimento na ordem dos 41.000 €. O mais grave para mim e para esta bancada e talvez até o impacto junto das crianças, porque acabou por ser feito no contexto escolar, sem público, sem um ambiente festivo que é propício a esta situação. E perderam uma oportunidade de poder exhibir, obviamente, todo o trabalho à comunidade e de vivenciarem esta componente socio afetiva que para nós é importante. -----

Eu questiono assim qual foi efetivamente a justificação para este cancelamento definitivo? Não houve consenso entre Agrupamentos e Escolas. Ok, então participassem apenas aqueles que tinham concordado e existiam outros eventos programados para datas próximas, ajustava-se ao calendário. O problema era a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

chuva, antecipavam se as alternativas. Agora existem sempre opções quando existe vontade de encontrar soluções. O cancelamento, para nós, deveria ter sido o último recurso, relativamente a todo este investimento, não vamos pretender aqui e nem pretendemos desvalorizar as dificuldades organizativas inerentes a este tipo de eventos, mas apelar sim, a uma reflexão séria sobre o processo de decisão e necessidade no futuro, de existir planos de contingência definidos para situações previsíveis e algumas imprevisíveis, como, por exemplo, o tempo todo a gente sabe que chove na altura do Carnaval. -----

A segunda situação que nós queríamos ver aqui também seria relativamente, eu não sei se isto é pontual ou se já é recorrente e até pontual, que é a falta de iluminação pública em vários pontos do concelho. Há várias semanas consecutivas que existem troços completamente às escuras. Eu posso vos dar o exemplo do Poço da Amoreira, da rotunda da estação, do Sítio dos Quartos, do Areeiro chegou a estar completamente apagado durante vários dias, desde um ponto ao outro, num percurso que vai pelo menos de 3 quilómetros. Pergunto ao Executivo, têm conhecimento destas falhas? Existe alguma razão na demora desta resolução? Existem problemas técnicos que estejam a impedir esta reposição de iluminação e esta falha constante há vários meses? -----

Temos que perceber o que é que se está a passar, porque isto tem sido bastante recorrente nestas zonas e esperamos então que esta solução seja tratada com alguma urgência e com o respeito que merece. Obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora deputada. Penso que o senhor Presidente irá intervir. Dou a palavra ao senhor Presidente. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Muito obrigado. -----

Primeiro, nós fazemos tudo aqui de uma forma séria. Eu posso fazer a sorrir, mas faço sempre a sério. Levo este trabalho que tenho aqui, que é a minha função de uma forma séria, portanto, é isto. Não quero que ponham em causa, mas dizer o quê? Nada do que é feito aqui é feito como uma ditadura. Nós falámos com as escolas e já fazia isso na Junta de Freguesia de Quarteira e a opção foi fazer noutra semana. Primeiro é preciso perceber que há escolas que preferem ficar nas próprias escolas, porque o trabalho dos professores e muitos educadores é preciso. E, portanto, nós fazemos com que participem sempre na decisão de vir ou não ao Carnaval. E estas decisões foram todas tomadas com as escolas. Pelo menos daquilo que eu tenho



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

conhecimento em Quarteira. Aqui em Loulé foram todas tomadas com as escolas. A primeira coisa que eu fazia quando lá chegava era dizer, era dizer que não estou aqui a obrigar ninguém. Eu faço aquilo que as escolas quiserem e faço com a mesma alegria, fazer ali ou deixar que eles o façam dentro das escolas. Porque o Carnaval para as crianças muitas vezes até é possível lá dentro das escolas e elas decidem isso e foi o que aconteceu aqui. Não houve cá ditaduras de pôr as pessoas a fazer obrigatoriamente nas escolas e acabar com o Carnaval. -----

Depois há outra coisa que é importante saber, um Pavilhão não é pequeno a escala do que estamos a falar e deixar mais de metade dos miúdos cá fora, na rua, para entrarem depois lá para dentro, para o pavilhão, para os pais estarem aquecidos. Ou seja, já pensámos nessas estruturas todas. Nós pensamos e desde há algum tempo eu venho de trás também, mas aqui foi sempre equacionado nunca deixar de fora os decisores, que são eles que têm o trabalho. E nós sabemos a dificuldade que tem e nós fazemos com alegria aquilo que eles quiserem, o apoio será dado onde quiserem fazer. -----

Sobre a iluminação pública, isto é um problema do país. Nós temos um grave problema com a E-Redes, desde a falta de iluminação pública até à alimentação elétrica em edificado ilegal, que isto ainda é promover a construção ilegal e a colocação de casas em zonas que não devem. Tivemos uma reunião marcada há pouco tempo, no dia 2 de fevereiro, salvo erro, com o responsável nacional, porque nós já não sabemos para onde é que nos havemos de voltar. Mas todos, atenção, isto é um problema dos municípios e é uma discussão que nós já pomos ao nível da AMAL e até do próprio Governo, porque neste momento é equacionamos até a gestão em baixa pelos municípios. Mas nós começamos a entrar aqui por um caminho, é que amanhã ou depois, e a verdade é que quando falo em recursos humanos, porque depois nós falamos disto, falamos da justiça porque também já nos podemos substituir. E esta Câmara tem uma coisa que as outras não têm, tem uma quantidade de serviços como bombeiros. Eu tenho o meu amigo Álvaro Bila, que não têm bombeiros em Portimão, e aqui começa a estar cada vez mais somos nós que ficamos responsáveis por esta gestão, uma gestão que é do Estado e começamos a dividir dívida com os municípios. Isto é um alerta que nós temos de ter aqui. Por muito que queiramos responder, temos de ter aqui um equilíbrio e pensar o que é que vamos fazer para a frente. Não somos só nós, decisão é nossa, mas nós temos que pensar até onde é que nós temos a capacidade para continuar a sobrepormo-nos ao Estado. Agora isto é grave e nós temos feito, pedimos ajuda porque eu acho que vocês sabem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

também na Assembleia da República, o que é que se vai passando e temos de trabalhar aqui em conjunto para mudar, porque neste momento o serviço é péssimo. E digo-vos, 2013 foi quando eu entrei na Junta de Freguesia, para hoje a diferença é abismal. Não tem nada a ver com aquilo que se fazia de serviço no início, abismal até numa colocação de uma simples lâmpada. O serviço está desta maneira. Nós queremos colaborar, tentar ao máximo. Tivemos a reunião marcada, vamos marcar agora, mas tem que ser um trabalho conjunto para mudar isto que se está a passar. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Dou agora a palavra ao senhor Deputado João Apolónia, da Iniciativa Liberal. -----

O Deputado **João Apolónia (IL)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Não é bem uma pergunta, mas é um tema. Hoje, numa sessão em que lamentamos a partida de tantas e tão importantes vidas humanas e onde tanto se debateu sobre os problemas de saúde, trago a esta Assembleia uma proposta simples na sua formulação, mas profundamente transformadora no seu impacto. -----
Que a Câmara Municipal promova uma formação continuada e recorrente em primeiros socorros e em suporte básico de vida para todos os alunos do nosso concelho, desde o ensino primário ao ensino secundário. Ainda hoje, nesta sessão, vamos falar de grandes investimentos, de grandes obras, de grandes estratégias. Mas há investimentos cujo retorno não se medem em betão nem em estatísticas. Mede-se em vidas humanas. Num momento de emergência, os primeiros minutos são decisivos antes da chegada de qualquer equipa médica. É quase sempre um cidadão comum que está presente. A diferença entre a vida e a morte pode estar na capacidade dessa pessoa em agir. É precisamente aqui que entra a nossa responsabilidade coletiva enquanto poder local. -----

Enquanto Liberais, acreditamos profundamente na liberdade individual, mas a liberdade só é plena quando acompanhada de capacidade. A verdadeira emancipação do indivíduo não se faz apenas através dos direitos abstratos, mas através de competências concretas. Ensinar primeiros socorros e suporte básico de vida é dar poder ao indivíduo. É dizer a cada jovem de nosso concelho, *"tu tens a capacidade de salvar uma vida."* Isto não é apenas uma formação técnica e uma formação cívica, é a responsabilidade e autonomia e confiança. Uma sociedade forte não é aquela que depende exclusivamente do Estado para resolver todas as situações. É aquela em



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

que os seus cidadãos estão preparados, capacitados e confiantes para agir, caso seja necessário. -----

Ao implementar esta formação nas escolas, promovemos responsabilidade individual desde cedo, aumentamos a segurança da nossa comunidade, criamos uma geração mais consciente, mais solidária e mais preparada. E reforçamos a cultura da cidadania ativa. Não estamos a propor mais burocracia, estamos a propor mais competência. Não estamos a propor dependências, estamos a propor capacitação. -----

Num concelho como o nosso, onde temos uma forte comunidade escolar, onde recebemos visitantes, onde o turismo é relevante e onde a atividade económica é intensa, ter cidadãos preparados para responder a emergências é um ativo estratégico. O custo desta medida é reduzido quando comparado com o impacto potencial. A implementação pode ser feita em parceria com entidades certificadas, bombeiros, profissionais de saúde e associações locais, reforçando também o tecido comunitário. -----

Cada jovem formado será um potencial primeiro respondente. Cada escola será um núcleo de segurança. Cada família terá uma pessoa preparada para agir num momento crítico. Não perguntamos qual é a ideologia, perguntamos “*alguém sabe ajudar ?*”, vamos garantir que a resposta seja sim. Porque a liberdade mais nobre é a liberdade de agir para salvar o outro. Na próxima Assembleia Municipal iremos submeter uma Recomendação sobre este tema e contamos com o apoio de todas as bancadas e esperamos também um sim por parte do Executivo. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado, não sei se o senhor Presidente quer falar sobre este assunto? Dou então a palavra à senhora Vereadora Maria Esteves. -----

A Vereadora **Maria Esteves Lourenço** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente. Na pessoa do Senhor Excelência, cumprimento todos os presentes e quem possa estar a acompanhar nos em casa. Muito obrigada pela proposta. Ela será seguramente bem acolhida, sendo que está a ser preparada formação. Já alguma tem sido feita, mas está a ser preparada a formação, mas sobretudo para assistentes operacionais e assistentes técnicos nas escolas nesta matéria. E, portanto, alguma formação tem sido feita, eu não tenho os números neste momento, mas alguma formação tem sido feita nessa matéria também a alguns alunos, creio que com o apoio da nossa proteção civil e dos nossos bombeiros. De todo o modo, tudo o que vier é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

importante. E, senhor Deputado, aguardamos uma proposta da vossa parte para integrar no nosso plano de formação que será revisto brevemente. Muito obrigada. --

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Só para relembrar, desde 2021, em 2021, os dados de 2021 Loulé já tinha mais de 1700 pessoas com formação no suporte básico de vida com o coração seguro, ou seja, já eram mais de 60 desfibriladores espalhados pelo concelho e o projeto andou, ou seja, o sentido foi mesmo esse, mas já tinha mais de 1700 pessoas com formação, portanto também. --

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Na sequência das inscrições recebidas, dou a palavra ao senhor Deputado João Santos, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **João Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Hoje decorreu a Volta ao Algarve e, como é do conhecimento geral nesta bancada, sempre defendemos a importância de eventos desta dimensão e muito pelo impacto económico futuro e pela sua projeção mediática. São inequivocamente estratégicos para o nosso município. Contudo, o que hoje se verificou foi a face menos responsável da gestão camarária deste Executivo, manifestamente na falta de um planeamento eficaz, expresso na divulgação tardia dos constrangimentos ao trânsito que geraram prejuízos claros na economia local em Quarteira e Vilamoura. Exemplo gritante os nossos hoteleiros, informados com pouca antecedência, tiveram clientes que chegaram às 14.00h ao Aeroporto de Faro e só puderam entrar nos hotéis às 18.00h ou então clientes que tinham que sair às ao meio dia 13.00h e tinham que estar no Aeroporto a essa hora e teriam que sair do hotel às 09.00h. Não é serviço que honre efetivamente quem recebe. E atenção, reforçamos novamente que não está aqui em causa a natureza do evento, está em causa o facto de não terem sido devidamente acautelados os interesses da população. Existiu aqui uma falta de coordenação que obrigou negócios e pessoas a reorganizarem-se à pressa. E como devem entender, a nossa bancada considera que grandes eventos exigem grande responsabilidade e essa, infelizmente, ficou aquém do que a freguesia de Quarteira merece, devido a uma divulgação que acabou por desconsiderar os municípios. Ficam



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2025-2029

feitas estas considerações. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. O senhor Presidente tem a palavra. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: A verdade é que nós temos aqui a Volta ao Algarve e tivemos a televisão várias horas a filmar o concelho, isso é um ponto. É lógico, há coisas que falham, não é uma organização da Câmara e nós trabalharmos, informámos, mostrámos aquilo que era a nossa experiência local, e há sempre coisas a mim só me fazem crescer. Habituei-me a isso, no triatlo, hoje em dia já não causa problemas. Habituei-me a isso quando mudo das válvulas de seccionamento dos espaços e já meto carros dos bombeiros no centro de saúde e tudo mais e arranjam os geradores, significa que nos vamos adaptando, não fechando os olhos daquilo que vai acontecendo. Aprendemos com alguns erros, sabemos sempre que hoje em dia é o 50/50. Eu estou contente, é bom, mas, isso significa que nós vamos aprendendo com isso e mudando. O que eu tiro daqui é, foi uma prova interessante. Eu próprio fui e tentei chegar aos locais para perceber a dinâmica que aconteceu, o que é que correu mal, para melhorar, para a próxima. Mas tiro daqui tudo o que é negativo para melhorar, mas tudo o que é de muito positivo. Nós tivemos uma prova de elite, aqueles que são os eventos âncora neste concelho, onde se eu for pedir para me filmarem 20 minutos do concelho, pago milhares de euros a uma televisão qualquer e puseram cá outras e agora estamos cá para retificar aquilo que correu menos bem. Mas temos que ter este tipo de eventos sabendo que nunca vão ser perfeitos, pelo menos nas primeiras vezes que acontecem e que vão sempre prejudicar alguém. Fecham-se as pontes, fecha-se Nova Iorque, fecha-se Paris, portanto, havemos de conseguir fechar também Vilamoura, Quarteira e Loulé e todos os outros. E havemos de não prejudicar as pessoas na sua economia, porque a projeção de Quarteira e Loulé também dá benefícios às pessoas a médio e a longo prazo. Portanto, fica registado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Irei passar agora a palavra à senhora Deputada Sandra Ribeiro, do partido CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente Telmo Pinto, pois isto é tudo muito engraçado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

mas não tem piada nenhuma e não tem piada nenhuma porque o dia hoje foi caótico. Eu posso-lhe dizer que hoje de manhã o meu filho telefonou-me dizer assim *mãe, não consigo ir à escola*. Eu disse como é que não consegues ir à escola? Porque a avó já me levou por todas as estradas e a GNR não me deixa passar. Eu vou às notícias e leio. Etapa da Volta ao Algarve deixa Vilamoura isolada e trânsito caótico em Quarteira. De que me adianta as televisões quando depois leio isto na imprensa? A situação é verdadeiramente incrível, mas está a acontecer e vai ser assim até às 17.00h desta sexta-feira, 20 de fevereiro. Vamos lá ver uma coisa, eu vou-lhe dar outro exemplo, uma vizinha minha queria apanhar o autocarro, tinha já o bilhete de autocarro para ir de Vilamoura para Lisboa, não havia autocarros. Pediu-me ajuda, liguei para a Central Rodoviária. As pessoas têm que se deslocar a Quarteira, os autocarros só saem de Quarteira. Então, mas como é que as pessoas chegam à Quarteira? Enfim, isto hoje foi um caos, tiraram lombas, tiraram umas lombas da estrada da SIC e outras ficaram, andaram a tapar buracos que têm estado destapados há imenso tempo. Quer dizer, e a GNR não conseguia ajudar as pessoas com o circuito por onde é que podiam passar, quais os circuitos alternativos para as pessoas fazerem. Enfim, isto hoje não correu nada bem, houve falta de informação e a pergunta que eu faço, por exemplo, é quem é que vai justificar as faltas às aulas das crianças que não foram à escola? Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora deputada. Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Você não me viu brincar com a situação, viu-me aqui dizer que nós estamos aqui. É lógico que se tapou buracos e se tirou lombas, isso não causou problemas os das escolas e essa é a informação que nós queremos, porque para comunicar e para falar no final deste evento e dizer o que é que correu mal. E nós estaremos cá para justificar aquilo que estiver ao alcance do município. O que quero dizer com isto não é brincar o que estou a dizer, é que nós arranjamos sempre, as coisas são para se resolver. Eu, se fosse uma questão de segurança das pessoas é que eu sentia que era uma coisa que não se podia mudar aqui. Isto nós podemos mudar justificando que houve erros e que houve falta de sensibilidade, e houve coisas que aconteceram, que não estavam nas reuniões, pelo menos combinadas, e aquilo que fui informado é que no futuro serão combinadas e feitas da melhor maneira, sabendo que houve erros. Ninguém está aqui a brincar ou



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

dizer que não os houve. Portanto, estamos cá para retificar aquilo que houver e toda a comunicação é importante para melhorar aquilo que vem para o futuro. -----

O **Presidente da AML** disse: Pode concluir, senhora deputada. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Presidente, só para concluir, este evento tem que ser feito a um dia de semana? Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Eu pedia ao senhor Presidente para responder. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Obrigado. É normal esta questão porque as pessoas não percebem o que é uma Volta ao Algarve. É uma coisa contínua, de vários dias e é normal, porque não foi a primeira pessoa que o fez. Recebi telefonemas de pessoas que nós conhecemos, porque é Sábado e Domingo, não fomos nós que projetamos a Volta, ela apanha dias semanais e este foi um dia desses. Foi a primeira pergunta que eu fiz, *e tem que ser a uma sexta-feira?* Foi o que eu disse logo e a minha intervenção foi logo. É normal que as pessoas façam essa questão, mas é uma coisa contínua, que leva quatro ou cinco dias a acontecer e acaba no Malhão no Domingo. E é verdade que ao Sábado, também ao Domingo, é aquele dia que nos deixa mais tranquilos. Mas pronto, aconteceu desta maneira e eles disseram que era inevitável e não conseguiam fazer esta alteração. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tenho ainda aqui duas inscrições para terminar, portanto, dou a palavra agora à senhora Deputada Cláudia Mendes, do PSD. -----

A Deputada **Cláudia Mendes (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, cumprimento a todos, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----- Esta bancada vem aqui mais uma vez trazer a esta Assembleia uma preocupação que já foi aqui expressa no passado dia 19 de dezembro na sequência da Tempestade Claudia, por acaso tem o meu nome, esta bancada interveio aqui a alertar para inúmeras quedas de árvores em todas as freguesias e os danos registados em vários pontos do concelho. Tendo solicitado aqui um levantamento dos estragos que foram causados e até à presente data, esse levantamento não nos foi remetido pelo Executivo. Desde então ocorreram novas tempestades, como nós todos sabemos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

causaram mais prejuízos com quedas de árvores, quedas de muros, deslizamento de terras e agravou a situação, que já era bastante preocupante. Assim, esta bancada questiona aqui ao Executivo municipal se existe realmente um registo sistematizado com os danos causados por estas intempéries ocorridas no concelho? -----

Se os munícipes que foram lesados a nível patrimonial foram devidamente ressarcidos, designadamente através do seguro de responsabilidade civil da Câmara Municipal. E que diligências foram encetadas para garantir uma resposta célere e justa a estas situações? -----

Paralelamente, esta bancada reafirma e reforça a sua profunda preocupação, quer aqui nesta Assembleia, quer na Assembleia de Freguesia de Quarteira. -----

A situação do Forte Novo, onde o recuo costeiro é contínuo e progressivo, trata-se de uma realidade que é amplamente conhecida, tecnicamente identificada e que exige uma ação concreta, planeada e urgente, não podendo continuar a ser sucessivamente adiada. -----

E por este sentido, entendemos, já foi aqui também falado, ser imperioso que seja convocada, com a brevidade possível, uma Assembleia Municipal Temática, dedicada exclusivamente a esta matéria, com a participação de entidades responsáveis e com competência técnica, designadamente com a APA e a Universidade do Algarve, que já assentou estudos sobre esta erosão costeira. E é este o apelo responsável que deixamos aqui. Muito grata. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora deputada. Não sei se o senhor Presidente, quer falar? Tem a palavra, senhor Presidente. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Esta questão das intempéries, sem intempéries, as próprias árvores não é uma coisa muito controlável. Aqui, numa última Assembleia, penso que foi, o Deputado Vítor falou sobre o cipreste da Cerca do Convento, há algumas árvores, que estão em zonas populacionais que podem constituir perigo, que vão sendo atempadamente feitas algumas vistorias para perceber como é que elas estão os estudos e vão se contendo lá. Mas quando acontece este tipo de intempéries, ninguém consegue dizer que aquela árvore vai cair. É o que é, nós vimos morros inteiros se deslocarem desde o norte ao sul do país. Temos duas estradas em Salir em que aquilo é estrutural, não é uma coisa de só chegar ali, tapar e pavimentar, porque o próprio morro caiu por completo e não é uma coisa que se preveja. Depois destas coisas acontecerem, nós temos aqui que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

últimos 6 anos, tirando 2026, 6 anos, tivemos 464 ocorrências no concelho. Em 6 anos, nós em 3 dias aqui no concelho de Loulé tivemos 1139. E todas estas referências e quem está aqui, Presidentes de Junta e as entidades todas que pertencem à Proteção Civil, tivemos uma reunião a semana passada preocupados com o que aconteceu e a intervenção que vamos ter e como é que vamos no futuro ainda coordenar e monitorizar bem melhor, porque nós queremos bem melhor com este conhecimento que vamos tendo. E todas elas fizeram um trabalho excecional, as Juntas de Freguesia e serviços, todos se juntam nesse sentido. Mas há coisas que é muito difícil equacionar quando as coisas acontecem desta maneira. -----

É lógico que temos de estar aqui preparados. Quanto mais coordenados estivermos, menos problemas terão as pessoas, pelo menos de segurança. E é isso que estamos a fazer. -----

Depois é preciso perceber outra coisa, a Câmara Municipal de Loulé ou qualquer autarquia ou Governo, sem ser esta condição excecional em que se vai buscar ao PRR, fundos para apoiar as populações a acontecer. Há situações de cair uma árvore em cima de um carro que legalmente não é imputável logo a despesa à Junta, à Câmara Municipal de Loulé e dizer que é a Câmara que é responsável por isto. Há seguros muitas vezes que são pagos. Nós monitoramos e tentamos andar aqui para as pessoas não saírem prejudicadas, mas não é uma coisa que se resolva do dia para a noite e dizer olha, a Câmara tem de pagar estes prejuízos, tudo isto que se passa aqui e este dinheiro que sai daqui é justificado pela Lei que se pode fazer ou não. E é o que tentamos fazer sempre. -----

Portanto, este tipo de intempéries é o que acontece, mas a resposta se não foi enviada, aquilo e na hora. Praticamente a Proteção Civil tem os dados e envia para todos nós praticamente a medida que vão acontecendo. Nós sabemos na hora, portanto é uma coisa que se não foi enviada foi um lapso, mas enviamos já de seguida, sem qualquer problema. -----

Mas o que acontece é isto, a praia, eu estou de acordo. Eu já disse chamar aqui a APA, chamar a Universidade através da Lígia Smith, que fez um estudo aqui para mais dois locais. Como eu já disse, para o país, isto é a natureza e nós temos que nos convencer que é a natureza e temos que tomar medidas que se calhar não estamos à espera no futuro, porque sem erosão costeira não há praia. O que provoca a areia das praias é erosão costeira das arribas ou o movimento dos detritos que vêm dos rios quando não tenham barragens. -----

Portanto, é quando nós condicionamos com molhes, quando nós continuamos com,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

com, com barreiras, para não haver erosão. Nós estamos enganados, porque ela tem que existir e aí depois desaparecem as praias. São os 10 anos do ciclo, mas como isto está a acontecer, esqueçam. Isto vai acontecer muito diferente. Vai acontecer como na Costa da Caparica foram 6 e vai acontecer como nos outros sítios, porque basta haver uma maré viva, forte, com sueste que leva a areia toda. E eu acho, estou a dizer, os termos certos, portanto nem conseguimos contabilizar se serão os 10 anos. Os 10 anos era um ciclo que era previsível antigamente. Hoje em dia as coisas começam a ser mais complicadas e eu acho que sim. Temos que fazer uma assembleia temática, porque nós vamos ter que tomar decisões difíceis, se isto continuar daqui para a frente. Não é o que choveu agora, dá para os próximos quatro anos. Mas nós tivemos momentos de seca aqui que nunca mais acabaram, indeterminados. Portanto, eu compreendo, nós estamos a tentar monitorizar com as equipas juntas de freguesia são cerca de 30 ou 40 instituições que pertencem a este Grupo de trabalho da Proteção Civil nestes casos. Agora já estamos a trabalhar nos incêndios porque já há aqui uma mudança de paradigma. O próximo ciclo de incêndios vai ser terrível porque a chuva fez com que crescesse muito pasto e nós já estamos assim preocupados. Portanto, todos esses momentos são momentos que nos preocupam e tentamos monitorizar, não conseguimos é controlar a natureza, não é? Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Dou a palavra então ao senhor Deputado Nelson Brazão, do Partido Socialista. -----

O Deputado Nelson Brazão (Presidente da Junta de Freguesia e Boliqueime) tomou a palavra e disse: Agora permita-me cumprimentar, senhor Presidente, de forma especial, os colegas Deputados, senhor Presidente do Executivo e Vereadores, o público que nos assiste também lá a casa, os funcionários. -----
Portanto, deixar aqui uma breve nota que Boliqueime, no dia 15, comemorou o 1.º Aniversário de Elevação a Vila, assim como brevemente também Almancil celebrará o 1.º Aniversário de Elevação a Cidade. -----
Portanto, para marcar este primeiro aniversário, fizemos a inauguração de dois Parques Infantis, porque a Vila de Boliqueime já merecia e deu-se um passo importante na rede de águas para Boliqueime. Nesta primeira fase será a de São Faustino. -----
Portanto, um agradecimento à Câmara por dar este importante passo e que venham



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2025-2029

mais a seguir. -----
Depois solicitar o apoio da Câmara Municipal à Volta ao Algarve. É normal as coisas não correrem bem. Aceitar a crítica e no próximo ano contorná-las e resolvê-las. Dar os parabéns ao nosso clube da terra que mais uma vez participa. Portanto, ao Louletano Aviludo. -----

E agora, deixem-me puxar a brasa à minha sardinha, tendo em conta que a freguesia de Boliqueime tem dois ciclistas, portanto o Noa Campos e o Filipe Francisco, acho que é de relevar, porque numa freguesia com quase 5000 habitantes ter 2 atletas na prova mais importante do país, acho que é de salutar. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Dou a palavra à senhora deputada Mara Francisco. A Câmara quer falar sobre estas, então irei prosseguir e dar a palavra à senhora Deputada Mara Francisco, do partido CHEGA. Tem a palavra, senhora deputada. -----

A Deputada **Mara Francisco (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigada. Boa noite, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e aqueles que nos acompanham em casa. -----

No seguimento da minha última intervenção na anterior reunião relativamente ao licenciamento do estabelecimento comercial Continente, junto ao Novo Mercado Municipal de Quarteira, gostaria de pedir uma resposta ao Presidente, Telmo Pinto sobre este assunto, porque não basta um email enviado mesmo antes do início desta Assembleia Municipal. É necessária uma explicação aos quarteirenses, acerca deste assunto. -----

A bancada municipal de CHEGA, gostaria que este assunto fosse explicado em Assembleia Municipal para que a população fosse esclarecida sobre o processo e qual o papel da Câmara Municipal. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu não posso mandar na legislação, não é? Mas não vou estar, vou dizer o que é que é o licenciamento, a Câmara, o Executivo da Câmara Municipal de Loulé, só faz uma coisa que é cumprir com a lei e fazer cumprir a lei. E ali é um processo de licenciamento normal, num loteamento que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

simplifica o processo, torna aquilo um lote, 2 lotes que eles juntaram e que os tornaram comercial e que nós não podemos dizer que não. Mas eu posso explicar. Se for preciso explicar mais qualquer coisa, explico. Digo quais são os termos da lei, mas não é essa a nossa função. É preciso aprovar as casas e eu vou explicar o que é que é um licenciamento. Aquilo não há, não está nas mãos da Junta da Câmara Municipal de Loulé. Ainda vou dizendo junto algumas vezes. Foram 12 anos. Não está nas mãos da Câmara Municipal de Loulé decidir quem é que constrói um espaço comercial e quem é que não constrói. Isso não existe. É temos o PDM, temos regulamentos, temos planos de pormenor, temos planos de urbanização que determinam aquilo que nós podemos aprovar. Portanto, é isso. A explicação é essa. Eu não posso dar outra explicação, mas só posso dizer onde é que está a lei. Mas isto depois já se percebe, não é? É uma coisa que é entendida. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Dou a palavra à senhora Deputada Bárbara Amaral, do PSD. -----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, senhor Presidente. O passado dia 13 de fevereiro foi demasiado importante para não ser aqui referido de forma apropriada. A bancada do PSD congratula o Governo do PSD, pelo lançamento do concurso público para o novo Hospital Central do Algarve, com o investimento de 426,7 milhões de euros. Estamos a falar do maior investimento público alguma vez feito no Algarve por parte do Governo Central. Uma obra que está sinalizada como prioritária desde 2006 e há muito reivindicada pela população. Passaram décadas sem decisões concretas. A abertura do concurso público prova que o compromisso com a região está a sair do papel e de que o Algarve é prioridade nacional para este Governo. -----

O novo Hospital Central do Algarve, vai ser construído no Parque das Cidades, em Faro e Loulé, vai ter 742 camas de internamento, 10 camas de hospitalização domiciliária e 15 camas de cuidados paliativos. Terá ainda 74 Gabinetes de Consulta Externa, 18 salas de Bloco Operatório, 10 Salas de Parto, quartos e diversos hospitais de dia. A oncologia, extremamente importante, estará totalmente integrada no hospital. -----

Da parte da bancada do PSD, continuaremos a acompanhar de perto este processo com exigência, seriedade e confiança no nosso Governo. Na expectativa de que este Executivo faça tudo para que faça parte da solução. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2025-2029

Eu gostaria ainda de manifestar a nossa satisfação com as declarações do Senhor Presidente, Telmo Pinto, que aquando da vinda da senhora Ministra da Saúde ao Algarve para a assinatura dos acordos estratégicos para a construção do Hospital Central do Algarve. Agradeço o trabalho da nossa Ministra de Saúde, bem como a sua disponibilidade, tendo até referido que a mesma atende o telemóvel à primeira. E agradeceu a ajuda que a mesma deu na resolução dos problemas do INEM. É com enorme satisfação que verificamos esta ligação saudável entre o Poder Central e o Poder Local, tão necessária para a melhoria da vida dos louletanos. Muito obrigada. -

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada, por esta importante informação. Ainda estamos no período de inscrições, tem a palavra o senhor deputado do Partido CHEGA, Luís Barroca. -----

O Deputado **Luís Barroca (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e as pessoas que estão lá em casa. -----

O assunto que me faz intervir hoje, deve-se mais uma vez à situação dos carros abandonados na via pública do nosso concelho, desde a fase mais crítica da Pandemia Covid 19, muitos veículos ficaram esquecidos nas ruas e alguns nunca mais voltaram a ser reclamados pelos seus proprietários. O que começou como consequência do confinamento e das dificuldades económicas, transformou-se, com o passar dos anos, num problema visível em várias localidades do nosso concelho. Carros abandonados na via pública representam muito mais do que simples sucata. São um flagelo ambiental, libertando fluidos tóxicos e enferrujando a céu aberto e ocupando espaço que deveria ser seguro e funcional para todos. Além disso, torna-se rapidamente em focos de lixo, pragas, degradação urbana, afetando a imagem da comunidade e o bem-estar dos moradores. Para além da componente ambiental, existe um risco social evidente. Veículos abandonados são propícios a atos de vandalismo, consumo de drogas, esconderijos e outros crimes, criando zonas de insegurança e sensação de abandono. -----

Aquilo que eu gostaria realmente que me dessem é o feedback, é saber exatamente o que é que querem fazer, que soluções têm para resolver este flagelo ambiental? O meu obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor deputado, dou a palavra ao senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Tenho muito pouco tempo, mas muito rápido. Nós, neste momento estamos à procura de uma estruturas que podem acomodar os carros 2 e 3 no mesmo alinhamento, ou seja, em altura. Estamos a tentar perceber se os processos daqueles que são possíveis tratar dos processos, nem que seja com contratação fora, para ter equipa jurídica para resolver o problema rápido, porque o parque está tão cheio que quase que não conseguimos a maior parte destas situações. Mas o que queremos é muito em breve ter uma campanha de tirar todos os carros da rua. Havendo a possibilidade, porque estes parques só podem ser terrenos urbanos. Andamos à procura de terrenos para casas, para tudo mais e depois temos de ter um parque deste urbano. Mas estamos a fazer tudo porque concordo plenamente que é um exagero e às vezes até brincam connosco porque basta tirar o carro de um lugar para o outro. Já tens por um novo selo que isto é de rir. As pessoas quase que servem de armazém, portanto andamos a tentar fazer a ginástica toda possível para conseguir chegar a isso, mas neste momento é um exagero completo o número de carros que nós temos na rua. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Temos ainda uma inscrição. Então dou a palavra ao senhor Deputado Victor Coelho, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Victor Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite novamente. -----

Antes de mais, queria dar os parabéns através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, à população de Boliqueime, pela passagem deste primeiro aniversário de Elevação a Vila. E gostaria de colocar aqui um ponto em consideração ao Executivo que é relativamente a questão que já foi aqui debelada das intempéries e das quedas de árvores e todas essas situações e constrangimentos que causa. Recentemente, ao longo dos últimos meses, não tem 1 ano, tem cerca de 3 ou 4 meses, por duas vezes e hoje, por efeitos da volta, por acaso, voltou a acontecer. ---- A Estrada Nacional 396, entre o Aquashow e a Vila Sol é completamente cortada. Tudo bem que temos ali uma árvore caída no caso das árvores. Hoje foi a questão do ciclismo. Todas essas coisas são questões que têm de ser trabalhadas, mas a estrada é completamente cortada, não dá permissão. Posso-vos falar das árvores que caíram agora há cerca de 15 dias atrás. As entidades que estavam a fechar a estrada não permitiam o acesso de qualquer viatura àquele local. Portanto, entre o Aquashow e a



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Rotunda da Vila Sol, ninguém entrava e saía. Havia casos de moradores que queriam entrar e nem lhes permitiam a entrada. Houve moradores que tiveram que violar o código da estrada para entrar em sentido contrário para entrar. E eu estou e estou a falar com conhecimento de causa, porque sou morador e aconteceu comigo, portanto, aconteceu. Estas situações têm de ser acauteladas de maneira a prever estas situações, porque existem moradores. Existem comércio ali naquela estrada entre o Aquashow e a Vila Sol, existem mais de 30 estabelecimentos comerciais que foram prejudicados por essa situação no caso da intempérie. -----

Hoje foi uma questão especial, mas também a estrada estava fechada, já com algum controlo e já com algum conhecimento. No entanto, isso não aconteceu dentro da cidade de Quarteira, por situações que já foram debeladas e já foram aqui faladas e não vale a pena estar a repetir, mas tem que haver aqui alguma sensibilidade para esta questão. Tudo bem que a árvore está caída no chão, tudo bem que a árvore não é permissível retirá-la no momento, mas há formas de permitir que o trânsito se desloque e não ser inflexíveis. Que foi uma situação que aconteceu, que é real e que não foi permitida ao trânsito ali na zona. E temos que ter em atenção que estão ali 30 estabelecimentos comerciais. Não, não estou a falar da intempérie há 15 dias atrás, mas já tinha acontecido há 3 ou 4 meses atrás, quando caíram árvores naquela mesma zona. -----

Já agora, só a talhe de foice, eu sei que as Estradas de Portugal, por conhecimento deste último episódio, está a considerar a hipótese de poder retirar mais algumas árvores daquela via, porque estão claramente a demonstrar que estão em inclinadas e prestes a poder cair. Eu creio que a Câmara Municipal, poderá reforçar essa situação de maneira a que não volte a acontecer no momento de intempérie e sim fazê-la controlada, de uma forma que evite os constrangimentos que podem acontecer naquela estrada, porque são mais do que muitas. As árvores, as copas das árvores são cortadas sem qualquer equilíbrio e depois as árvores têm mais peso para um lado ou para o outro e automaticamente às árvores caem, é natural. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Sim, das árvores e acontece muito ali. Eu já estive numa situação ali há uns três ou quatro anos, numa destas intempéries que elas caíam e nós ali, no meio da estrada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Sobre a prova mesmo a prova tem que haver uma intervenção nossa, daquilo que nós conhecemos o território. Eu e o David Pimentel falámos com o Pedro Casanova, não interessa dizer que espaço comercial é, queríamos lá ir almoçar e para chegar lá foi uma carga de trabalhos. Nem conseguimos. Porquê? Porque é preciso haver alguma sensibilidade, porque se pusessem placas foi que eu lhes disse para haver uma intervenção, metam placas a dizer Quarteira para a esquerda, mas que Vila Sol é por aqui. As pessoas sabem que está limitada e tem o Al-Sakia e para sair, tem a outra do Passis - Almargem tem e isso era feito de uma forma mais leve. Não chegámos ali está uma carrinha em cima da rotunda, a seguir dá a volta. Está uma carrinha em frente ao Aquashow. A verdade é passeio disse, não é assim. Portanto, nós temos essa perceção e vamos para o terreno, que não era aquilo que tínhamos combinado para melhorar no futuro, mas o que acontecia era isso, eles estavam a deixar passar, mas não parecia que ninguém passava. Portanto é que nós tivemos essa dificuldade, portanto compreendemos. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Há mais inscrições para este período? Temos mais uma inscrição. Portanto, agora é do senhor Deputado Manuel Alfredo. Tem a palavra. Senhor deputado, do partido CHEGA. -----

O Deputado **Manuel Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Portanto, trago aqui mais uma questão. Para o Executivo, que é sobre os esgotos na Estrada Nacional 125. Portanto, foi uma promessa eleitoral. Gostaríamos de saber em que estado é que está? -----

Também, se o senhor Presidente, quando era Presidente da Junta de Quarteira, sobre esta situação aqui do Continente, está aqui a gerar polémica, mas não há polémica. Não sei de onde é que vem a polémica. Se sabia ou não que ia existir ali aquela estrutura, como presidente de Junta? É isso que lhe pergunto só. Portanto, o resto a gente sabe que as leis são as leis são para cumprir. Como você disse, é pena que a Câmara, que eu não sei, também não percebo se a Câmara não tem mecanismos para num futuro, portanto, evitar situações destas. Portanto, não tem. As leis são os homens que fazem. Temos que mudar as leis, pronto. -----

Outra, a situação sobre o hospital. Pergunto-lhe também diretamente ao Executivo. Não sei se me poderá dar a resposta que é o hospital é público? 100%. Ou é uma parceria pública ou privada? Vai funcionar no mesmo esquema que funciona no Hospital de Loulé? Portanto, isto são questões pertinentes. São aquelas questões que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

as pessoas às vezes não querem levantar e têm que vir aqui um deputado do CHEGA, como é óbvio, da bancada do CHEGA, levantar isto. Portanto, isto seria uma questão. Senhor Presidente, eu peço encarecidamente que você com o seu Executivo tente saber que questão é esta... -----

O **Presidente da AML** interveio e disse: Senhor deputado, vou pedir para terminar que o tempo já passou. -----

O Deputado **Manuel Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Vou terminar já. Depois há uma outra situação, 700 camas. Onde é que estão os profissionais? Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Quero falar os esgotos da EN125, contratámos agora apoio jurídico para perceber como é que conseguimos chegar àqueles proprietários que nós não conhecemos e queremos avançar com essa obra o mais depressa possível. -----

Continente, não vamos perder tempo a falar, isto é falta de conhecimento, a gente tem que se informar se não perde tempo aqui a dar aulas de urbanismo. É que o grande problema aqui é que nós estamos a falar de uma coisa básica não há ditaduras. Isso acabou. Não há ditadores que dizem olha, um pode abrir um comércio, outro não pode abrir um comércio, um pode fazer uma casa, outro não pode fazer uma casa. Isso não existe. Nós somos gestores da lei e é por isso que eu estou a dizer é que vamos perdendo tempo aqui, infinitos. Vocês podem-se informar sem se chegar aqui e tentarmos, porque vamos perder tempo numa coisa que é lógica. Não é uma coisa que olha uma informação sobre a gestão da Câmara, não é uma gestão da Câmara. Isso é uma coisa que é básica. Sabia que o Continente quer? Sabia que o ALDI quer sair, que o Pingo Doce quer? Sei que o LIDL quer outro em Vilamoura e estiveram aqui. E eu disse-lhes assim, vocês vão-se comer todos uns aos outros. Pergunte aqui ao meu Vice-Presidente que está aqui sentado, todos querem! Isto não é uma questão já de vender comida, isto é uma questão imobiliária, é uma questão de gestão de dados, é uma questão de ganhar espaço, é uma questão de monopolizar tudo. Eles já fazem um negócio que é tudo menos comida. Portanto, e onde é que isto vai parar? Não sabemos onde é que vai parar. Agora, esse é aquele trabalho que estamos aqui

Handwritten signature in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

a fazer. Eu disse-lhes ali eles estão a falar connosco. Disse um que querem aumentar, tem um projeto para o LIDL em Almancil. Meus amigos, vocês vão-se comer todos uns aos outros. Isto não dá para tanta gente, mas eu não tenho opção. Ninguém nesta casa tem a opção para não fazer aquilo. -----

O Hospital é uma parceria público privada. Se me perguntarem a mim o que é que tu achas? Sei lá se não vai ser privado. Eu acho é que é um serviço, ganhou-se. E a deputada Bárbara disse uma coisa que é verdade. Sim, esta Ministra foi espetacular connosco, desde o INEM, de tudo mais a atender o telefone e a tentar explicar. -----

Pinto Luz, igual com isto da habitação que nós temos aqui e precisamos de aprovar isto aqui hoje e a Ministra do Ambiente igual. Ela já me prometeu que vem aqui quando começar a repor areias. E eu digo esta ligação é importante porque as pessoas fazem com que acontecer as coisas. E aqui é o que é. -----

No Hospital, o que eu senti foi uma grande vontade da Ministra assinar já aquilo e a Câmara teve um grande trabalho nisto do Hospital nestes 100 dias, porque os terrenos são nossos, a aquisição dos 2 lotes que falta são nossos. Tudo o que é matéria que se tem que mexer em termos jurídicos, alterações do Plano de Pormenor, que já estamos a trabalhar na Faculdade de Medicina, que também é um lote que é nosso. Portanto, tudo isso cai sobre nós. Agora, se vai ser privada ou não, sabemos, não sabemos. Portanto, vamos trabalhar para acontecer, vamos trabalhar para ser público e depois se verá no futuro. Acho que isto é uma obra muito importante que vai acontecer no Algarve, e isso é muito importante. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Não sei se há mais inscrições ainda neste período? Mas se tudo correr bem, vamos ter Assembleia em março, portanto, também não esgotem tudo em fevereiro. Portanto, se os senhores Deputados não pretendem intervir mais neste período, iremos iniciar o período da ordem do dia já no dia seguinte. Mas é o designado Período da Ordem do Dia: -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

3- Período da Ordem do Dia: -----

a) Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O Presidente da AML disse: E para este efeito, obviamente, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Telmo Pinto. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito rapidamente, só dizer que melhorámos o documento, não é este que queremos ainda. Queremos trabalhar um documento convosco, aquilo que vocês querem ouvir e era importante que se manifestassem. Para nós era importante isso porque houve uma pessoa. O adjunto esteve agarrado a este trabalho de uma forma resiliente para fazer mudanças e nós queremos esse contributo para vocês. -----

Sobre estes últimos 3 meses, estes 100 dias que nós saímos, foi isto, foi partimos com a vontade de cumprir com aquilo que era uma promessa, pelo menos sobre uma promessa simbólica daquilo que nós queríamos fazer em 100 dias, que era poder entregar 150 casas, poder fazer os dois regulamentos tanto da do táxi sénior para beneficiar as pessoas sénior que vivem no interior do concelho, como também chegar a mais estudantes universitários. Temos neste momento estamos a lançar isso na reunião de Câmara para poder absorver também aqui o conhecimento da população e aquilo que eles sentem que são as suas necessidades para os dois regulamentos. Temos as escrituras das casas marcadas e é um dos pontos que temos aqui para aprovar hoje eu até adianto o serviço são 60 fogos que foram feitos pelo, uma construtora através do regime HCC. David, corrige-me se estou errado, que tem a habitação e que quando foi discutido e pedido o apoio ao Estado através do IHRU, o valor das casas era na ordem dos 12.900.000 € e foi esse cheque que vamos receber do IHRU. Mas depois, com a alteração e com o crescimento e com o passar do tempo, todos sabem como é que é este conselho é apetecível o promotor, quem construiu a habitação, os 60 fogos, disse isto agora o preço é mais alto, com toda a legitimidade, tentámos perto do ministro Miguel Pinto Luz e por isso é que eu digo que acabámos por ter esta afinidade e uma pessoa que nos somos grandes amigos das adjuntas do gabinete. Não, é interessante, isto é importante para criar ligações, porque depois é muito mais fácil às vezes conseguirmos algumas coisas. E, chegámos aqui ao ponto de ter que recorrer depois falar com o Dr. Benjamim do IHRU, perceber que não podia haver um aumento de verba para completar isto. E nós vimos aqui aprovar hoje os 2.200.000 € que faltam, que estamos a falar de 15% do investimento, para completar. O que é que nós temos quase como garantia é que a maior parte das pessoas dos municípios se inscreveram, não vão ter os projetos aprovados, nem vão construir e ele disse, 99% de hipótese. O que vai acontecer é que esses 2 milhões, depois vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

estar também apoiados. Mas mesmo que não tivessem, o investimento não é tão grande que não dê resposta. E com estes 60 e acabar a construção que temos ali, que é a Clona que demorou um bocado mais do que estávamos à espera, com estas intempéries, todas essas alterações climáticas, mas pronto, está agora para entregar no início de março nós conseguimos entregar as 150 casas. -----

Para além disto, agarrámos o PDM pela necessidade, começamos a ver e a pressão, até porque é uma área que eu conheço muita gente que sofre grandes pressões, que mexe com a nossa economia. -----

Temos um projeto para entregar que há muita gente não acredita, que irá acontecer, mas duas escolas que são prioritárias com fundos comunitários, a Escola Dra. Laura Ayres e o projeto têm que estar acabado até dia 30 de junho, senão, não é elegível para receber esses fundos. E temos também em Almancil, que é, já está em terceira prioridade e tem que ser já feita a seguir. Portanto, fomos agarrando todos estes projetos que para nós são prioridades, que eram as prioridades com as pessoas e o edifício municipal. Uma decisão que tivemos de tomar, porque só quem não visitou e vocês também visitaram é o PSD visitou durante a campanha os locais onde se encontram os funcionários da Câmara. -----

Com o crescimento que esta Câmara tem, a dimensão que tem foi se acomodando à medida que era possível e hoje em dia não tem condições de trabalho. E nós achamos que para fazer um bom trabalho temos de ter as pessoas bem sentadas em locais dignos, com qualidade e que possam fazer serviço. -----

Estamos neste momento já a discutir com o Arquiteto Gonçalo, para poder avançar com esse projeto. O projeto será ao pé do Estádio, num local onde se tinha pensado o ABC, que é uma conversa também que se tem, Nós queremos propor ao Parque das Cidades que seja um projeto regional, como é com o investimento regional em que nós colaboramos e vamos propor que seja com terreno do Parque das Cidades. É ali que se vai fazer faculdade de medicina, é ali que está a fazer hospital, é ali que tem que ser o centro de saúde aqui deste Algarve Central. -----

Portanto, a nossa proposta é esta, até porque temos neste momento uma quantidade de obras estão a avançar ligadas à saúde, para a semana esperamos que se conseguirem tirar de lá aquilo que a ULS nos disse que ia tirar, já podemos renovar o Centro de Saúde Serra Mar, uma obra da Câmara Municipal, também com 2 milhões €. -----

Temos a Mãe Soberana para construir lá em baixo que dependemos do projeto também e é uma coisa que está no nosso orçamento. Lá em baixo, que será a outra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Unidade de Saúde Familiar que não dito por mim, mas dito pelos pelo ULS, vai aqui capacitar estes equipamentos para poderem responder às famílias naquilo que é a Unidade saúde familiar, as famílias naquilo que é ter médico. E ainda temos a PET TAC, que também no valor. Eu não gosto de falar de valores, que isto é tudo relativo. O valor é relativo à necessidade das pessoas. Estamos a falar de saúde, portanto, que também vai ser construída pela Câmara de Loulé, que está à espera que os projetos sejam feitos. -----

Portanto, houve uma quantidade de coisas aqui que se tornaram prioridades, tivemos que dividir o tempo, mas saímos no fundo, gratos por chegar aqui 3 meses e pouco depois e conseguir ter agarrado todas estas que são necessidades. São prioridades e nós não conseguimos dizer estas aqui. O que faço para o mês que vem? Mas agarrámos, conseguimos criar estas ligações, conseguimos tentar estar o máximo possível perto para tomar decisões e para estarmos aqui, pelo menos elegíveis em todos eles para dar respostas à população. E, portanto, no fundo, é mais ou menos isto que eu vos quero dizer aqui do relatório de atividades. Alguma coisa estou disponível. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Está aberto o período de inscrições para esta alínea. Se algum dos Deputados quiser falar. Temos uma inscrição, então dou a palavra ao senhor Deputado Hélder Faísca, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. -----

Só para dar a nota aqui relativamente à informação financeira, de facto, a situação da autarquia em termos financeiros continua estável, de boa saúde, mas, no entanto, dar uma nota. Continuamos com alguma preocupação relativa ao aumento em pessoal que não nos parece que nunca mais para de aumentar. O aumento das despesas de pessoal. -----

Depois dar de facto nota aqui nos anexos que finalmente o nosso Governo respondeu sobre a Polícia Municipal e que a Câmara também já respondeu. Portanto, esperamos que agora venha a resposta mais célere do que a primeira, apenas isso. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Continua aberto o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

período de inscrições para esta alínea a). Portanto, não estou a ver mais inscrições. Iríamos passar as alíneas seguintes, mas temos aqui uma inscrição da bancada do partido CHEGA. O senhor Deputado Manuel Alfredo Coelho, tem a palavra senhor deputado. -----

O Deputado **Manuel Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. ----
Em relação à situação financeira, só para um pequeno alerta, não deve ser necessário que os senhores têm gente com muito mais experiência. É sobre a receita de IMI no orçamento da Câmara, a arrecadação de IMT. Digo, vou esperar que o senhor Presidente e o Executivo também, como alerta e para saber se tem esses números em relação à arrecadação de receita de IMT, que é extremamente importante para o município de Loulé. Portanto, isto é, toda a gente sabe disso. Basicamente, quais são os números do último trimestre em relação ao trimestre do ano anterior? -----
E qual é a expectativa que o Executivo tem de arrecadação dessa mesma receita de IMT? Baseado, portanto, nas licenças que estão, como é óbvio, pedidas para mais habitações. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor Presidente, Telmo Pinto. Passo a palavra. Então tem a palavra o Senhor Vice-Presidente, David Pimentel. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Por economia de tempo, permita-me cumprimentar todos os presentes na sua pessoa e quem nos segue a partir das redes digitais. -----
Senhor Deputado Manuel Alfredo, e já agora, aproveitando também aqui a intervenção do senhor Deputado Hélder Faísca, de facto, este relatório visa apenas 2 meses e o mês de novembro e dezembro é efetivamente qualquer alteração significativa daquilo que tem a ver com a estratégia de gestão da despesa corrente, designadamente com o quadro de pessoal, não é plausível de se fazer uma inversão em 2 meses, daquilo que é a estratégia futura em termos do Executivo municipal que agora lidera o senhor Presidente Pinto. -----

Agora sobre o IMT, o valor do IMT está no Relatório. O valor que foi do não tenho do último trimestre, mas tenho dos 2 meses que é o do relatório que é o de novembro e dezembro acumulado foram 20 milhões €. Eu até posso lhe dizer os valores do IMT reais do município de Loulé nos últimos 4 anos, mas se calhar até abstinha-me de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

fazer esse comentário, até porque ele contextualiza aqui a alteração significativa que temos para deliberar logo de seguida e eu informarei dos valores de IMT. -----
A projeção e foi isso que me colocou, a projeção está feita no relatório do orçamento, portanto a projeção que é feita do IMT de arrecadação, foi aqui deliberado no dia 19 do 12 por todos os senhores Deputados e o valor foi de 89,4 milhões €. Está no mapa da receita estimada e, portanto, a estimativa era de 73 milhões € em 2024, 76 milhões € em 2025 e de 89,4 milhões € em 2026, claramente abaixo do valor arrecadado do ano passado. Já agora, que se cifra nos 102 milhões €. Mas também voltarei a este tema de seguida. Se o senhor Presidente também e os seus Deputados me permitirem. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Mais algum deputado quer usar da palavra? Então vamos avançar, então tenho aqui a inscrição do senhor Deputado Victor Coelho. Tem a palavra o senhor deputado da bancada do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Victor Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado novamente. Queria questionar somente uma situação relativamente à Taxa Turística, ao valor que a Câmara Municipal recebeu de Taxa Turística. Eu não tive oportunidade de ver aprofundadamente o documento, que o documento é muito completo e muito, extenso. Não sei se aparece ou não, mas gostaria de saber se o valor já foi fechado relativamente à Taxa Turística do ano passado? Qual foi o valor da receita arrecadada e se já existem projetos alocados a esse valor tal como foi alocado no ano passado quando foi falado sobre a matéria? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: O valor total da Taxa Turística, este relatório é de novembro e dezembro, portanto, ele não tem dissecadas algumas das rubricas porque não é detalhado na prestação de contas, esta informação estará toda de uma forma mais evidente, mas posso adiantar que o valor da taxa turística arrecadada é de 4 milhões € e enfim, ela será neste momento até está a ser analisado junto da Região de Turismo do Algarve e será um tema na próxima reunião da Comunidade Intermunicipal da AMAL do Algarve. A questão de



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized 'R' and other initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

haver uma verba da Taxa Turística dos municípios do Algarve para ser desenhada e gerida em termos regionais, para potenciar determinados eventos e determinadas comunicações do Algarve como um todo. Mas atualmente o valor foi de 4 milhões €. Creio que em termos de orçamento tínhamos previsto 3,6 milhões € e neste momento eu não lhe consigo dar a informação de quais são as intervenções em que temos alocado esses 4 milhões €. Mas poderei fazer chegar essa informação depois ao senhor Presidente da Mesa para ser, enfim, mais detalhado na informação. Obrigado.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Volto a colocar então ao plenário alguma inscrição. Se não havendo mais inscrições, iremos passar as alíneas seguintes. Por indicação do Executivo Municipal, propõe-se a apresentação conjunta da alínea b) e da alínea c) e posteriormente a votação em separado. -----

Passou-se aos pontos seguintes: -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 165-2026 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal / 1ª. Alteração Orçamental Modificativa da receita, 1ª. Alteração Orçamental Modificativa da despesa, 1ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; para deliberação; -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 198-2026 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais; para deliberação; -----

O **Presidente da AML** disse: Eu ia colocar aqui ao plenário se algum dos Deputados veem inconveniente, vota contra esta proposta para otimização da apresentação. Se nenhum dos Deputados votar contra, então iremos continuar com a apresentação destas duas alíneas. -----

Eu iria então passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Por sua vez, o senhor Vice-Presidente David Pimentel tem a palavra, Senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Muito rapidamente, a primeira alteração modificação é feita neste momento, na primeira Assembleia deste ano, em fevereiro, porque a Lei do Orçamento de Estado passou a permitir, a partir de 2020, que antes dos documentos



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

de prestação de contas, portanto até 2020, os municípios só em abril é que podiam integrar o saldo Conta de Gerência e houve uma alteração, é a Lei do Orçamento de Estado de 2026. Também consagra esse artigo que permite que, basicamente, depois de aprovado o mapa da demonstração do desempenho orçamental, podemos incorporar o saldo conta de gerência fazendo uma revisão modificação. -----

Esta Revisão Modifica já estava planeada em 99% quando foi aprovado o orçamento. Portanto, quando é aprovado o orçamento da Câmara, ele é dotado daquilo que são as receitas, correntes e receitas de capital expectáveis. E depois é feito uma projeção daquilo que é o valor do saldo conta de gerência a ser integrado naturalmente após esta modificação. A única questão que aqui importa salientar é que neste Plano Plurianual de Investimentos que é aqui trazido, há apenas a inscrição de duas novas rubricas. Na proposta está elencado, mas eu posso aqui também esclarecer. É a rede de água dos crescidos em crença com 1.700.000 € e uma via de acesso ao Vale da Moita, na freguesia do Ameixial para o projeto são 50.000,00 €. -----

E depois, há um conjunto de rubricas que tiveram uma alteração da dotação financeira, o que leva a que a alínea c) é o mapa dos compromissos plurianuais destas rubricas que tiveram alteração da dotação financeira ou a introdução, designadamente do Corcitos. E é apenas essa a alteração que é feita no mapa dos compromissos plurianuais. Eu queria meter aqui um pouco sobre o saldo de Conta de Gerência, até porque é fácil de se sentir que quando uma autarquia tem 102 milhões € de saldo do ano anterior, mas o que é que se passa? Este dinheiro está disponível, este dinheiro não foi investido? O que é que está subjacente a isso? Então, deixem-me só investir aqui algum tempo com a Assembleia, se me permitirem, para dar nota de que estas verbas resultam de várias questões. -----

Primeira questão, o ano passado e agora falando do IMT, senhor deputado, que ainda há bocado não esclareci, o IMT bateu o valor recorde em 2025. Sempre na Câmara Municipal de Loulé, com 102,6 milhões €. Já tinha batido o recorde em 2022, com 84 milhões €. Mas, no essencial, de termos sobre o ano de 2025, o que estava orçamentado. Até porque eu tenho dito nesta Assembleia várias vezes no passado mandato e continuo a dizer, nós orçamentamos as receitas sempre de uma forma prudente para que elas, se alguma coisa acontecer, sejam estimadas por defeito. Nós estimamos 76,3 milhões € de IMT para 2025 e o real foi 102 milhões € 102,6. Quer dizer que tivemos aqui 26,3 milhões € acima daquilo que estava orçamentado. Por lei estas verbas, mesmo sabendo durante o ano que estávamos a receber mais dinheiro do que aquilo que estava orçamentado, não podem ser utilizadas no exercício do ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

em curso, tem que ser usadas em anos subsequentes. E isso origina logo aqui 26,3 milhões € do saldo Conta de Gerência. Em novembro de 2025, na tomada de posse, este executivo tinha 51,3 milhões € de obras em curso, adjudicadas com verbas que compromissadas e 53,4 milhões € de obras em concurso público. Isso quer dizer um total de 104 milhões € que só foi possível de orçamentar porque temos um elevado saldo conta de gerência. Estes montantes estão limitados, estão comprometidos não só para um ano em vários anos, mas isto resulta como e que temos também várias vezes que temos saldo de conta de gerência que salta transita de um ano para o outro, por exemplo, empreitadas que são lançadas e ficam desertas. O ano passado lançou se a empreitada do Quarteirão Cultural, com valor de 16,7 milhões €, também aprovado em assembleia, e esse valor depois teve que ser aumentado para 21 milhões €, mas havia valor previsto de execução em 2025 se tivesse ficado adjudicada ao primeiro momento. Esse dinheiro sobra, é um saldo que transita de ano. Nós tivemos outras questões, como obras adjudicadas que nem sequer começaram a arrancar. Por exemplo, as alterações na base de apoio logístico em Quarteira, com 675.000 € que estavam alocados de exercício para efetivamente ter despesa em 2025 ou não ter se arrancado a obra. Esta verba transita para o ano seguinte. É um saldo Conta de Gerência. Pavilhão da D. Dinis. Carlos Gravata tinha 792.000 €, entre outras obras adjudicadas à espera de visto do Tribunal de Contas. Ainda agora o Presidente estava a dizer a obra da Unidade de Saúde Familiar Serra Mar, aqui em Loulé está à espera do visto do Tribunal de Contas. Foi concedido agora este ano já, mas estava perspectivado a ser concedido no ano passado. Nós tínhamos 1 milhão € de verba alocado ao ano de 2025 para esta obra. E ao não ter sido não ter sido executado. 1 € transitou diretamente para este ano e saldo conta de gerência, mas está compromissado, não é dinheiro que não está aplicado. Simplesmente ele transita de um ano para o outro que já tinha um compromisso. Portanto, a obra tinha 1 milhão € para 2025 e 1 milhão € para 2026, agora este valor desliza para o ano subsequente e assim origina saldo, Conta de Gerência - Mais obras em curso com atrasos, por exemplo Mercado Municipal de Quarteira, as intempéries, as chuvas atrasaram alguma da execução prevista que estava planeada. Estava previsto de 2,3 milhões € de execução daquela obra. Em 2025 executou se 1,1 milhões €. O remanescente sobra em saldo conta de gerência para o ano seguinte. Terrenos à espera do visto do Tribunal de Contas. -----

Esta Assembleia se calhar já foi informada, creio que sim, apesar de ter sido aprovado no mandato anterior a aquisição de um terreno de 8200 metros quadrados aqui ao pé



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

da Estação do Terminal Rodoviário de Loulé, com 1.250.000 €, estava aprovado e perspectivava-se a escritura no ano passado não foi escriturado, deslizou tudo para este ano é saldo Conta de Gerência 2,2 milhões € do terreno do mercado de sábado aqui em Loulé, ao pé da rotunda dos Homens de Andor, também estava perspectivada a escritura no ano passado, não se efetivou, estamos à espera do visto do Tribunal de Contas, ainda não recebemos, este ano há de se efetivar esse tal de conta de gerência e, portanto, tudo isto origina saldo de conta de gerência. Não quer dizer que não tenha uma visão, uma estratégia e um compromisso e um cabimento para determinadas obras. Estes valores apenas aquilo que não era possível estar enquadrado já em termos orçamentais, é aquele valor de IMT que excedeu aquilo que estava orçamentado. E feliz aquele que chega a um universo de uma Câmara como a Câmara Municipal de Loulé e que tem felizmente estimado por defeito as receitas e as receitas são superiores, porque aí todos nós podemos tomar decisões estratégicas conjuntamente de verbas que são acima daquilo que esperaríamos. E era só isso, Senhor Presidente, muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Portanto estão apresentadas as duas alíneas. Eu iria agora colocar à consideração do Plenário e abrir o período de inscrições. -----

Temos uma inscrição registada. Dou a palavra à senhora Deputada Irina Martins, do Partido Social Democrata. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Boas noites, mais uma vez cumprimento a todos. -----

Excelentíssimo senhor Vice-Presidente, dirijo-me a si, uma vez que é o porta voz relativamente à questão da saúde financeira deste município. É sempre difícil olhar para estes quadros para quem não é entendido na matéria, mas conseguimos entender. E efetivamente, a proposta que hoje nos trazem não é um mero ajuste técnico, é uma reconfiguração efetivamente material do PPI de 2026 é a dotação de 2026 Salta de 23,928 milhões para cerca de 68,120 milhões. Ou seja, mais 44,19 milhões € num só ato. Ou seja, isto não pode passar nem deve passar como uma mera alteração modificativa. Isto exige uma clareza sobre as prioridades, o financiamento e a capacidade real de execução e que é isso que queremos aqui questionar. -----

Além disso, o padrão repetido de rubricas que estavam em aberta com 1.000 € e que

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

passam agora para milhões, levanta um problema relativamente à transparência, apesar da breve explicação que nos foi dado aqui dar e relativamente ao planeamento. Ou seja, se a intenção e a urgência eram estas, então devia ter sido logo assumido no desenho inicial do PPI, com a calendarização e a maturidade do investimento e não por estas correções efetivamente abruptas. Ou seja, o maior sinal político, mas que não é surpresa, está na habitação com o saldo de mais de 5,2 milhões numa rubrica e mais de 3 milhões noutra. E também na Saúde, com o reforço significativo para a USF Mãe Soberana, como foi efetivamente aqui explicado. São áreas críticas, mas o documento não demonstra com a mesma robustez o grau de prontidão da matéria, ou seja, os projetos, os procedimentos, os prazos, o risco de derrapagem. Ou seja, a pergunta é simples estamos a reforçar o investimento estruturante com a execução garantida ou a inscrever valores sem maturidade suficiente para cumprir em 2026. E deixo apenas 3 perguntas relativamente a esta matéria, que é qual é o rigor e a fonte de financiamento destes já explicou e deu aqui uma breve e o impacto nos compromissos futuros? -----

E nas rubricas que passam de 1.000 € para milhões. O que é que está efetivamente pronto? O projeto, o procedimento, os prazos, a taxa de execução esperada em 2026. E a última e terceira pergunta, quais são ou que consideram os dez projetos com maior dotação em 2026 que após esta alteração e qual o respetivo estado de maturidade dos mesmos? -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente, para responder. Obrigado. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Sobre a senhora Deputada Irina Martins, muito obrigado pelas suas questões. Irá permitir-me esclarecer um pouco melhor algumas questões. E é sobre a dificuldade dos mapas, eles são os que resultam do software de gestão da Câmara Municipal da Média Data que produz os relatórios em SNCAP e informo-lhe, a si, como informo aqui os Deputados, nalguma dificuldade que tenham e se for necessário depois receberem os ficheiros eventualmente de alguma outra forma podemos enviar e destacar apenas aquilo que é relevante destacar, porque eles de facto têm alguma leitura, enfim, intensa. Em todo caso, o orçamento é aprovado, o orçamento municipal foi aprovado em 220,9 milhões € e depois ele tem uma integração de saldo, conta de gerência. O Plano Plurianual de Investimentos tem sempre dezenas de dezenas,



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

senão centenas de rubricas que não estão garantidos o cabimento orçamental a não ser que a dotação não definida. Portanto, se ler as colunas do Plano Plurianual de Investimentos tem uma linha que diz dotação não definida, que fica na expetativa da integração do saldo de conta de gerência. Portanto, é uma estimativa, isto é, como sabemos que vai haver. Aliás, eu não disse, mas posso aqui informar a estimativa do saldo conta de gerência que foi feito na altura do orçamento foi na ordem dos 80 milhões € e o saldo conta gerência foi superior. Portanto as dotações não definidas que estão no PPI é precisamente dizer a rubrica está aberta, está com 1.000 €. É verdade. Houve várias, por exemplo, a intervenção da Estrada Nacional 125 está a ser reforçada. Há a rubricas como a área das Banceladas da Assumadinha, que são rubricas que estavam para água e saneamento também uma prioridade de todos nós, que não tinha cabimento suficiente os tais 1.000 € porquê? Como sabemos que o projeto não tem maturidade suficiente para a obra poder arrancar ou o concurso público no início do ano, ele fica na expetativa, a rubrica é aberta, têm uma verba residual para rubrica manter se aberta e na dotação não definida está logo projetado a integração do saldo conta de gerência, portanto, não houve nenhuma alteração material. -----

O orçamento até se for reparar na receita para 2026, há previsão em 299,5 milhões € e nesta alteração modificativa mantêm-se os 299,5 milhões €. A tabela da receita ela só oscila nos anos de 2028, que passou 224,5 para 227,4 milhões €. Altera no ano de 2029 de 213 milhões € para 216 milhões € e altera ligeiramente no ano de 2030. Portanto, isto é, o orçamento para o ano em curso, tudo o que é integração de saldo conta de gerência, com a exceção das rubricas que estão. Portanto, a alínea c) demonstra que as rubricas já estavam abertas e teve uma alteração de afetação plurianual e disse-o, a única alteração material significativa, como disse que foi aqui colocada, foram duas novas rubricas, que foi a dos Corcitos em Querença e foi o Vale da Moita no Ameixial. São as únicas duas questões que não estavam previstas inicialmente, quando em dezembro aprovamos o orçamento. Tudo o que aprovamos das rubricas não estavam devidamente dotadas na expetativa da verba não definida ser integrada no saldo conta de gerência. Mas tenho todo o gosto e depois podermos explicar um pouco melhor agora num curto espaço de tempo, o que tenho e é óbvio que o orçamento é feito com base na maturidade dos projetos. -----

Portanto, perguntaram-me quais são os projetos e qual é a taxa de execução dos projetos. Os projetos passam do estudo prévio para o projeto de arquitetura, para o projeto especialidades, para a revisão externa do projeto, para um projeto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

execução. Há várias fases. E em função disso nós alocamos as verbas financeiras. Há coisas que nós gostaríamos que este ano fossem plausíveis de acontecer, mas estamos a projetar. Portanto, é que há várias rubricas inscritas no orçamento só para o projeto. -----

Nas escolas, se repararem, nós temos inscritas praticamente todas as escolas, só está o valor do projeto e quando tivermos o projeto de execução fechado é que podemos perceber verdadeiramente qual é o valor de investimento. E depois aí sim, gerimos com toda esta Assembleia a projeção do valor no futuro. O rigor está lá que eventualmente seja difícil e a senhora deputada, termina assim o rigor da informação é total. A vontade que esta equipa e a equipa da Câmara da qual eu estou aqui representar, da Direção Administrativa e Financeira para a transparência, é total. Qualquer informação que os senhores e as senhoras precisem, por favor, peçam à Mesa e nós fazemos chegar. Os mapas podem não ter a leitura intuitiva mais simples, correto? São sistemas de software que temos, mas qualquer informação que não chegue de uma forma que seja evidente, clara e que sintam transparência porque ela está lá de uma forma transparente. Tenho todo o gosto em produzi-la de outra forma, num ficheiro Excel, num documento Word, como preferirem, para que possa ser ainda mais esclarecedor. Mas garantidamente, a única coisa que nós trazemos de modificação, diferente do que foi aprovado por todos nós no dia 19 de dezembro, foram duas novas rubricas, mais nada. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Continua aberto o período de intervenções para estas alíneas b) e c). Não estou a ver pedidos de inscrição e se confirmar essa situação, iríamos passar a votação individualizada das duas alíneas. Portanto vou colocar à votação a alínea b): -----

Passou-se à votação: -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 165-2026 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal / 1ª. Alteração Orçamental Modificativa da receita, 1ª. Alteração Orçamental Modificativa da despesa, 1ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; -----

Foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O **Presidente da AML** disse: Portanto, se não houver nenhuma intervenção, iremos passar à votação da alínea c). -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 198-2026 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais; -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

O **Presidente da AML** disse: De acordo com a proposta do Executivo, iríamos passar a apresentação da alínea d) e e) em simultâneo, coloco à consideração do Plenário se algum dos senhores Deputados se opõem à apresentação conjunta? Se nenhum dos senhores Deputados se opõe, então vamos passar à apresentação das alíneas. -

Passou-se ao ponto seguinte: -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 211-2026 [GAF] - 8.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo, relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime - no valor de 84.738,70€ (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e oito euros e setenta centimos); para deliberação; -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 234-2026 [GAF] - 13.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo, relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira - no valor de 521.950,00€ (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e cinquenta euros); para deliberação; -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Presidente, tem a palavra para a apresentação de ambas as alíneas. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Bom, isto é uma proposta dos executivos das Juntas de Freguesia naquilo que são os contratos interadministrativos. Boliqueime propõe se a comprar um limpas fossas para poder prestar esse serviço de proximidade com a população. E a Junta de Freguesia de Quarteira tem o projeto e construção de um estacionamento na Avenida de Ceuta é a ampliação do Centro Autárquico com mais um piso para os serviços da Câmara e da Junta, a reabilitação e ampliação do Centro de Exposições da Praça do Mar e também a remodelação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

uma das lojas que já faz parte do património da Junta de Freguesia, mas não está em condições de fazer qualquer coisa, seja o que for. E eles agora querem fazer essa reabilitação. Portanto são as duas, contratos administrativos. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Então, vamos passar para o plenário a oportunidade de inscrições para os senhores Deputados que se queiram inscrever sobre estas duas alíneas. -----

Temos aqui uma inscrição. Portanto, dou a palavra ao senhor Deputado Nelson Brazão. Faz favor, senhor deputado do Partido Socialista. -----

O Deputado Nelson Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime) tomou a palavra e disse: Quero aqui agradecer ao Executivo camarário por continuar a investir nos contratos administrativos. Este serviço em Boliqueime, vai ajudar bastante aquelas zonas que ainda não estão servidas pela rede de saneamento. E esperamos colmatar de alguma forma essa insuficiência enquanto rede de saneamento lá não chegar. Portanto, muito grato e espero que este plenário vote a favor pela importância do serviço que vamos prestar. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor deputado, aguardo mais inscrições para estas duas alíneas. -----

Portanto, não se registando, aparentemente mais pedidos de inscrição, iríamos passar à votação. -----

Passou-se à votação: -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 211-2026 [GAF] - 8.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo, relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime - no valor de 84.738,70€ (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e oito euros e setenta centimos); -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 234-2026 [GAF] - 13.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo, relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira - no valor de 521.950,00€ (quinhentos e vinte e um mil,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

novecentos e cinquenta euros); -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

O **Presidente da AML** disse: Iríamos passar agora a alínea seguinte da Ordem de Trabalhos alínea f). Dou a palavra ao senhor Presidente para apresentação desta alínea -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 275-2026 [DMADS] - Alteração da Deliberação de 14 de julho de 2025, relativamente à proposta n.º 1356/2025, do Gabinete de Estratégia Local de Habitação, para aquisição de 60 fogos no âmbito do Programa 1º Direito / Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação n.º 01/CO2-i01/2021 - Componente 02 - Habitação; para deliberação;

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Isto foi aquilo que eu disse quando falei do relatório de atividades, ou seja, é aquela diferença do valor que foi o aumento do valor dos fogos nestes últimos anos de 2.200.000 € e o que nós estamos aqui a aprovar para ser o complemento e que perfaz aqui 15 milhões e pouco, que é o necessário para comprar os 60 fogos. Portanto que estamos a aprovar é esta diferença de valor agora que é investida aqui na compra dos fogos. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Está aberto o período de inscrições. Temos já uma inscrição nesta alínea. Dou a palavra ao senhor Deputado Carlos Costa, da bancada do Partido Socialista. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. É uma comunicação, tendo em conta, enfim, a importante proposta que está aqui presente aqui na Assembleia Municipal. No próximo dia 25 de fevereiro, com a celebração da escritura pública dos 60 novos fogos habitacionais, este Executivo não cumpre apenas uma fórmula administrativa, cumpre uma promessa feita aos cidadãos do concelho de Loulé de uma estratégia de habitação planeada e executada. Esta aquisição não é um ato isolado, mas sim o resultado de um planeamento rigoroso

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

iniciado em 2019 com a estratégia local da Habitação LH. Estamos a dar corpo a medida 3 desta estratégia, recorrendo a consultas de mercado transparentes e competitivas. Ao propor adquirir 60 fogos já edificados, 10% T1, 35% T2, 55% T3. --- O Executivo está a dar uma resposta imediata e diversificada às necessidades reais das nossas famílias, através da eficiência financeira e da alavancagem do PRR. É importante que os munícipes saibam o Município de Loulé está a saber aproveitar as oportunidades históricas de financiamento. Esta operação no valor total de 15,1 milhões € é financiado em 85% por verbas a fundo perdido do Plano de Recuperação e Resiliência PRR. Graças à capacidade técnica de submeter candidaturas aprovadas pelo IHRU Contrato Siga 63931. O esforço direto do orçamento municipal é de apenas 15%, permitindo se canalizar o restante orçamento para outras áreas sociais infraestruturais essenciais, através da transparência e da defesa do interesse público. Relativamente à atualização do valor da aquisição, de 2,8 milhões para 15 milhões, importa esclarecer com total transparência. -----

Esta atualização decorre estritamente da aplicação do regime de habitação a custos controlados. A Portaria número 105/2019, que prevê o ajuste dinâmico de valores face à evolução dos custos de construção. Este valor foi rigorosamente validado e homologado pelo IHRU. Mais do que o preço de custo, importa olhar para o valor real do ativo. Uma avaliação pericial independente fixou o valor de mercado destes imóveis em 20,6 milhões €. Ou seja, o município está a ter um património por um valor de 5,5 milhões € abaixo do preço de mercado. É um negócio excelente para o interesse público e para as finanças municipais. -----

Conclusão o executivo municipal está a cumprir o seu compromisso eleitoral, apresentando resultados. O acordo de colaboração com o IHRU, assinado em 2020, está vivo e a produzir efeitos. Com esta escritura, Loulé reforça o seu parque habitacional público, garante casas com custos acessíveis e demonstra que a nossa estratégia local de habitação não é um documento de gaveta, mas sim um compromisso de honra com o futuro de quem vive e trabalha no nosso concelho, disse senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Dou a palavra ao senhor Deputado Hélder Faísca, da bancada do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. O senhor Presidente já tinha explicado há pouco e agora voltou a explicar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

mas eu confesso que não estou a entender. Portanto, nós aprovámos aqui em julho a aquisição destes edifícios por 12 milhões e eu não consigo entender porque é que eles não foram adquiridos. Ainda ninguém disse porque é que eles não foram adquiridos e não consegui perceber o aumento do preço. Consigo, mas se é o IHRU que aumentou o preço não foi comprado por culpa da Câmara. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: O IHRU não aumenta o preço quem aumentou o preço é o privado promotor da construção dos edifícios. Ou seja, aquilo era um lote que estava preparado para a HCC. A HCC tem regras do IHRU para ser construídas, que é para chegar àqueles valores, limita aos preços há preços mínimos e máximos que pode fazê-lo. Como o promotor não tinha o edifício acabado, a Câmara não adquiriu, já tendo o acordo com o IHRU para pagar à média daquilo que era o valor na altura, o que significa que passaram 2 anos salvo erro, e então teve que se ajustar preços. Mas isso está contemplado na lei. Portanto, o que é que significa? A partir desse momento, o promotor não vende por aquele preço que foi acordado com o IHRU. Portanto, isto é um acordo tripartido. A Câmara compra ao privado que investe, mas o apoio financeiro do PRR e dos fundos vem através do IHRU, que é aquilo que faz. Quando veio, a partir do momento em que o edifício está acabado, o valor dos fogos é muito mais alto daquilo que era. São os 2000, 2.100.000 €, não é mesmo assim, e quanto mais tarde, mais caro paga. E foi o que aconteceu. E ao solicitar ao IHRU que aumentasse o valor, o IHRU tinha tudo, chamemos-lhe cabimentado, porque os municípios mostravam interesse e apresentaram projetos para os apoios também e só se não concretizarem agora é que haverá dinheiro liberto para poder aumentar essa verba nestes projetos. E nós estamos à espera que isso possa acontecer, mas mesmo que não acontecesse o valor que é comprado aqui, os 2 milhões que é investido para ir buscar 60 fogos é um valor aceitável, são 15% do investimento. -----

O **Presidente da AML** disse: Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Só tentando adicionar aqui mais alguma informação. O regime de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

habitação que os controlados é regido por uma portaria do IHRU. Essa portaria é n.º 65 de 2019 e diz mesmo na sua redação, comporta uma atualização dinâmica dos valores de venda. Porque é que não compramos os fogos do ano passado? Porque não estavam construídos. Nós só podemos celebrar a escritura e no aviso, na consulta ao mercado que nós fizemos, foi das primeiras consultas ao mercado feitas em Portugal para bem futuro. Isto é, nós procuramos dizer ao mercado que estávamos à procura de apartamentos ou habitação construída em construção ou que fosse ainda iniciar a construção e essa tipologia não era normal. Até o próprio IHRU achou inovador, porque poucos municípios tinham na altura. E estamos a falar em 2023 consultas ao mercado desta natureza. Mas no clausulado o preço é determinado à data da escritura e o valor é ou o valor da proposta ou o custo de promoção aplicável, nos termos do regime de habitação de custos controlados, se este fosse superior. O que acontece é que o valor da proposta para estes fogos é de 15.117.000 €, de acordo com a portaria do IHRU. Nós tivemos até à última porque a consulta foi feita no âmbito do PRR e as habitações teriam que estar construídas e entregues até março deste ano. Agora os prazos do PRR que estão a prorrogar e era as casas com as pessoas a viver lá dentro até junho deste ano de 2026. -----

Portanto, quando a consulta foi feita, a escritura teria que ser feita. Agora as casas estão prontas, já foram vistoriadas, estão prontas a habitar e o município esteve à espera até a última hora para ver junto o Ministério e junto do presidente do IHRU, se era possível que esta majoração do pagamento da diferença entre o valor à data de 2023, da proposta original e do valor da portaria do IHRU, que evoluiu dinamicamente nestes 560 dias ou mais de 560 dias que passou, desde a proposta original até a data da concretização dos fogos. É a portaria do IHRU que determina o preço e é esse o preço que estamos a pagar. E esperamos todo este tempo para evitar que tivéssemos que honrar 2,2 milhões € do nosso erário, do orçamento da Câmara. Mas o que nos foi informado e é isso que o Presidente estava a dizer, e bem, que é o IHRU, tem neste momento 308 municípios que andaram atrás do PRR com questões de habitação e têm compromissos assumidos. A maturidade desses projetos é que vamos lá ver, porque se calhar a maturidade dos projetos não é significativa. Isto é, mas eles assumiram compromissos de verbas financeiras até o final do período do PRR. Aquilo que nós fomos informados é que invistam do erário público do município com a concordância da Assembleia, se assim o for. E nós quando chegamos a parte do rateio, porque vamos ter execuções de verbas do PRR que não vão acontecer, nós estaremos cá para suportar esse investimento, porque nós precisamos de executar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

verba do PRR em Portugal e vocês felizmente estão a liderar esse processo. E vou vos dar esta nota. A Câmara Municipal de Loulé é o 12.º município do país com mais valor aprovado junto do IHRU de contratos de financiamento para PRR no âmbito da habitação, 31 milhões €. Até agora recebemos 11,3 milhões €, já do IHRU, 37% de execução. Estamos em 12.º no valor. Com a aquisição destes fogos dentro do âmbito do PRR, o Município de Loulé, entre o aprovado 31 milhões € e o montante que vai ficar pago, vamos ficar com 24,2 milhões € de execução do PR. Será 78%. Vamos passar a ser o primeiro município em Portugal em termos da proporcionalidade entre o que foi contratualizado e o que está executado. Quer dizer que nós, felizmente só contratualizados com a IHRU, aquilo que era executável, aquilo que era razoável e aquilo que já tínhamos projetos e empreitadas e capacidade de executar em curso. Há muitos municípios que têm verbas muito significativas dentro do PRR que infelizmente não vão executar e no final, garantidamente estas verbas com a vossa anuência hoje, se assim o for, de adicionarmos 2,2 milhões € do nosso orçamento do Município, será daqui a alguns meses ressarcido pelo PRR e esse dinheiro irá para outros investimentos que temos que fazer em prol da nossa comunidade. E era só isso. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Mais algum deputado queria usar da palavra sobre esta alínea f)? Temos uma inscrição Senhora Deputada Liliana do CDS-PP, tem a palavra. -----

A Deputada **Liliana Bom (CDS)** tomou a palavra e disse: Boa noite novamente. Obviamente que isto é um assunto que interessa a todos e é importante, extremamente importante neste momento, porque é transversal a todas ou todas as outras situações que temos no município e que queremos ver resolvidas. A minha questão aqui propõe se a apresentar para ver se eu consigo perceber porque fiquei aqui com um bocadinho de dúvida relativamente à questão da contratualização. Ou seja, nós sabemos que está contratualizado mediante uma portaria. Percebemos que sabemos perfeitamente que essa portaria dinâmica e atualiza com os valores indexados a janeiro de cada ano, porque é uma portaria que está feita nesse sentido. A minha questão é estamos dependentes de um construtor que tem prazos e esse construtor atrasou-se e por isso nós vamos fazer escrituras mais tarde, não é possível. Sabendo nós que isso vai implicar obrigatoriamente um aumento sempre que passar o ano 1 clausulado que diga que sim senhora, isso é tudo muito bem. Mas o construtor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

também tem que ter responsabilidade, porque senão nós estamos constantemente a utilizar valores muito mais acima do que aquilo que estava programado. Além disso, este valor é significativo. Eu percebo a importância e acho que estamos todos de acordo neste sentido. Mas estamos a falar de 2.270.000 € a mais. Se vamos ser ressarcidos ou não? Eu continuo a dizer que mesmo que não fossemos, valeria sempre a pena. A questão é que estes 2 milhões em conta o rácio que temos aqui de preço médio destes custos de habitação são mais de 10 fogos que poderiam estar aqui e não estão. -----

Eu só quero perceber é se é possível nós realizarmos estas situações para o futuro, porque acho que é um procedimento correto, a questão da aquisição para o bem futuro. -----

Outra questão que queria colocar é qual é o valor? Porque está acresce valor de emolumentos registrais e notariais. Se o município tem uma previsão de quanto é que isso nos vai, portanto, também custar, porque isso é erário público, obviamente, e para termos uma noção. Mas volto a repetir, não é a questão do valor que está em causa, porque esta importância da habitação não pode ser posta só em números. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado, senhora Deputada Liliana Bom. -----

Nós não estamos dependentes de um construtor. A consulta foi feita sem compromisso, o documento pode se fazer chegar, ele foi em 2023 aprovado e ele mencionava que o município estava simplesmente a consultar. Aliás, este construtor até atualmente não tem nenhum vínculo com o município. Ele tem produto construído em HCC e não há nenhum contrato, promessa de compra e venda. Não há nenhuma, a única questão é este aviso que nós lançámos esta consulta ao mercado, que é assim que a dinâmica é feita. Nós não podemos adquirir o que quer que seja dentro desta lógica da habitação sem fazer consultas. E já fizemos 5 consultas ao mercado desde o início da Estratégia Local de Habitação desde de 2019 e essas consultas ao mercado permitirão. Já agora, aproveito a ocasião para dizer em 2019, quando começa a estratégia local de habitação, o total do património de habitação pública do município eram 280 unidades de fogos e atualmente, com a Estratégia Local de Habitação, com aquilo que foi sendo adquirido ao longo das outras quatro consultas



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

ao mercado feitas e construção que foi sendo edificada. E agora, em 2026, com os 64 fogos da Clona que estão agora também a terminar e os 60 fogos que aqui propomos para adquirir, vamos ficar com 454 habitações na esfera da gestão pública municipal. E isto são respostas não só dentro do âmbito da daquela vulgarmente designada habitação social, mas para a habitação, não só para arrendar, apoiada do primeiro direito, mas também de renda acessível. Começamos finalmente no concelho de Loulé até 36 soluções dentro desta dinâmica da habitação para classes de rendimento intermédio. E também foi aqui dito para professores, para profissionais da área da segurança, designadamente GNR. Jovens também. Mas bom, isto para dizer 280 habitações para 464. Mesmo que nós venhamos a não recuperar de um âmbito do PRR que foi nos dito com 99% de certeza e íamos receber essa verba. Mas mesmo que esse 1% de probabilidade não venham esses 2,2 milhões €, cada uma destas habitações vai ficar por 37.000 € os 60 fogos, o custo por fogo que vai custar ao município de Loulé 37.000 € os emolumentos. Na proposta está a dizer, eu não tenho aqui o valor preciso, mas quando foi aprovado o contrato com o IHRU, os 60 fogos valiam 12.849.000 € e mais alguns euros, mas e o valor total do contrato assinado com o IHRU que é o Contrato Siga 63391 que está aí na proposta foi assinado por 12.899.000 €, portanto estão aqui 50.000 € adicionais que preveem já os custos, elementos registrais e industriais. Isto é, o próprio IHRU já estava a assumir essa despesa. Portanto, há um valor na proposta 12.000.849 para 12.000.899. Essa a diferença, porque o contrato com a IHRU já pressupunha o pagamento também dessas despesas dos registos notariais. E o que está aqui em causa é o contrato foi assinado com o IHRU. Quando nós fizemos a proposta, estava aberto ainda o aviso de aquisição do PRR. Foi fechado. A nossa proposta saiu em dezembro de 2023 e em março de 2024 fechou a candidatura a nível nacional. E nós conseguimos submeter. Ela foi aprovada, foi analisada e em setembro de 2024 é que foi assinado o contrato com o IHRU de 12.899.000 € e até agora para adquirir património, mesmo sem pagarmos 0,01 € do nosso bolso, que era a perspetiva. Se as casas estivessem construídas no final de 2024, seria este o valor? Mesmo assim, precisamos da aprovação da Assembleia porque é um aumento do valor patrimonial da Câmara. Mesmo não pagássemos 1 € neste e nessa primeira deliberação. Foi nesse sentido de aprovarmos o valor que estava contratualizado. O IHRU não aumentou o valor do cheque e nós temos que pedir aqui à Assembleia Municipal para aumentar, em função da portaria, estes 2,2 milhões €. E acho que já esclareci o que podia esclarecer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. Temos mais inscrições sobre este ponto? -----

Eu recordo que já ultrapassámos a hora prevista no Regimento e, portanto, era só para recordar. E então tem a palavra a senhora Deputada Irina Martins, do grupo do Partido Social Democrata. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado pelos esclarecimentos, senhor Vice-Presidente. Ficaram-me só duas questões que não tinha antes da sua intervenção e que passei a ter. A primeira é se relativamente à proposta que foi aceite, ou seja, a Câmara foi ao mercado à procura de propostas para a construção dos fogos é a minha questão. Em 2023 eu não estava cá. Por isso a questão é se foi esta a única proposta que tivemos e se agora, em face a este aumento que tivemos, se esta continua a ser a proposta mais viável em face ao valor que foi apresentado em 2023 para a aquisição dos fogos? -----

A outra é uma pergunta prática de um faz de conta. Então, dia 25, aquando a celebração da escritura pública, quem vem pagar o cheque é o IHRU, certo? É tudo. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigada, senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Sim, senhora Deputada. Eu não sei se será o Presidente do IHRU, não, creio que ainda não há confirmação, será um representante do IHRU. Aliás, até vem a comissão de acompanhamento do PRR estará cá a senhora Secretária de Estado da Habitação vai ser no próximo dia 25, naturalmente, se houver a aprovação favorável aqui dos senhores deputados, que será feita a escritura e a visita aos fogos. -----

Neste caso, é a única proposta, não, na consulta ao mercado que foi feito em 2023 e que tinha um prazo de resposta. Portanto, nós estávamos vinculados. A dificuldade perceber aqui, se calhar, ou de eu me explicar melhor, é, nós lançamos uma consulta ao mercado para bem atual em construção ou por construir, mas as propostas tinham que ser recebidas num determinado prazo. Não era durante o tempo que nós não sabíamos quanto tempo é que iria decorrer, mas sabíamos qual era o prazo que iríamos receber as propostas. Recebemos propostas de fogos construídos que já foram comprados e recebemos uma proposta de fogos por construir no âmbito do HCC, de habitação que os controlados. Portanto, houve mais propostas. Nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

compramos não sei quantas habitações, mas posso recuperar essa informação depois partilhar. Mas dessa consulta havia a habitação já preparada, compramos e, portanto, não foi a única proposta. Isso continua a ser a única proposta neste momento. Essa consulta já não está aberta. Assim como o aviso do PRR para pagamento da habitação já não está aberto desde março de 2024, por isso as consultas tinham sido feitas nessa altura, mas o IHRU abriu uma exceção na portaria da habitação que os controlados para submeter ao abrigo do PRR, dizendo: Câmaras, se vocês tiverem a capacidade de comprar bem futuro e quiserem garantir financiamento do PRR, têm de fazê-lo agora, porque desde então, desde março de 2024, que não há um aviso aberto de PRR para aquisição de habitação e, portanto, ficamos vinculados a este contrato que foi assinado com o IHRU. E a única dúvida que existe aqui é estimados, de uma forma muito resumida, não havia forma de concretizar isto mais cedo que as habitações não estavam prontas, as habitações compram-se e o aviso foi feito no sentido de adquirir habitação pronta, mas podia ser habitação por construir, mas tinha que estar dentro do horizonte do PRR. -----

Como eu disse, entrega das casas construídas até março de 2026 habitações entregues até junho de 2026, temos 2,2 milhões € que eu peço encarecidamente aos seus deputados que considerem a aquisição com base no erário público do Município de Loulé. Vamos ter aqui o IHRU representada passar o cheque dos 12.895.672 €. Eles financiam em 85%, nós pagamos 15% e tudo faremos para lutar para que, no rateio dos valores do PS, a Câmara de Loulé seja considerada pelo remanescente do valor que estamos a pedir amavelmente que hoje se delibere favoravelmente. Obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Não sei se há mais inscrições. Tem a palavra senhor Vice-Presidente -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, é que eu recebi agora aqui a informação em tempo real. As despesas de notário mais registos são 8141. mais 5.000 €. Estamos a falar de 13.141 € no total. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Vamos proceder à votação. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Passou-se à votação: -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 275-2026 [DMADS] - Alteração da Deliberação de 14 de julho de 2025, relativamente à proposta n.º 1356/2025, do Gabinete de Estratégia Local de Habitação, para aquisição de 60 fogos no âmbito do Programa 1º Direito / Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Aviso de Publicitação n.º 01/CO2-i01/2021 - Componente 02 - Habitação; -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Neste momento, dado o adiantado da hora, iria colocar ao Plenário. O que falta, porque já todos os pontos para deliberação foram votados. Neste momento faltam três pontos para conhecimento e, obviamente, a leitura e a aprovação da Minuta da ATA. Eu colocaria aqui à consideração do plenário concluir estes três pontos que eu penso que serão breves. Então iria continuar rapidamente, se ninguém se opõe. Nenhum dos deputados se opõe? Irei continuar rapidamente com a alínea g) -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2233-2025 [GAP] - Designação do Representante do Município na Assembleia Geral da Escola Profissional de Alte Cooperativa de Interesse Público Responsabilidade Limitada; para conhecimento; -----

O **Presidente da AML** disse: Dou a palavra ao Sr. Presidente para se quiser, tecer algumas considerações. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Não há muito a dizer. No fundo, é o representante mesmo, que é o que é a Vereadora do Pelouro na Escola de Alte. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Algum dos senhores deputados quer intervir? -----

Temos uma inscrição da senhora Deputada Elisabete Luz, tem a palavra, senhora



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2025-2029

Presidente da Junta de Freguesia de Alte, pela bancada do Partido Social Democrata.

A Deputada **Elisabete Luz (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, boa madrugada, já nem sei o que vos dizer. Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. -----
Eu queria agradecer ao Município de Loulé por mostrar interesse e continuidade na Escola Profissional de Alte e ao mesmo tempo e como já vai tarde, só queria que ficasse aqui registado o nosso agradecimento à Dra. Maria Teresa Laranjo, que cessou funções naquela escola como Diretora, também nomeada por parte do município, que fez um trabalho extraordinário na nossa freguesia, que não só deu o corpo, a alma, deu tudo o que tinha a dar e não poderia deixar de passar este ponto sem reconhecer aqui, perante esta Assembleia, o quanto esta pessoa deu a Alte e fez por Alte e que, acredito, continuará a dar. Portanto, o meu agradecimento ao Município e à Dra. Maria Teresa Laranjo. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhora Deputada. Acho que todos comungamos desse louvor aqui enunciado. Mais algum deputado pretende usar da palavra nesta alínea? Portanto, sendo uma alínea para conhecimento, não havendo mais intervenções, iria passar à próxima alínea. -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2233-2025 [GAP] - Designação do Representante do Município na Assembleia Geral da Escola Profissional de Alte Cooperativa de Interesse Público Responsabilidade Limitada; -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2272-2025 [DP] - Proposta da Adoção de Normas Provisórias (Matos da Picota) no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé. (RPDM). Tomar conhecimento do parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Determinar a abertura do período de discussão pública; para conhecimento; -----

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O **Presidente da AML** disse: Dou a palavra ao senhor Vereador Paulo Trindade tem a palavra. -----

O **Vereador Paulo Trindade** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Boa noite a todos. -----

Para dizer que este parecer favorável e a Adoção das Normas Provisórias dos Matos da Picota já foram publicados em Diário da República e neste momento está em discussão pública desde dia 27 de janeiro até 9 de março. Pronto, é só isto que tenho a dizer. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra sobre esta alínea? Temos uma inscrição. Então dou a palavra à senhora deputada Bárbara Correia, do Partido Social Democrata. ----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. É só para fazer aqui uma consideração que este tipo de medidas e de medidas provisórias e de suspensões só está a correr porque efetivamente continuamos a ter a revisão do PDM em atraso e, portanto, eu peço uma vez mais esta sensibilidade ao Executivo de perceber que só andamos nestes mecanismos porque o PDM ainda não está revisto, pronto. E outra das coisas que estamos a perder e se calhar a possibilidade da própria alteração da viabilização dos terrenos para habitação ao abrigo da nova lei dos solos, precisamente porque não temos essa revisão feita e, portanto, era só para deixar aqui esta consideração. Muito obrigada. -

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Mais alguma inscrição em relação a esta alínea? -----

Não vejo pedidos de inscrição. -----

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2272-2025 [DP] - Proposta da Adoção de Normas Provisórias (Matos da Picota) no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé. (RPDM). Tomar conhecimento do parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Determinar a abertura do período de discussão pública; -----



[Handwritten signatures]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

A Assembleia tomou conhecimento. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

i) - Proposta da Câmara Municipal n 270-2026 [GAIQ] - Apresentação de Relatório Intercalar de Monitorização e execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (outubro de 2025); para conhecimento; -----

O Presidente da AML disse: Dou a palavra à Senhora Vereadora Maria Esteves. Tem a palavra a Senhora Vereadora. -----

A Vereador **Maria Esteves** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Eu peço desculpa, mas só 20 segundos, e agradecer à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alte as palavras expressas aqui em relação à professora Teresa Laranjo, minha colega e amiga de uma vida de trabalho ao serviço da educação, independentemente de estarmos em sítios diferentes. Muito obrigada senhora Presidente. Ela merece, de facto, merece de facto imensos elogios. Muito obrigada mesmo. -----

Em relação a esta proposta, portanto, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, decorre da legislação está em vigor e em prática no Município de Loulé, portanto, neste caso na Câmara de Loulé. E obriga a lei a que haja dois relatórios, um relatório anual que será emitido no próximo abril, portanto, é sempre no ano seguinte ao seu decurso e um relatório intercalar em abril. E, portanto, não há muito mais a dizer. Evidentemente que todo o plano de prevenção de Riscos de corrupção e infrações conexas é algo que é importante para, é importante não, é obrigatório a qualquer entidade que tenha 50 ou mais trabalhadores e é uma forma também de segurança, de transparência e de garantia de que não existe essa corrupção naquilo que são as entidades públicas. E é isto que me ocorre dizer. -----

i) - Proposta da Câmara Municipal n 270-2026 [GAIQ] - Apresentação de Relatório Intercalar de Monitorização e execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (outubro de 2025); -----

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

A Assembleia tomou conhecimento. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigada, senhora Vereadora, algum dos senhores deputados quer usar da palavra em relação a esta última alínea? Portanto, não existindo pedidos de intervenção, vou agora propor a leitura da minuta da ata, pedindo a colaboração da primeira secretária da Senhora deputada Marilyn, para o efeito. ----

Passou-se à Leitura da Ata. -----

A **1.ª Secretária Marilyn Tomás** tomou a palavra e disse: -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Silvério António Silva Gonçalves Guerreiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75 de 2013, de 12 de setembro, faz público que, em reunião ordinária de 19 de dezembro de 2025, e aprovada em minuta. A Assembleia tomou as seguintes deliberações: -----

Foi dada posse à Deputada Maria João Carapeto do GM do PS, por pedido de suspensão de mandato do Deputado Adriano Cabrita, por um período de 365 dias;

Relativamente ao Mandato 2021-2025, aprovou por unanimidade as Atas n.º 16/2025 - Sessão Extraordinária Temática de 12 de setembro de 2025, a Ata n.º 17/2025 - Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2025 e a Ata n.º 18/2025 – Continuação da Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2025 - 29 de setembro de 2025; -----

Relativamente ao Mandato 2025-2029, aprovou por unanimidade a Ata n.º 2/2025 - Sessão Extraordinária, de 28 de novembro de 2025; -----

Aprovou por maioria o Voto de Congratulação - Pela Eleição de Adriano Pimpão como Presidente do Conselho Regional do Algarve, do GM do PS, com 32 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA) e 6 abstenções (CHEGA); -----

Aprovou por maioria o Voto de Congratulação - Pela Reeleição de José Apolinário como Presidente da CCDR Algarve, do GM do PS, com 32 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA) e 6 abstenções (CHEGA); -----

Aprovou por unanimidade o Voto de Pesar - "Pelo Falecimento de Artur Henrique Lara Ramos", apresentado pelo GM do PSD; -----

Foi realizado 1 minuto de silêncio; -----

Aprovou por unanimidade o Voto de Pesar - "E Solidariedade Pelas Vítimas e Populações Afetadas pelas Tempestades de fevereiro de 2026, apresentado pela AML"; -----

Foi realizado 1 minuto de silêncio; -----



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Aprovou por unanimidade o Voto de Pesar - "Pelo Falecimento de José Carlos Rolo, apresentado pelo GM do PS; -----

Foi realizado 1 minuto de silêncio. -----

Aprovou por unanimidade a Recomendação - "Instalação Urgente de um Julgado de Paz no Município de Loulé, apresentado pelo GM do CHEGA; -----

Aprovou por unanimidade a Moção Sobre o Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio, apresentado pelo GM do PS; -----

O GM do PSD apresentou Declaração de Voto; -----

Aprovou por maioria a Moção Sobre a Questão da Falta de Macas nas Urgências da Região, apresentado pelo GM do PS, com 36 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 6 CHEGA) 1 abstenção (Presidente da Junta de Alte), o Deputado Márcio Fernandes do PS, alegou impedimento não estando presente na discussão e votação desta alínea; -----

O GM do PSD apresentou Declaração de Voto; -----

Apreciou a Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Aprovou por unanimidade a Proposta da Câmara Municipal n.º 165-2026 [DAF] - Proposta de Alteração ao Quadro Plurianual Municipal / 1ª. Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 1ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 1ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; -----

Aprovou por unanimidade a Proposta da Câmara Municipal n.º 198-2026 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura De Procedimentos Contratuais; -----

Aprovou por unanimidade a Proposta da Câmara Municipal n.º 211-2026 [GAF] - 8.ª Alteração Ao Contrato Interadministrativo, relativo à Transferência de Verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime - no Valor de 84.738,70€ (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e oito euros e setenta centimos); -----

Aprovou por unanimidade a Proposta da Câmara Municipal n.º 234-2026 [GAF] - 13.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo, relativo à Transferência de Verbas Para a Junta de Freguesia de Quarteira - no Valor de 521.950,00€ (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e cinquenta euros); -----

Aprovou por unanimidade a Proposta da Câmara Municipal n.º 275-2026 [DMADS]- Alteração da Deliberação de 14 de julho de 2025, Relativamente à Proposta N.º 1356/2025, do Gabinete de Estratégia Local de Habitação, para aquisição de 60 fogos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

no âmbito do Programa 1º Direito / Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Investimento Re-C02-I01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - aviso de Publicitação N.º 01/Co2-I01/2021 - Componente 02 - Habitação; -----
Tomou conhecimento da Proposta da Câmara Municipal n.º 2233-2025 [GAP] - Designação do representante do Município na Assembleia Geral da "Escola Profissional de Alte, CIPRL – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada"; -----

Tomou conhecimento da Proposta da Câmara Municipal n.º 2272-2025 [DP] - Proposta da adoção de normas provisórias (Matos da Picota) no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (RPDM). Tomar conhecimento do parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve). Determinar a abertura do período de discussão pública; -----
Tomou conhecimento da Proposta da Câmara Municipal n.º 270-2026 [GAIQ] - Apresentação de Relatório Intercalar de Monitorização e Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (outubro 2025); -----

O **Presidente da AML** disse: Lida a minuta da data, irei então colocar à votação do plenário a mesma. -----

Passou-se à votação; -----

A Ata Minuta foi aprovada por unanimidade, às 01:35H do dia 21 de fevereiro. -----

Encerramento. -----

O **Presidente da AML** disse: E para finalizar aqui, em nome da Mesa, pedir desculpas pelo adiantado da hora, algumas falhas técnicas que foram testadas antes do início da Assembleia e correram bem os testes, de acordo com o Gabinete de Apoio. Mas dizer também que é importante reafirmar os valores da nossa Europa, que consegue conciliar a inteligência artificial. Mas exigir e as diretivas europeias são claras nisso, que exista sempre uma supervisão humana física. E hoje tivemos aqui um bom exemplo de coisas testadas 1 hora antes e que não funcionaram. Portanto, prevaleçam sempre os valores da nossa Europa e tenhamos muito orgulho nela. Os nossos agradecimentos a todos os tornaram possível a realização desta Assembleia, a difusão da mesma aos cidadãos que nos acompanham aqui nas redes sociais, ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Executivo, aos deputados e deputadas da Assembleia Municipal. Damos como concluída esta Assembleia em meu nome e em nome de todos os deputados e Deputadas desta Assembleia, do Gabinete de Apoio das Tradutoras de Portuguesa e todos os técnicos dos meios Audiovisuais e da Câmara Municipal. Muito obrigado e até à próxima Assembleia. Uma boa noite. -----

Encerramento -----

O **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Silvestre Silva Guerreiro

A 1º SECRETÁRIA

Handy

A 2ª SECRETÁRIA

Arber